

FLIP THE SCRIPT

a world of infinite
possibilities

RESOURCE GUIDES

FAMUN 2023 | 10 YEARS

Editors

Patricia Capelini Borelli
Patrícia Nogueira Rinaldi
Roberta Silva Machado
Rúbia Marcussi Pontes



ASSEMBLEIA GERAL

Guia de Pesquisa

FLIP THE
SCRIPT

a world of infinite
possibilities

FAMUN 2023 | 10 YEARS





GUIA DE PESQUISA

ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS

COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA O USO PACÍFICO DO ESPAÇO EXTERIOR

Autores

Giovani Lana Borges dos Santos
João Vitor Santos Bueno
Luara Moraes Spinace
Mirella Santos Boaventura
Rebeca Ulisses Rodrigues de Camargo
Sofia Ascari Sibbersen
Yasmin Cristine dos Santos Castro

Orientadora

Professora Patricia Capelini Borelli





SUMÁRIO

PREFÁCIO	3
INTRODUÇÃO	4
REFERÊNCIAS DA ONU	12
Relatórios do Secretário-Geral	12
Resoluções da Assembleia Geral	14
Outras Publicações da ONU	15
Sites Oficiais	16
Recursos Extras	16
REFERÊNCIAS PARA A POSIÇÃO OFICIAL DOS GRUPOS POLÍTICOS	20
BASE DE DADOS	24





PREFÁCIO

Querido(a) delegado(a),

Gostaríamos de agradecer a sua participação na Assembleia Geral da décima edição do FAMUN! É uma honra contar com a sua presença neste evento, onde teremos a oportunidade de discutir sobre a Cooperação Internacional para o Uso Pacífico do Espaço Exterior e encontrar soluções criativas para os desafios que enfrentamos sobre essa temática.

Nosso objetivo no FAMUN é debater questões que nem sempre fazem parte do nosso dia a dia, mas que impactam nossa sociedade. O espaço exterior pode ser a chave para um desenvolvimento mais sustentável e trazer um impacto positivo para a humanidade. Entretanto, percebemos que a competição e conflitos entre os Estados, e atores não-estatais, podem colocar em xeque esse caminho.

Neste guia de pesquisa, você encontrará informações e referências que ajudarão a compreender a discussão sobre a Cooperação Internacional para o Uso Pacífico do Espaço Exterior. Selecionamos documentos oficiais da ONU que trazem, inclusive, o posicionamento dos países e dos grupos políticos nessa questão, além de algumas perguntas para você refletir sobre as possíveis soluções para o problema. Esperamos que o guia seja uma ferramenta útil e eficaz para a sua preparação para a simulação!

Esperamos que as discussões abordem questões relacionadas ao desenvolvimento sustentável, considerando à urgência de um acesso mais justo às tecnologias e ao conhecimento científico por parte de todos os países.

Por fim, gostaríamos de reforçar que, juntas e juntos, somos capazes de auxiliar na transformação do mundo. Cada um de nós possuímos um papel fundamental na construção de um presente e futuro melhor e que, por meio do diálogo e da cooperação, podemos superar as diferenças e *“flip the script”*.

Desejamos a todos uma excelente preparação nos estudos e esperamos que nossa discussão seja produtiva e enriquecedora!

Mirella Santos Boaventura

Chair AG 1

João Vitor Santos Bueno

Vice-Chair AG 1

Sofia Ascari Sibbersen

Secretária AG 1

Yasmin Cristine dos Santos Castro

Chair AG 2

Giovani Lana Borges dos Santos

Vice-Chair AG 2

Luara Moraes Spinace

Secretária AG 2

Rebeca Ulisses Rodrigues de Camargo

Presidente da AG





INTRODUÇÃO

A Assembleia Geral (AG) é um dos principais órgãos da Organização das Nações Unidas (ONU), sendo o único onde estão representados todos os 193 Estados-Membros da organização. É nesse órgão em que se faz valer, de fato, o princípio da igualdade soberana entre os Estados, pois todos os países possuem o mesmo poder de voto durante as negociações. A AG é responsável pela discussão dos assuntos relacionados aos três pilares da ONU: paz e segurança internacionais, desenvolvimento sustentável e direitos humanos. Desse modo, considerando sua complexidade e a abrangência de suas discussões, os trabalhos da AG são divididos entre seis comitês principais, separados por assunto¹ (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2007, p. 10-11).

O tópico da Cooperação Internacional para o Uso Pacífico do Espaço Exterior é debatido pelo Quarto Comitê, que trata sobre “Políticas Especiais e Descolonização”. Essa alocação se deu pela intenção de ampliar a discussão sobre o espaço exterior para além da questão da segurança internacional, tratada pelo Primeiro Comitê. Sendo assim, no Quarto Comitê, a discussão do uso de espaço leva em conta outras questões, como a necessidade de garantir o acesso às tecnologias e aos benefícios que resultam da exploração do espaço por todos os Estados e também o uso do espaço para promover o desenvolvimento sustentável (UNITED NATIONS, 2023).

Nota-se que a escolha pela tratativa do assunto na AG advém da consideração de que o espaço exterior é um “bem global comum”, pois corresponde a uma área que está fora do alcance da jurisdição nacional dos Estados. O termo “bem global comum” trata de recursos naturais que estão fora das fronteiras nacionais dos Estados. Assim, entende-se que esses recursos pertencem à comunidade internacional como um todo e que, portanto, todos os países possuem acesso legal a eles (SCHRIJVER, 2010, p. 6). Desse modo, desde a sua primeira resolução sobre o tema, a AG considera que as atividades no espaço exterior devem ser voltadas para fins pacíficos, considerando que o uso e exploração do espaço devem ser em benefício da humanidade, sendo a cooperação internacional o principal caminho para esse objetivo (UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY, 1958, p. 1).

A questão do espaço exterior entrou para a agenda da Assembleia Geral em 1958, durante a Guerra Fria, período em que ocorreu o conflito entre os Estados Unidos e a União Soviética. Em 1957, a União Soviética lançou o primeiro satélite ao espaço, denominado Sputnik-1, marcando o início da era espacial. Esse contexto despertou o receio, na comunidade internacional, de que os embates entre União Soviética e Estados Unidos se manifestassem também em uma corrida armamentista no espaço, utilizando a órbita da Terra para espionagem e

¹ Os assuntos dos comitês são: Primeiro Comitê: “Comitê de Desarmamento e Segurança Internacional”; Segundo Comitê: “Comitê Econômico e Financeiro”; Terceiro Comitê: “Comitê Social, Humanitário e Cultural”; Quarto Comitê: “Comitê de Políticas Especiais e Descolonização”; Quinto Comitê: “Comitê Administrativo e Orçamental”; Sexto Comitê: “Comitê Legal” (UNITED NATIONS, 2023).





lançamento de armas nucleares. Essa preocupação também está expressa na primeira resolução da AG sobre o tema, a Resolução 1248 (XIII), adotada em 13 de dezembro de 1958 (UNITED NATIONS OFFICE FOR OUTER SPACE AFFAIRS, 2023a; UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY, 1958, p. 1).

Essa mesma resolução criou o Comitê sobre os Usos Pacíficos do Espaço Exterior (COPUOS, na sigla em inglês), um órgão especializado da ONU que é responsável por facilitar a cooperação entre os Estados, monitorando as atividades no espaço a fim de evitar rivalidades e eventuais problemas jurídicos entre os programas espaciais dos países relacionados ao uso e exploração do espaço e seus recursos. Para isso, o COPUOS elabora relatórios e pesquisas que servem como base para as negociações do Quarto Comitê da AG, mantendo relações com outras instituições, governamentais e não governamentais². Ademais, para auxiliar as discussões e negociações sobre o espaço exterior, foi também criado o Escritório das Nações Unidas para Assuntos do Espaço Exterior (UNOOSA, na sigla em inglês), que conta com especialistas que exercem funções de Secretariado para o COPUOS. O UNOOSA é responsável por organizar programas de capacitação e de compartilhamento de conhecimento sobre o espaço, além de garantir oportunidades para que todos os países tenham condições de acessar o espaço e usufruir de seus benefícios, prezando pelo desenvolvimento sustentável (UNITED NATIONS OFFICE FOR OUTER SPACE AFFAIRS, 2023 a; 2023 b).

Ainda durante a Guerra Fria, os primeiros esforços do Quarto Comitê se concentraram em estabelecer normas, respaldadas pelo Direito Internacional e pela Carta da ONU, para guiar os programas especiais e demais atividades desempenhadas pelos países no espaço. Ficou estabelecido que as atividades espaciais devem beneficiar todos os Estados, independentemente do seu estágio de desenvolvimento econômico e científico. Nos debates da década de 1960, também foi reforçado o entendimento de que o espaço deve ser utilizado apenas para fins pacíficos e em benefício da humanidade. As discussões ainda abordaram a importância do intercâmbio de conhecimentos científicos sobre o espaço, especialmente para países com menor acesso às tecnologias especiais, visto que satélites e outras tecnologias são cruciais para serviços de meteorologia e prevenção de desastres naturais, assim como serviços de telecomunicação, envolvendo sinais de telefones, rádios e televisões (UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY, 1961, p. 6-7; UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY, 1962, p. 5-7).

As negociações serviram como base para que a AG adotasse em dois importantes documentos que regulamentam as atividades dos países no espaço. O primeiro foi a “Declaração dos Princípios Jurídicos Reguladores das Atividades dos Estados na Exploração e Uso do Espaço Exterior”, adotada por consenso, em 1963, por meio da Resolução 1962 (XVIII). Esse documento reconhece os nove princípios que, desde então, regem as ações e atividades dos países relacionadas ao uso e exploração do espaço exterior. Os nove princípios estabeleceram um

² O COPUOS conta ainda com dois subcomitês, sendo eles: o Subcomitê Científico e Técnico, que discute questões relacionadas ao uso e desenvolvimento de tecnologias espaciais e o Subcomitê Jurídico, o qual analisa as normas e demais questões relacionadas ao Direito Internacional para uso e exploração do espaço (UNITED NATIONS OFFICE FOR OUTER SPACE AFFAIRS, 2023 a).





entendimento comum entre os países para a criação do segundo documento: o “Tratado sobre os Princípios que Regem as Atividades dos Estados na Exploração e Uso do Espaço Exterior, incluindo a Lua e Outros Corpos Celestiais”, adotado em 1966, por meio da Resolução 2222 (XXI). O Tratado avança em relação à Declaração de 1963, pois cria obrigações jurídicas aos países, uma vez assinado e ratificado³. É interessante notar que o Tratado foi uma iniciativa conjunta entre a União Soviética, os Estados Unidos e o Reino Unido (KOPAL, 2008).

O Tratado visa fortalecer a cooperação internacional para aprimorar os aspectos científicos e jurídicos para exploração do espaço exterior, criando entendimentos em comum entre os países, reduzindo eventuais rivalidades nesse âmbito. Dentre outros pontos relevantes, o documento estabelece que: nenhum Estado tem o direito de se apropriar, por uso ou ocupação, ou proclamar soberania sobre o espaço exterior, a Lua e/ou outros corpos celestes; o espaço, a Lua e os corpos celestes são livres para uso e exploração por parte de todos os Estados, com base na igualdade e seguindo os termos do Direito Internacional; os Estados não devem posicionar na órbita terrestre ou em corpos celestes nenhum objetivo que carregue armas nucleares ou armas de destruição em massa; os Estados são responsáveis, perante a comunidade internacional, por qualquer atividade realizada no espaço, seja por entidades governamentais ou não-governamentais, assim como por garantir que as atividades sejam realizadas de acordo com os termos do Tratado. Mais especificamente, o Artigo VI estabelece que atividades espaciais desempenhadas por atores não-governamentais requerem autorização e contínua supervisão do Estado-Parte do Tratado (UNITED NATIONS OFFICE FOR OUTER SPACE AFFAIRS, 2023 e).

Tais medidas foram bem-sucedidas no sentido de evitar que uma corrida armamentista se desdobrasse para o espaço durante a Guerra Fria. Desde o fim desse conflito, na década de 1990, o Quarto Comitê tem direcionado esforços para fortalecer a cooperação internacional, especialmente em torno da exploração do espaço para fins científicos, e garantir o uso pacífico do espaço exterior. A criação da Estação Espacial Internacional, em 1998, pode ser considerada um reflexo disso⁴.

Ainda assim, o receio de que o espaço seja utilizado para fins militares permanece como uma questão para a AG, especialmente nos anos mais recentes em que a competitividade entre países mais industrializados tem se desdobrado, novamente, para esse ambiente. Com base nisso, nos últimos anos, a AG – junto ao Secretário-Geral da ONU – tem buscado um entendimento comum aos países, ao tentar definir quais são as ameaças, concretas e potenciais, envolvendo o espaço exterior, sejam elas decorrentes de causas naturais ou de ação humana,

³ Até janeiro de 2022, 122 países haviam ratificado o Tratado. Outros 23 países – entre eles, Bolívia, Colômbia e Irã – assinaram o Tratado, mas ainda não o ratificaram. Países como Sérvia, Moçambique, Guatemala, Croácia e Angola, ainda não assinaram o Tratado (UNITED NATIONS OFFICE FOR OUTER SPACE AFFAIRS, 2023 d).

⁴ A Estação Espacial Internacional foi criada por uma iniciativa dos Estados Unidos junto à Rússia, Canadá, Japão e aos países participantes da Agência Espacial Europeia. O propósito desse projeto é servir como um laboratório para fortalecer a comunidade científica, contribuindo para o desenvolvimento de pesquisas sobre o espaço e seus desdobramentos para usos na Terra (NATIONAL AERONAUTICS AND SPACE ADMINISTRATION, 2023).





assim como as ações e atividades que possam ser consideradas responsáveis, irresponsáveis ou ameaçadoras, considerando seu impacto para a segurança internacional (UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY, 2021 a, p. 4).

O Relatório do Secretário-Geral, publicado em 2021, estabelece alguns desses entendimentos, especialmente no que diz respeito ao comportamento responsável esperado dos Estados em relação ao uso do espaço, garantindo relações de transparência, segurança, estabilidade e sustentabilidade a longo prazo. O documento também chama atenção para a defasagem existente entre o direito internacional envolvendo o espaço, da década de 1960, e os recentes avanços no uso e exploração espaciais, envolvendo inclusive atores não-governamentais (UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY, 2021 a, p. 8-10; p. 17).

Garantir a participação e a inclusão de todos os países no uso e exploração do espaço, por meio do acesso à ciência e às tecnologias especiais e suas aplicações, assim como o acesso a serviços e informações que envolvem o espaço, é outro ponto relevante para o Quarto Comitê. Nesse sentido, em 1996, por meio da Resolução 51/122, a AG adotou a “Declaração sobre a Cooperação Internacional para Exploração e Uso do Espaço Exterior, Levando em Consideração as Necessidades dos Países em Desenvolvimento”. Esse documento reforça que a cooperação internacional deve atender aos interesses de todos os Estados, independentemente do seu grau de desenvolvimento econômico, social, científico e tecnológico. Ao mesmo tempo, a Declaração estabelece que os termos da cooperação devem ser justos e respeitar os direitos e interesses legítimos das partes envolvidas, incluindo os direitos de propriedade intelectual. Os Estados que possuem agências e programas espaciais mais avançados devem contribuir para promover a cooperação internacional de forma equitativa, em uma base acordada e aceita de forma mútua, considerando a necessidade de assistência técnica dos países interessados com programas espaciais ainda incipientes (UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY, 1997, p. 1-3).

O UNOOSA desempenha um papel central nesse processo, facilitando e promovendo programas conjuntos de capacitação, educação e treinamento em ciência e tecnologias espaciais, principalmente entre países em desenvolvimento, para que o uso e a exploração do espaço ocorram de forma mais justa. Deste modo, é fundamental o debate sobre as maneiras que os Estados podem cooperar para ampliar a produção e difusão da ciência e das tecnologias para a exploração espacial, sobretudo considerando as aplicações desse conhecimento para áreas como a telemedicina, a proteção ambiental, o monitoramento do clima e dos riscos de desastres climáticos-ambientais. O Quarto Comitê, junto ao UNOOSA, também tem discutido maneiras de promover a maior participação das mulheres e meninas na ciência e na exploração espacial. Esse objetivo tem sido alcançado através de atividades de capacitação e assessoria técnica, assim como projetos que proporcionam maior envolvimento das mulheres no ensino superior, especialmente nas áreas de ciências exatas e engenharias (UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY, 2022, p. 5).





Um exemplo de destaque das possibilidades de cooperação internacional, considerando as necessidades dos países em desenvolvimento, é o projeto "KiboCUBE", desenvolvido pela Agência de Exploração Aeroespacial Japonesa (JAXA, na sigla em inglês) em conjunto com o UNOOSA, como parte da iniciativa "Access to Space for All"⁵. O programa oferece treinamento e capacitação em educação e pesquisa para países em desenvolvimento, para que possam produzir satélites que podem ser lançados pelo módulo japonês "Kibo", na Estação Espacial Internacional. Através desse projeto, espera-se que os países em desenvolvimento, por meio do acesso às tecnologias e serviços baseados no espaço, possam avançar na implementação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030. Promovendo a capacitação de engenheiros e cientistas para a criação de satélites, o "KiboCUBE" contribui para o ODS 4, que trata da educação de qualidade, assim como o ODS 8, que visa o trabalho decente e crescimento econômico. O projeto também contribui para o ODS 9, que promove a industrialização inclusiva e sustentável, além da inovação (UNITED NATIONS OFFICE FOR OUTER SPACE AFFAIRS, 2020, p. 4-6).

Como ilustrado pelo projeto, o espaço exterior é crucial para a implementação dos ODS. Desde 2015, quando foi adotada a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável⁶, a ONU e o UNOOSA, mais especificamente, têm buscado demonstrar como as tecnologias e os serviços espaciais, assim como as informações geoespaciais, contribuem para o Desenvolvimento Sustentável. Duas iniciativas merecem destaque, nesse sentido: a primeira, lançada pelo UNOOSA, é a "Space4SDGs", que mostra como os projetos e as tecnologias espaciais contribuem para cada um dos 17 ODS (UNITED NATIONS OFFICE FOR OUTER SPACE AFFAIRS, 2023 c).

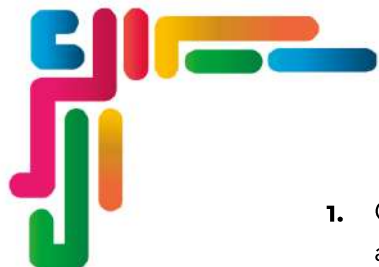
A segunda iniciativa é Agenda "Space2030" e seu plano de ação, adotados por consenso pela AG por meio da Resolução 76/3, em 2021. Agenda "Space2030" reforça o papel das atividades espaciais na implementação da Agenda 2030 e seus 17 ODS e, com isso, a importância da cooperação internacional. Seus objetivos se concentram em 4 áreas principais: reforçar o espaço como um dos principais motores do desenvolvimento sustentável e ampliar os benefícios econômicos que derivam das atividades espaciais; aproveitar o potencial do espaço de solucionar desafios cotidianos e gerar inovações para melhorar a qualidade de vida na Terra; e construir parcerias e fortalecer a cooperação internacional para garantir o uso pacífico do espaço (UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY, 2021 b, p. 1-6).

Frente a essas questões históricas e mais atuais sobre o uso e a exploração do espaço exterior, espera-se que o Quarto Comitê negocie medidas eficazes para fortalecer a cooperação e as parcerias entre os países em torno das atividades espaciais, levando em consideração os desafios recentes enfrentados pela comunidade internacional. Com o objetivo de auxiliar o Quarto Comitê a avançar no debate sobre a Cooperação Internacional para o Uso Pacífico do Espaço Exterior, as seguintes questões são propostas:

⁵ Tradução livre: Acesso ao Espaço para Todos.

⁶ A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e os 17 ODS foram adotados pela AG, em 2015, por meio da Resolução 70/1 (UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY, 2015).





1. Considerando o crescente interesse no espaço exterior, por parte de atores estatais e não-estatais, inclusive para fins comerciais, como garantir que o espaço e os corpos celestes não sejam apropriados e permaneçam livres para uso e exploração igualitária por todos os Estados?
2. Considerando a relevância do espaço para o desenvolvimento científico, econômico e social dos países, e para a implementação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, como fortalecer iniciativas para educação, treinamento e capacitação em ciência e tecnologias especiais, sobretudo em países em desenvolvimento e menos desenvolvidos, a fim de garantir o acesso ao espaço para todos?
3. Levando em conta as recentes tensões entre a Rússia e a OTAN em torno da guerra na Ucrânia, como o Quarto Comitê pode fortalecer a cooperação internacional e garantir que essas tensões não minem a os esforços pelo uso pacífico do espaço exterior?

Referências Bibliográficas

- KOPAL, V. *Treaty on Principles Governing the Activities of States in the Exploration and Use of Outer Space, Including the Moon and Other Celestial Bodies*. United Nations Audiovisual Library of International Law, 2008. Disponível em: https://legal.un.org/avl/pdf/ha/tos/tos_e.pdf. Acesso em 3 jul. 2023.
- NATIONAL AERONAUTICS AND SPACE ADMINISTRATION (NASA). *International Cooperation. Official website of National Aeronautics and Space Administration*, 2023. Disponível em: https://www.nasa.gov/mission_pages/station/cooperation/index.html. Acesso em 19 mai. 2023.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *A Carta das Nações Unidas. Website oficial das Nações Unidas Brasil*, 2007. Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2022-05/Carta-ONU.pdf>. Acesso em 2 mai. 2023.
- SCHRIJVER, N. *Development without destruction: The UN and the global resource management*. New York: UN Intellectual History Project, 2010.
- UNITED NATIONS (UN). *Special Political and Decolonization (Fourth Committee). Official website of the United Nations*. Disponível em: <https://www.un.org/en/ga/fourth/>. Acesso em 2 mai. 2023.
- UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY (UNGA). *Reducing space threats through norms, rules and principles of responsible behaviours. Report of the Secretary-General. Prevention of an arms race in outer space, 21-27 September 2021a*. New York, 13 July 2021, A/76/77. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/3934709>. Acesso em 24 abr. 2023.
- _____. *Resolution 1082 - International Cooperation in the peaceful uses of outer space*. Adopted by the General Assembly at its 1192th plenary meeting, on 14 December 1962. Disponível em: https://www.unoosa.org/pdf/gares/ARES_17_1802E.pdf. Acesso em 18 mai. 2023.





UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY (UNGA). *Resolution 1348 (XIII) - Question of the Peaceful use of Outer Space*. Adopted by the General Assembly at its 13th session, on 13 December 1958, RES/1348 (13). Disponível em: https://www.unoosa.org/pdf/gares/ARES_13_1348E.pdf. Acesso em 18 mai. 2023.

_____. *Resolution 1721 (XVI) - International Cooperation in the peaceful uses of outer space*. Adopted by the General Assembly at its 1085th plenary meeting, on 20 December 1961. Disponível em: https://www.unoosa.org/pdf/gares/ARES_16_1721E.pdf. Acesso em 8 mai. 2023.

_____. *Resolution 51/122 - Declaration on International Cooperation on the Exploration and Use of Outer Space for the Benefit and in the Interest of All States, Taking in Particular Account the Needs of Developing Countries*. Adopted by the General Assembly at its 51th session, on 4 February 1997, A/RES/51/122. Disponível em: https://www.unoosa.org/pdf/gares/ARES_51_122E.pdf. Acesso em 28 abr. 2023.

_____. *Resolution 70/1 - Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development*. Adopted by the General Assembly at its seventieth session, 21 October 2015, A/RES/70/1. Disponível em: <https://undocs.org/a/res/70/1>. Acesso em 3 jul. 2023.

_____. *Resolution 76/3 - The "Space2030" Agenda: Space as a driver of sustainable development*. Adopted by the General Assembly at its 76th session, on 25 October 2021b, A/RES/76/3. Disponível em: https://www.unoosa.org/res/oosadoc/data/resolutions/2021/general_assembly_76th_session/ares763.html/A_RES_76_3_E.pdf. Acesso em 5 jul. 2023.

_____. *Resolution 77/121 - International cooperation in the peaceful uses of outer space*. Adopted by the General Assembly at its 77th session, on 12 December 2022, A/RES/77/121. Disponível em: https://www.unoosa.org/res/oosadoc/data/resolutions/2022/general_assembly_77th_session/ares77121.html/N2274756.pdf. Acesso em 24 abr. 2023.

UNITED NATIONS OFFICE FOR OUTER SPACE AFFAIRS (UNOOSA). *COPUOS History. Official website of the United Nations Office for Outer Space Affairs*, 2023a. Disponível em: <https://www.unoosa.org/oosa/en/ourwork/copuos/history.html>. Acesso em 18 mai. 2023.

_____. *KiboCUBE: The cooperation programme between UNOOSA and JAXA on cubesat deployment from the International Space Station (ISS) Japanese experiment module (Kibo)*. Vienna: United Nations, 2020. Disponível em: https://www.unoosa.org/documents/pdf/psa/hsti/KiboCUBE/20-05460_KiBocube_flyer_ebook.pdf. Acesso em 5 jul. 2023.

_____. *Roles and Responsibilities. Official website of United Nations Office for Outer Space Affairs*, 2023b. Disponível em: <https://www.unoosa.org/oosa/en/aboutus/index.html>. Acesso em 26 abr. 2023.





UNITED NATIONS OFFICE FOR OUTER SPACE AFFAIRS (UNOOSA). Space Solutions Compendium. *Official website of United Nations Office for Outer Space Affairs*, 2023c. Disponível em: https://www.unoosa.org/oosa/en/ourwork/space4sdgs/SSC_pilot.html. Acesso em 4 jul. 2023.

_____. Status of International Agreements relating to Activities in Outer Space. *Official website of United Nations Office for Outer Space Affairs*, 2023d. Disponível em: <https://www.unoosa.org/oosa/en/ourwork/spacelaw/treaties/status/index.html>. Acesso em 4 jul. 2023.

_____. Treaty on Principles Governing the Activities of States in the Exploration and Use of Outer Space, including the Moon and Other Celestial Bodies. *Official website of United Nations Office for Outer Space Affairs*, 2023e. Disponível em: <https://www.unoosa.org/oosa/en/ourwork/spacelaw/treaties/introouterspacetreaty.html>. Acesso em 4 jul. 2023.





REFERÊNCIAS DA ONU

Relatórios do Secretário-Geral

Coordination of space-related activities within the United Nations system: directions and anticipated results for the period 2022-2023 - capacity-building for an inclusive future⁷ (2023)

Resumo: O relatório resulta de uma reunião entre agências da ONU para evitar a duplicação de trabalhos entre suas entidades que atuam, direta ou indiretamente, com o tema do espaço. O documento reconhece a relevância das atividades espaciais para promover o desenvolvimento sustentável e, com isso, o crescente interesse dos Estados, mas também das indústrias e do setor privado, nessa área. Com base nisso, o relatório apresenta diretrizes para garantir que o acesso aos benefícios provenientes das atividades espaciais seja igualitário para todos os países, “sem deixar ninguém para trás”. Mais especificamente, o documento trata de iniciativas que promovem ações de capacitação nas áreas científica, política, tecnológica e jurídica, e traz exemplos de parcerias nessa área.

Reducing space threats through norms, rules and principles of responsible behaviours⁸ (2021)

Resumo: O relatório analisa a conjuntura mais atual dos Estados em relação ao âmbito espacial, reconhecendo as ameaças reais e potenciais que resultam tanto de processos naturais quanto da ação humana (p. 4-7). Com base nisso, o relatório caracteriza o que seriam comportamentos responsáveis e irresponsáveis, no que diz respeito às atividades espaciais (p. 8-10). O documento reitera a importância do desenvolvimento de normas nos termos do Direito Internacional e da Carta da ONU que organizem as atividades espaciais de maneira internacional para que todos os Estados estejam cientes das ações que podem desenvolver. Também é reforçada a importância de englobar nas discussões outras partes envolvidas no desenvolvimento de tecnologias espaciais, como as universidades e o setor privado, prezando pela igualdade de gênero nessa participação (p. 17). Por fim, o relatório conta com a colaboração dos Estados-Membros, através do envio de suas visões sobre o tema (p. 19).

⁷ Tradução livre: “Coordenação de atividades relacionadas ao espaço no sistema das Nações Unidas: direções e resultados esperados para o período 2022-2023 – capacitação para um futuro inclusivo”.

⁸ Tradução livre: “Reduzindo as ameaças espaciais através de normas, regras e princípios de comportamentos responsáveis”.





Coordination of space-related activities within the United Nations system: directions and anticipated results for the period 2020-2021 - megatrends and realization of the Sustainable Development Goals⁹ (2020)

Resumo: Este relatório também é resultado de uma reunião entre agências da ONU para evitar a duplicação de trabalhos de suas agências e programas que atuam com o tema do espaço. É analisado como as tecnologias espaciais e os dados obtidos por meio do espaço podem contribuir para a implementação da Agenda 2030 e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Com isso, o relatório discorre sobre o uso do espaço para lidar com desafios relacionados, por exemplo, ao crescimento demográfico (p. 2-4), o aumento da urbanização (p. 5 e 7), o avanço das mudanças climáticas (p. 9-11), o aumento dos conflitos (p. 12) e o acesso às tecnologias de ponta, inclusive para garantir o acesso ao espaço (p. 14-15).

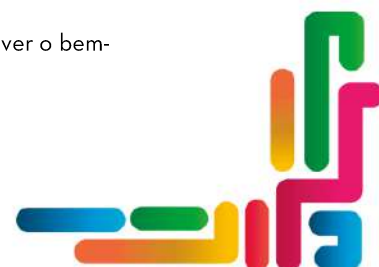
Coordination of space-related activities within the United Nations system: directions and anticipated results for the period 2018-2019 – a United Nations that delivers¹⁰ (2018)

Resumo: O relatório resulta de uma reunião entre entidades da ONU para analisar como a tecnologia espacial pode contribuir para a implementação da Agenda 2030. Sobre a Economia Espacial, destaca-se a importância de garantir o acesso igualitário às tecnologias espaciais entre os Estados, além de iniciativas para facilitar o compartilhamento de tecnologias, visando o desenvolvimento sustentável (p. 3-4). Na seção sobre a Sociedade Espacial, o relatório discute os benefícios que a humanidade pode obter a partir do uso do espaço, chamando atenção para a importância da inclusão das mulheres e a busca pela igualdade de gênero no desenvolvimento científico e tecnológico. O relatório destaca os benefícios da exploração espacial especialmente em termos de acesso à saúde, contribuindo para o ODS 3¹¹, a segurança humana e o gerenciamento de riscos (p. 5-6; 8). Na seção sobre Diplomacia Espacial, é citada a importância do diálogo entre diferentes órgãos e atores envolvidos no uso do espaço, para maior transparência e confiança entre os Estados nas atividades espaciais (p. 12-13). Na seção sobre o Acesso ao Espaço, é citada a importância de ampliar medidas para a disseminação das tecnologias espaciais a todos os países, especialmente aqueles em desenvolvimento (p. 9-11).

⁹ Tradução livre: “Coordenação de atividades relacionadas ao espaço no sistema das Nações Unidas: direções e resultados esperados para o período 2020-2021 - Megatendências e realização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável”.

¹⁰ Tradução livre: “Coordenação das atividades relacionadas ao espaço no sistema das Nações Unidas: direções e resultados esperados para o período 2018-2019 - uma Organização das Nações Unidas que entrega”.

¹¹ Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 3: “Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades”





Resoluções da Assembleia Geral

Resolution 77/121 - “International Cooperation in the Peaceful Uses of Outer Space” (A/RES/77/121)

Resumo: A última resolução adotada pelo Quarto Comitê, em 2022, enfatiza a importância da ratificação dos tratados internacionais sobre o espaço pelos Estados membros, considerando os 55 anos do “Tratado sobre os Princípios que Regem as Atividades dos Estados na Exploração e Uso do Espaço Exterior”. A resolução ainda trata da questão de evitar uma corrida armamentista no espaço e enfatiza que a exploração do espaço deve ocorrer de forma pacífica, visando o desenvolvimento dos países, especialmente os países em desenvolvimento. O comportamento responsável dos atores envolvidos nas atividades espaciais é igualmente relevante, sendo encorajados programas e iniciativas de cooperação regional para garantir isso. A resolução, também, reconhece a relevância do espaço para alcançar os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e destaca a importância do espaço para desenvolver áreas como a telemedicina e a educação. Também é abordada a busca pela igualdade de gênero, a partir de iniciativas que envolvam mulheres e meninas no ensino e no desenvolvimento em ciências e tecnologias voltadas ao espaço.

Resolution 76/76 - “International Cooperation in the Peaceful Uses of Outer Space” (A/RES/76/76)

Resumo: Esta resolução foi adotada pelo Quarto Comitê, em 2021. Nela, a AG nota com satisfação as iniciativas para criação de um centro regional para promover a educação em ciência e tecnologia espaciais na Eurásia, a partir de uma proposta do governo da Rússia. O centro é filiado às Nações Unidas. É importante ressaltar que esta resolução foi adotada antes da escalada do conflito na Ucrânia. Além disso, a resolução aponta que a cooperação regional deve ser usada para manter o uso pacífico do espaço, tendo em vista, principalmente, os Estados que precisam desenvolver mais suas capacidades para a Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável. Também é lembrado a adoção da Política e Estratégia Espacial Africana, que marca um passo para realização do programa africano com a criação da Agência Espacial Africana. O relatório também incentiva a condução de atividades em relação à segurança espacial e a medidas de transparência na confiança em relação a atividades no espaço. Também foi abordada a importância de buscar maior envolvimento dos setores industrial e privado nas discussões sobre o espaço.

Resolution 76/3 - “The “Space2030” Agenda: space as a driver of sustainable development” (A/RES/76/3)

Resumo: A resolução estabelece a Agenda “Space2030” e seu plano de ação, os quais foram adotados pela AG em 2021. Essa agenda resulta da Conferência das





Nações Unidas sobre Exploração e Usos Pacíficos do Espaço Sideral (UNISPACE+50), organizada em comemoração aos 50 anos do início da exploração do espaço. Ela visa fortalecer a cooperação entre os países para a exploração do espaço, especialmente para a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. A agenda reconhece e visa ampliar os benefícios econômicos que derivam das atividades espaciais, assim como as possibilidades de gerar inovações para melhorar a qualidade de vida das pessoas na Terra.

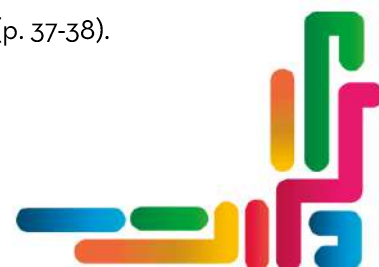
Outras Publicações da ONU

Report of the Committee on the Peaceful Uses of Outer Space (2022)

Resumo: Este relatório foi desenvolvido pelo COPUOS e traz uma visão geral deste comitê sobre as questões mais atuais relacionadas ao espaço, que serve como base para as decisões tanto do Primeiro quanto do Quarto Comitê da AG. O documento resume as discussões COPUOS, por exemplo, em relação à cooperação internacional em um contexto marcado pelo acirramento das tensões entre a Rússia e a Europa Ocidental, em torno da Ucrânia (p. 6). O relatório também retoma desafios atuais, como as mudanças climáticas, e a urgência da implementação do Acordo de Paris e da Agenda 2030, e pontua como as tecnologias espaciais podem ajudar a contorná-los (p. 33-35; p. 37-39). São reconhecidos os avanços possibilitados pelas tecnologias espaciais em áreas como: saúde, educação e segurança. Dessa forma, é ressaltada a importância de englobar atores envolvidos no desenvolvimento dessas tecnologias nas discussões sobre o espaço (p. 35-36). O documento também traz impressões gerais das delegações sobre a Agenda “Space2030” (p. 45-46).

Guidelines for the Long-Term Sustainability of Outer Space Activities of the Committee on the Peaceful Uses of Outer Space (2021)

Resumo: As “Diretrizes para a Sustentabilidade de Longo Prazo das Atividades Espaciais Exteriores do Comitê de Usos Pacíficos do Espaço Exterior” é uma publicação do UNOOSA para orientar os Estados e demais atores envolvidos em atividades espaciais. A publicação é dividida em 4 áreas, dentre elas: a área de Política e Regulamentação das Atividades Espaciais, que – dentre outros pontos – reforça a responsabilidade internacional dos Estados pelas atividades espaciais desempenhadas por agentes não-governamentais (p. 9); a área de Cooperação internacional, capacitação e conscientização, que ressalta a importância da cooperação entre os Estados para o intercâmbio de informações e conhecimento, assim como para a promoção de iniciativas de capacitação, para reduzir as disparidades entre os países no acesso à ciência e às tecnologias espaciais (p. 31-34); a área de Pesquisa Científica e Técnica e Desenvolvimento, que visa impulsionar a comunidade científica, as pesquisas e o desenvolvimento de tecnologias para a exploração espaciais, de forma pacífica e sustentável (p. 37-38).





United Nations Treaties and Principles on Outer Space (2008)

Resumo: A publicação reúne todos os tratados, declarações e princípios relacionados ao uso e exploração do espaço exterior já adotados pela AG. Dessa forma, a publicação traz, na íntegra, o texto do “Tratado sobre os Princípios que Regem as Atividades dos Estados na Exploração e Uso do Espaço Exterior, Incluindo a Lua e Outros Corpos Celestiais”, de 1966, assim como o texto da “Declaração de Princípios Jurídicos que Regem as Atividades dos Estados na Exploração e Uso do Espaço Sideral”, de 1963, e da “Declaração sobre Cooperação Internacional na Exploração e Uso do Espaço Sideral para o Benefício e Interesse de Todos os Estados, Levando em Conta Particular as Necessidades dos Países em Desenvolvimento”, de 1996.

Sites Oficiais

United Nations General Assembly

Resumo: O site oficial da Assembleia Geral da ONU, em inglês, traz explicações sobre o mandato e funções do órgão, assim como informações sobre sua composição, a agenda da atual sessão (77ª) e seus documentos oficiais. A seção “*Main Committees*” explica o foco de cada um dos seis comitês que compõem a AG, incluindo o Quarto Comitê.

Escritório das Nações Unidas Sobre Espaço Exterior (UNOOSA).

Resumo: O site oficial do UNOOSA, em inglês, reúne relatórios e documentos oficiais sobre as discussões da ONU relacionadas ao espaço exterior, além de trazer o histórico do escritório e do Comitê para o Uso Pacífico do Espaço Exterior (COPUOS). Na seção “*Documents*”, o site traz todas as resoluções já adotadas pela Assembleia Geral sobre o tema do espaço exterior, além dos relatórios elaborados pelo COPUOS. Na seção “*Space4SDGs*”, o site reúne informações sobre como as atividades desenvolvidas no espaço contribuem para alcançar cada um dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

Recursos Extras

Fourth Committee Approves Two Draft Resolutions on Outer Space Cooperation, Spotighting Global Health, Arms Race, Risks of Space Debris (UN Press, 2022)¹²

Resumo: A notícia traz a cobertura da 17ª reunião do Quarto Comitê, em outubro de 2022, sobre a cooperação internacional para o uso pacífico do espaço exterior.

¹² Quarto Comitê Aprova Dois Projetos de Resolução sobre Cooperação Espacial Exterior, Destacando Saúde Global, Corrida Armamentista, Riscos de Detritos Espaciais (2022)





Como pontos fundamentais, destacamos que houve consenso entre os países na adoção de duas resoluções: uma, destinada ao acesso aos benefícios que as tecnologias espaciais trazem à área da saúde, especialmente por meio da cooperação regional, e outra relacionada à urgência de prevenir uma possível corrida armamentista, além de chamar atenção para o risco de colisões entre satélites e detritos no espaço. Destaca-se, nessa reunião, a objeção apresentada por países como Canadá, Estados Unidos, e República Tcheca, em nome da União Europeia, sobre a ONU ter apoiado a criação do centro de pesquisa na Eurásia, a partir de uma iniciativa do governo russo, considerando o contexto da guerra na Ucrânia.

Delegates Spotlight Ways That Space Technology Can Help Reach Global Goals as Fourth Committee Continues Examining Peaceful Uses of Space (UN Press, 2022)¹³

Resumo: A notícia cobre os discursos dos países durante a 16ª reunião do Quarto Comitê da Assembleia Geral, ocorrida em outubro de 2022. Os países em desenvolvimento trouxeram exemplos de como a tecnologia espacial tem contribuído com iniciativas para alcançar os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. O Iraque destacou que usa satélites para planejar a infraestrutura do país, assim como para medir as consequências das áreas afetadas pela guerra. A delegação também solicitou que países desenvolvidos contribuam com assistência técnica e capacitação de pessoal para o desenvolvimento de programas espaciais de países em desenvolvimento. Cuba, por sua vez, reforçou que todos os países devem ter acesso ao espaço e que a ONU tem um papel importante nesse processo. A delegação também enfatizou as dificuldades enfrentadas pelo país para o desenvolvimento científico na área espacial, devido aos bloqueios econômico, comercial e financeiro impostos pelos Estados Unidos. Já a delegação dos Estados Unidos direcionou atenção para o esforço de implementação das normas e princípios estabelecidos pelo Tratado de 1966, inclusive para guiar as ações do setor privado nas atividades espaciais.

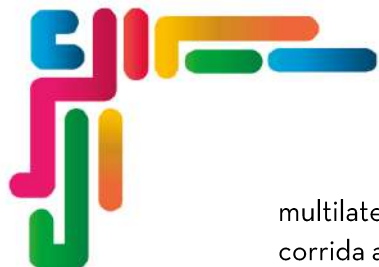
Speakers Renew Calls for Treaty to Prevent Arms Race in Space as First, Fourth Committees Convene Joint Meeting (UN Press, 2022)¹⁴

Resumo: A matéria traz a cobertura da 15ª reunião do Quarto Comitê, durante a 77ª sessão da AG, em 2022. A reunião ocorreu em conjunto com o Primeiro Comitê e discutiu assuntos relacionados à promoção da paz e da segurança internacionais. Nesta reunião, as delegações reforçaram a necessidade de negociar,

¹³ Tradução livre: “Delegados destacam maneiras pelas quais a tecnologia espacial pode ajudar a alcançar metas globais, na medida em que o Quarto Comitê continua examinando usos pacíficos do espaço”.

¹⁴ Tradução livre: “Oradores renovam o chamado por um tratado para prevenir a corrida armamentista no espaço, durante uma reunião conjunta entre o Primeiro e Quarto Comitês da AG”.





multilateralmente, um instrumento jurídico vinculante para evitar uma possível corrida armamentista no espaço. O Diretor e Adjunto do Alto Representante para Assuntos de Desarmamento lembrou que o espaço é considerado como um “bem global comum” e enfatizou que as diretrizes para o uso e exploração do espaço requerem uma atualização. Alguns países se pronunciaram durante a reunião. A delegação da Índia, por exemplo, enfatizou que o espaço deve ser um local de cooperação, e não de conflito. Adicionalmente, o país expressou preocupação com a proliferação de detritos espaciais e os riscos que isso pode causar na Terra no longo prazo. A delegação da Rússia, por sua vez, apontou que os Estados Unidos estão utilizando da infraestrutura espacial para objetivos militares.

Fourth Committee Shifts Focus to Peaceful Uses of Outer Space with Speakers Emphasizing Need to Close Technological Gap (UN Press, 2022)¹⁵

Resumo: Esta notícia traz a cobertura da 14ª reunião do Quarto Comitê, em outubro de 2022, acerca do item “a cooperação internacional nos usos pacíficos do espaço exterior”. Dentre os países que se pronunciaram nessa reunião, está a Coreia do Sul, que enfatizou a importância de garantir o acesso às tecnologias espaciais aos países em desenvolvimento, destacando que a concentração das tecnologias espaciais nas mãos de países desenvolvidos constitui um obstáculo à construção de um futuro melhor para a humanidade. Já o Paquistão, ressaltou que o espaço tem sido importante para o país desenvolver atividades na área da agricultura, saúde e gerenciamento de desastres naturais. A delegação reconheceu que países em desenvolvimento ainda enfrentam desafios para acessar os benefícios provenientes das tecnologias espaciais. Com base nisso, a delegação ressaltou a importância da Agenda “Space2030” e da compreensão de que o espaço deve ser tratado como um “bem global comum”.

Guerra na Ucrânia: como a invasão russa ameaça a cooperação no espaço (BBC, 2022)

Resumo: A notícia do grupo britânico BBC aborda como as tensões atuais entre a Rússia e os países do Ocidente, relacionadas à guerra na Ucrânia, podem ter desdobramentos preocupantes para a cooperação internacional para o espaço. O chefe da Agência Espacial Russa (Roscosmos) tem denunciado as consequências que as sanções impostas sobre a Rússia podem ter sobre a Estação Espacial Internacional, o maior projeto de cooperação internacional construído a partir da parceria entre os Estados Unidos, a Europa Ocidental, a Rússia e outros países. O rompimento de parcerias é um ponto de preocupação, pois pode minar os esforços da comunidade científica e os avanços conquistados a partir da exploração espacial. Além disso, as tensões reforçam o receio de que o espaço

¹⁵ Tradução livre: “Quarto Comitê direciona o foco para usos pacíficos do espaço sideral com oradores enfatizando a necessidade de reduzir a disparidade tecnológica”.





seja utilizado como um local de confronto entre os países, a partir de uma corrida armamentista.

International Space Station - International Cooperation (NASA, 2023)

Resumo: O site da *National Aeronautics and Space Administration* (NASA, a agência espacial dos Estados Unidos) traz explicações sobre a Estação Espacial Internacional, a qual representa um dos maiores programas de cooperação internacional para a exploração espacial. A iniciativa foi criada no final dos anos 1990, com a participação das agências espaciais do Japão, da Rússia, da Europa e do Canadá, além da própria NASA. O programa visa promover a exploração pacífica do espaço exterior e o compartilhamento de informações entre os países para a solução de problemas que ameaçam a humanidade, como a possível colisão de materiais causada pelo congestionamento de lixo espacial dentro da órbita. A proposta é que os países passem a colaborar para essa exploração através de investimentos e compartilhando conhecimentos científicos adquiridos.

Partnerships with Industry and the Private Sector (UNOOSA, 2023)

Resumo: O site do UNOOSA traz uma seção que reconhece e explica a importância da cooperação com o setor privado para o uso e exploração do espaço, com a finalidade de alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, apresentando vários documentos que servem de base e orientação para as demandas da ONU junto ao setor privado sobre esse tópico. Destaca-se a aceitação de parcerias entre o UNOOSA com o setor privado na área de investimentos para desenvolver e fortalecer os benefícios derivados da economia espacial, a fim de responder efetivamente aos desafios atuais da humanidade.





REFERÊNCIAS PARA A POSIÇÃO OFICIAL DOS GRUPOS POLÍTICOS

Statements in the Special Political and Decolonization (4th Committee) during the General Assembly 77th Session (14th and 16th Plenary Meetings, 2022)¹⁶

Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN): durante a 77ª sessão da AG, os países da ASEAN no Quarto Comitê concordam em ampliar o compartilhamento dos avanços científicos e tecnológicos espaciais adquiridos pelos Estados. Em seu discurso, a delegação de Cingapura reafirmou o seu compromisso para garantir a exploração benéfica do espaço exterior, trabalhando juntamente com empresas espaciais nacionais para desenvolver pesquisas e equipamentos técnicos. A delegação da Malásia, por sua vez, acredita na necessidade de ampliar a transparência e a troca de informações entre todos os Estados e demais atores envolvidos com atividades espaciais. Já a Tailândia apontou em seu discurso a importância dos esforços para promover a Cooperação Sul-Sul nas questões relacionadas ao espaço, citando exemplos de como tem cooperado em programas de capacitação e pesquisas junto a países vizinhos, além de compartilhar dados coletados por meio de satélites para orientar o gerenciamento e respostas a desastres na região da Ásia-Pacífico.

Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC): os países membros da CELAC, durante a 77ª sessão da AG, enfatizaram que a tecnologia e suas aplicações contribuem para o desenvolvimento sustentável. Assim, a cooperação internacional é indispensável, sobretudo para o intercâmbio de conhecimento e tecnologias entre os Estados. Os países reforçaram que a América Latina e o Caribe possuem grande potencial na cooperação espacial, a exemplo do "Convenio Constitutivo de la Agencia Latinoamericana y Caribeña del Espacio" (ALCE), e que os países da região podem contribuir ainda mais para se beneficiarem do espaço. Membros da CELAC afirmaram a importância de seguir o direito internacional para que haja igualdade nas atividades espaciais. Em seu discurso, a Colômbia reforçou a necessidade de que todos os países mantenham a transparência em relação a suas atividades, inclusive envolvendo o setor privado.

G-77+China: no Quarto Comitê, os países que são parte do G-77 ressaltaram a importância de manter o espaço exterior para fins pacíficos, ao mesmo tempo em que reconheceram o direito de todos os Estados de desenvolver suas capacidades em sistemas espaciais, desde que de maneira pacífica e sustentável. O grupo reafirmou seu compromisso com os esforços internacionais de desarmamento e não-proliferação. A China reforçou que, a fim de garantir o desenvolvimento sustentável e de longo prazo do espaço, é necessário que haja

¹⁶ Tradução livre: "Discursos no Comitê Especial de Política e Descolonização (4º Comitê) durante a 77ª Sessão da Assembleia Geral (14ª e 16ª Reuniões Plenárias, 2022)".





uma melhoria nas normas que regem as atividades dos países no espaço exterior, acompanhando os avanços tecnológicos e os marcos das atividades realizadas no espaço. Deste modo, a cooperação entre os estados nos âmbitos político e jurídico é essencial. Assim, a delegação chinesa reafirmou a importância do multilateralismo e, principalmente, da participação de países em desenvolvimento no processo da formulação das normas sobre o espaço. Já a Índia enfatizou suas parcerias com outros países para compartilhar suas instalações e experiências, por meio de cursos especializados, para o desenvolvimento da ciência e de tecnologias espaciais, deixando evidente seus esforços para preservar o espaço como uma "herança da humanidade". Além disso, o país estabeleceu um novo programa que garante o uso seguro e sustentável do espaço: o "ISRO System" para segurança e gestão de operações espaciais sustentáveis. A Índia ainda chamou a atenção para a necessidade de ampliar o diálogo entre os países a fim de garantir o uso seguro e pacífico do espaço através de "consultas internacionais".

União Europeia (UE): A UE condenou as agressões da Rússia contra a Ucrânia, apontando para a violação do direito internacional por parte do governo russo, e demandou a retirada das tropas militares do território ucraniano. Com base nisso, os países da UE alegaram que não podem mais apoiar a afiliação à ONU do centro de educação em ciência e tecnologia espaciais para a Eurásia, com base na Rússia, e convidaram outros Estados Membros da ONU a reconsiderarem sua posição sobre a afiliação. A UE também incentivou o UNOOSA a não iniciar qualquer projeto em cooperação com a Federação Russa. Os países europeus reiteraram o seu compromisso com a preservação de um ambiente espacial seguro e sustentável, seguindo as normas do direito internacional. O grupo reforçou ser necessário estabelecer medidas de transparência e confiança entre os países, reforçando o comportamento responsável, a fim de fortalecer as relações multilaterais para evitar possíveis conflitos e interferências em relação ao uso do espaço.

Outros: Os Estados Unidos trouxeram em seu discurso a importância dos sistemas espaciais para monitorar e lidar com eventos climáticos, garantindo segurança alimentar e hídrica, assim como para garantir o acesso à internet. Entretanto, a delegação apontou para uma série de problemas relacionados às atividades espaciais. Um desses problemas deriva dos testes destrutivos de mísseis anti-satélites, pois estes geram detritos na órbita e diminuem os benefícios que as atividades espaciais podem trazer. Com isso, a delegação reforçou a necessidade de estabelecer normas de conduta para manter o espaço como um ambiente seguro, assim como considerar medidas para aumentar a transparência e a confiança entre as partes envolvidas em atividades espaciais. Já a delegação do Japão afirmou que continuará contribuindo para fóruns multilaterais para alavancar a tecnologia espacial para benefício de todos os Estados. Ressaltou também que, por meio da Estação Espacial Internacional, o Japão tem possibilitado parcerias para que países em desenvolvimento lancem pequenos





satélites. O país colabora também com o UNOOSA no projeto “Lei Espacial para Novos Atores Espaciais” para apoiar a capacitação dos países da Ásia-Pacífico em âmbito jurídico, para a criação de legislações nacionais sobre o espaço com base nas normas internacionais vigentes. Já a Federação Russa relembrou seu pioneirismo nas atividades espaciais e defendeu que o ambiente espacial permaneça pacífico, além de defender que a exploração do espaço deve ser feita de forma igualitária e não-discriminatória. A delegação ressaltou que deve ser evitada a politização das discussões sobre o uso do espaço. Também reafirmou que mantém programas de cooperação espacial com os países do BRICS.

Summary Records of the 4th Committee Meetings during the General Assembly 76th session¹⁷, 2021 (A/C.4/76/SR.8; A/C.4/76/SR.9; A/C.4/76/SR.10; A/C.4/76/SR.11; A/C.4/76/SR.12; A/C.4/76/SR.13; A/C.4/76/SR.14)

ASEAN: durante a 76ª sessão da AG, os países da ASEAN consideraram que, independentemente do nível de desenvolvimento científico ou econômico, todos os países possuem direito de se beneficiar das atividades espaciais. Reforçaram ainda que tais atividades devem ser direcionadas para fins pacíficos e que deve ser respeitado o princípio da não-apropriação do espaço e seus corpos celestes. Os países da ASEAN também ressaltaram a importância do acesso às tecnologias espaciais, enfatizando que isso deve se tornar prioridade do COPUOS. A delegação das Filipinas apoiou fortemente a promoção da cooperação internacional em assistência técnica para países em desenvolvimento em atividades relacionadas ao espaço, assim como atividades de capacitação, com o objetivo de reduzir a disparidade de acesso às tecnologias espaciais entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento. Já a delegação do Vietnã reforçou que todos os países possuem o direito de participar, contribuir e se beneficiar da exploração espacial. Ambas as delegações reforçaram, ainda, necessidade de evitar uma corrida armamentista no espaço. Para tanto, foi encorajada a troca de informações e maior cooperação em ciência e tecnologia espacial entre todos os países.

CELAC: Os Estados membros da CELAC enfatizaram em seus discursos o direito legítimo de todos Estados terem acesso ao espaço exterior para fins pacíficos, sem nenhum tipo de discriminação. As delegações defenderam a continuidade das discussões sobre o direito internacional e a implementação de agendas como a "Space2030", para acelerar a implementação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável a partir das tecnologias espaciais. O Equador demonstrou apoio ao uso do espaço para o benefício de todos, assim como reforçou que ele não pode ser tido como propriedade por nenhum estado. Ademais, explicitou em seu posicionamento que as normas internacionais para o espaço devem seguir tendo como objetivo a preservação da exploração do espaço para fins pacíficos. A

¹⁷ Tradução livre: “Resumo das transcrições da Reuniões do Quarto Comitê durante a 76ª sessão da Assembleia Geral, 2021”.





delegação de El Salvador trouxe elogios ao trabalho desenvolvido pelo COPUOS, em relação às iniciativas voltadas para a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, assim como para o gerenciamento de desastres e das consequências das mudanças climáticas.

G-77+China: em geral, os países que são parte do G-77 reforçaram em seus discursos a importância das tecnologias espaciais para alcançar os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, especialmente para os países em desenvolvimento. Junto a isso, reforçaram os mecanismos do direito internacional que guiam a exploração e as atividades no espaço e discutiram a importância de que a exploração do espaço ocorra de forma sustentável e pacífica. Expressaram preocupação em relação aos detritos e ao lixo espacial, considerando seus impactos na Terra. A delegação de Sri Lanka demonstrou interesse em liderar esforços para evitar uma corrida armamentista no espaço exterior, reforçando a necessidade de estabelecer um quadro jurídico para o espaço. Já a delegação da Etiópia reconheceu que seu país, assim como outros países africanos, estão ainda desenvolvendo suas capacidades nacionais, mas que o espaço é fundamental para alcançar crescimento econômico e o desenvolvimento. A Etiópia estabeleceu uma política espacial nacional e um instituto com foco em ciência e tecnologia espaciais, além de ter lançado satélites ao espaço visando esse objetivo.

União Europeia: os países da União Europeia reiteraram em seu discurso a necessidade de uma abordagem multilateral para os assuntos que envolvem o uso do espaço. Os países do bloco europeu também reforçaram a importância de garantir que o espaço seja um ambiente seguro e sustentável. Para isso, enfatizaram que é necessário garantir o comportamento responsável no espaço e ampliar os compromissos para evitar interferências que possam prejudicar o uso pacífico desse recurso.

Outros: em seu discurso, a delegação do Reino Unido anunciou sua nova estratégia espacial nacional e seu compromisso em manter a liderança nas discussões internacionais sobre o espaço. Foram reforçados também outros compromissos, como o Programa de Parcerias Internacionais, que visa auxiliar outros países no esforço pelo desenvolvimento, por meio do acesso às tecnologias espaciais. A delegação da Ucrânia, por sua vez, ressaltou a importância do COPUOS para a cooperação internacional, reforçando que o comitê especializado não deve ser utilizado para legitimar atores que cometem agressões e violam o direito internacional. A Ucrânia apontou que, como consequência das ações da Rússia, seu país perdeu controle e acesso às instalações espaciais que possuía na Península da Criméia. Com isso, a delegação reforçou a importância de os países negociarem um novo instrumento jurídico vinculante que corresponda aos desafios mais recentes relacionados às atividades espaciais.





BASE DE DADOS

Government expenditure on space programs worldwide

O gráfico elaborado pela plataforma Statista aponta para o aumento dos gastos governamentais com programas espaciais, à nível mundial, entre os anos de 2014 e 2022. Esses dados ilustram o crescente interesse dos países em explorar o espaço exterior. Somente entre 2021 e 2022, os investimentos nos programas espaciais cresceram cerca de 11,5%. Em 2022, foram investidos mais de 100 bilhões de dólares americanos em programas espaciais.

The Governments with the Largest Space Budgets

Este gráfico, também elaborado pela plataforma Statista, apresenta os países que mais investiram em programas na área espacial, em 2022. É fundamental destacar a disparidade entre o quanto é investido pelos Estados Unidos, em comparação com o investimento dos demais países representados no gráfico, como a China, o Japão, França e Rússia. Nota-se que os Estados Unidos direcionam quase o dobro do montante dos demais países para investimentos em programas espaciais, o que explica – em alguma medida – esse ser o país com o maior número de satélites em órbita, vide a tabela abaixo.

The Countries Capable of Launching Space Rockets

Estes dados e o gráfico, publicados pelo portal Statista, mostram os países que são capazes de lançar foguetes espaciais utilizando apenas tecnologias desenvolvidas nacionalmente. Além da Agência Espacial Europeia, somente 13 países possuem essa capacidade hoje, dentre eles: Estados Unidos, Rússia, Ucrânia, Israel, Japão, China, Irã, Coreia do Norte e, mais recentemente, a Coreia do Sul. Esses dados reforçam a importância da cooperação internacional para garantir que outros países tenham acesso a essas tecnologias.

Number of satellites in orbit 2023, by leading nations and organizations

Os dados abaixo, disponibilizados também pelo portal Statista, mostram o número de satélites em órbita por país, até fevereiro de 2023. É notável a disparidade entre o número de satélites em órbita dos EUA (5.798 satélites), comparado aos outros países. A Comunidade dos Países Independentes, que reúne países que faziam parte da União Soviética, aparece em segundo lugar, seguido da China, em terceiro lugar, e do Reino Unido, em quarto. Chama atenção o reduzido número de países em desenvolvimento. Ainda assim, nota-se a presença de países como a Índia e da Argentina.





País	Número de Satélites em Órbita
Estados Unidos da América	5.798
Comunidade de Estados Independentes (antiga URSS)	1.546
República Popular da China	601
Reino Unido	552
Japão	208
Índia	110
Agência Espacial Europeia	93
França	91
Alemanha	79
Canadá	76
Argentina	49
Espanha	48
Itália	46
Israel	34
Coreia do Sul	32

Fonte: elaboração própria a partir dos dados disponíveis em: STATISTA. Number of satellites in orbit as of February 2023, by leading nations and organizations. *Site oficial do Statista*, 2023. Disponível em: <https://www.statista.com/statistics/1367699/number-of-satellites-in-orbit-by-country/>. Acesso em 18 mai. 2023.

Space Industry Worldwide: Statistics and Facts

A pesquisa do Statista apresenta dados acerca da economia espacial global, avaliada em cerca de US\$ 423,8 bilhões, em 2019. A indústria espacial pode ser dividida entre diferentes setores para análise, como a indústria espacial para fins de comunicação (que compreende serviços de televisão, principalmente, e o crescente serviço de acesso à internet), ou para fins de pesquisa e exploração para fins científicos ou comerciais. A pesquisa também esclarece dados sobre o segmento de satélites, que podem ser usados para comunicação comercial, mas também para fins não-comerciais, por exemplo, para fins militares ou pesquisas. A pesquisa mostra, ainda, que os investimentos na indústria espacial podem partir tanto de governos, direcionados para agências espaciais, como do setor privado. Um dado interessante diz respeito ao orçamento da agência espacial dos Estados Unidos, a NASA, que direciona a maior parte de seus investimentos para estudos científicos e exploração do espaço.

Who's responsible for space junk?

O gráfico elaborado pela plataforma Statista ilustra os países que contribuem para gerar lixo espacial, sendo os três principais: Rússia, Estados Unidos e China. O lixo espacial compreende os detritos de satélites quebrados, propulsores de foguetes, testes de armamentos e outras estruturas espaciais que foram lançadas ao longo dos anos e acabaram ficando presas na órbita terrestre. O lixo espacial gera uma





série de preocupações, como a possibilidade de detritos colidirem com satélites e outras estruturas ativas no espaço, utilizando para monitoramento da Terra, assim como podem liberar substâncias tóxicas que são nocivas na atmosfera, prejudicando a camada de ozônio. Adicionalmente, os detritos podem atrapalhar o lançamento de novos satélites e outros instrumentos para exploração do espaço.



famun.com.br

 **famun@facamp.com.br**

 **@famunfacamp**

 **@famunfacamp**

 **@famunfacamp1**



**FLIP THE
SCRIPT**

a world of infinite
possibilities

FAMUN 2023 | 10 YEARS

CONSELHO DE DIREITOS HUMANOS

Guia de Pesquisa

**FLIP THE
SCRIPT**

a world of infinite
possibilities

FAMUN 2023 | 10 YEARS



GUIA DE PESQUISA

CONSELHO DE DIREITOS HUMANOS DAS NAÇÕES UNIDAS

DIREITOS HUMANOS DOS DESLOCADOS INTERNOS

Autores

Antonio Bassetto de Paula
Fernanda Reberte Maia
Júlia Marcelle Arruda Camargo
Kamila de Oliveira Loureiro
Mariá Fonseca Rodrigues
Samuel Ferreira Manso da Silva
Vitória Gotardo Bugi

Orientador

Professor Sérgio Sipereck Elias





SUMÁRIO

PREFÁCIO.....	3
INTRODUÇÃO.....	4
REFERÊNCIAS DA ONU.....	9
Relatórios do Secretário-Geral.....	9
Resoluções da ONU.....	9
OUTRAS PUBLICAÇÕES E SITES OFICIAIS.....	10
RECURSOS EXTRAS.....	13
SITUAÇÃO DOS DESLOCADOS INTERNOS NAS DIFERENTES REGIÕES DO GLOBO.....	15
África.....	15
Ásia-Pacífico.....	15
América Latina e Caribe.....	16
Europa e Outros.....	17
RECURSOS PARA A POSIÇÃO OFICIAL DOS GRUPOS REGIONAIS.....	18
BASE DE DADOS.....	19





PREFÁCIO

Prezado(a) delegado(a),

Estamos muito felizes por sua participação na décima edição do FACAMP Model United Nations (FAMUN), no Conselho dos Direitos Humanos (CDH). Nos sentimos realizados(as) por você ter topado esse desafio e estar presente nas nossas simulações do CDH. Você passará por um processo de amadurecimento a partir de agora e nós estaremos aqui, durante todo o tempo, para que você tenha a melhor experiência possível, desde a pesquisa sobre o tópico até a simulação.

A equipe do CDH é formada por seis pessoas, divididas em dois comitês. A equipe do CDH 1 é formada pela Presidente Kamila de Oliveira Loureiro, pelo Vice-Presidente Samuel Ferreira Silva e pela Secretária Júlia Camargo. O time do CDH 2 é formado pela Presidente Vitória Gotardo Bugi, pelo Vice-Presidente Antonio Bassetto de Paula e pela Secretária Fernanda Reberte. Nosso trabalho é apoiar e auxiliar você em todo o processo da simulação. Pode contar conosco!

Para começarmos a preparação para o FAMUN, apresentaremos o tema do nosso comitê a partir de um guia de pesquisa que nós preparamos. Esse documento tem o intuito de auxiliar e guiar sua pesquisa inicial ao tema dos direitos humanos de pessoas em situação de deslocamento interno. Ao longo das primeiras páginas, você irá encontrar uma introdução sobre o assunto de forma geral, o histórico do tema, dados atuais e questões importantes sobre o assunto. Depois disso, há uma lista de links que irão auxiliar você na pesquisa individual, incluindo relatórios, resoluções, sites, filmes e publicações, que abordam diferentes questões dentro do tema.

Assim, esperamos que vocês, em conjunto, consigam formular uma resolução em prol dos direitos humanos, visando o bem-estar e as necessidades dos deslocados internos.

Atenciosamente,

Kamila de Oliveira Loureiro

Presidente CDH 1

Vitória Gotardo Bugi

Presidente CDH 2

Samuel Ferreira M. Silva

Vice-Presidente CDH 1

Antonio Bassetto de Paula

Vice-Presidente CDH 2

Júlia Camargo

Secretária CDH 1

Fernanda Reberte

Secretária CDH 2





INTRODUÇÃO

A partir dos anos que antecederam a virada do século 20 para o 21, os Estados foram palco de inúmeras conflagrações que produziram, ao longo do tempo, grandes movimentos migratórios, que envolvem, dentre outros, refugiados, apátridas e deslocados internos. Este último grupo, segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), são “(...) pessoas deslocadas dentro de seu próprio país, pelos mesmos motivos de um refugiado, mas que não atravessaram uma fronteira internacional para buscar proteção” (ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS, 2023).

As primeiras menções às pessoas deslocadas internas foram feitas dentro da Organização das Nações Unidas (ONU) nos anos 1970, quando, em 1972, a Assembleia Geral da ONU designou o ACNUR para coordenar os trabalhos de assistência humanitária aos deslocados internos no Sudão após a guerra civil no país. A partir de então, o tema passou a ser citado em diversos documentos. É o caso da Conclusão adotada pelo Comitê Executivo do ACNUR, em 4 de outubro de 1994, que apresenta a preocupação com os deslocados internos (UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES, 1994); e o Guia para a Proteção de Pessoas Deslocadas Internamente (*Handbook for the Protection of Internally Displaced Persons*, em inglês), que busca contribuir, como um guia de direitos humanos, para aqueles que atuam na proteção dos deslocados internos (UNITED NATIONS OFFICE OF THE HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES, 2008).

Apesar disso, o tema só entrou para a agenda do Conselho de Direitos Humanos (CDH) em 2016, dado o aumento expressivo de deslocados internos observado ao longo dos anos e a consequente demanda para que os Estados tomem medidas de urgência para proteger os direitos humanos das pessoas afetadas por tais deslocamentos. No Relatório intitulado “Direitos humanos dos deslocados internos” (A/76/169, de 16 de junho de 2021), a Relatora Especial da ONU para os Direitos Humanos dos Deslocados Internos, Cecilia Jimenez-Damary, evidenciou a responsabilidade primária dos Estados em prevenir o deslocamento interno e proteger a população dos danos causados por essa problemática (UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY, 2021).

O ano de 2022 foi decisivo para ações mais enfáticas sobre o tema. O Centro de Monitoramento sobre Deslocamento Interno (*Internal Displacement Monitoring Centre - IDMC*, em inglês) estimou que 71,1 milhões de pessoas estavam na condição de deslocados internos em 2022, o que evidenciou a necessidade de organizações internacionais como a ONU e outras plataformas em discutir tal problemática a fim de incluí-la na agenda internacional e buscar soluções para a situação de vulnerabilidade vivenciada por esse contingente de pessoas (INTERNAL DISPLACEMENT MONITORING CENTRE, 2022).

Em resposta a esse desafio, o Secretário-Geral da ONU, Antonio Guterres, lançou a Agenda de Ação para o Deslocamento Interno (*The United*





Nations Secretary-General's Action Agenda on Internal Displacement, em inglês), no ano de 2022. Esse Plano de Ação propõe alternativas para a solução do problema, além de propostas para a prevenção de futuras crises de deslocados internos (UNITED NATIONS, 2022).

As principais causas para a formação de grupos de deslocados internos, nos últimos 15 anos, foram conflitos armados, perseguições políticas e religiosas, questões climáticas e desastres naturais (INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR MIGRATION, 2023). Em 2022, segundo o IDMC, houve um aumento no número de deslocados internos devido, principalmente, a conflitos políticos e desastres naturais. A Ucrânia apresentou o maior número de deslocamentos internos do mundo atualmente, com cerca de 16,8 milhões, por conta da guerra no país. Em seguida, encontram-se a República Democrática do Congo (4 milhões) e Mianmar (1 milhão), que também se encontram em conflitos armados. No que se refere aos desastres naturais, o país que apresenta os maiores índices de deslocamentos é o Paquistão, com cerca de 8 milhões, acompanhado das Filipinas (5,4 milhões) e China (3,6 milhões) (INTERNAL DISPLACEMENT MONITORING CENTRE, 2022).

Uma das principais consequências geradas pela problemática do deslocamento interno é a perda da infraestrutura social vivenciada pelas pessoas afetadas por essa condição, já que elas são forçadamente retiradas de sua referência de espaço, localização e sistema de serviços básicos. Apesar de deslocarem-se dentro de um mesmo Estado, os deslocados internos, ao fazê-lo, podem, em muitos casos, perder suas raízes e direitos como educação, saneamento básico, saúde e, principalmente, moradia (INTERNAL DISPLACEMENT MONITORING CENTRE, 2022).

Por exemplo, em 2023, um ciclone tropical provocou um desastre natural no Malauí que acarretou a formação de um grupo de deslocados internos desprovidos de seus direitos básicos. Em razão disso, António Vitorino, Diretor-Geral da Organização Internacional para as Migrações (OIM), afirmou que “o povo do Malauí está enfrentando mais um desastre catastrófico com um potencial efeito duradouro. É importante chegarmos com urgência às comunidades afetadas, pois as necessidades aumentam a cada hora” (INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR MIGRATION, 2023, tradução nossa¹).

Entre os deslocados internos, destacam-se também alguns grupos, que enfrentam ainda maiores dificuldades durante o deslocamento. Nesse sentido, ressalta-se a população LGBTQIA+, que passa por adicionais dificuldades de inserção devido à discriminação; e mulheres, especialmente jovens e grávidas, as quais já passam de 21 milhões e se encontram em extrema vulnerabilidade, uma vez que são expostas à violência sexual, física e psicológica, incluindo a exploração sexual e laboral, além da grande quantidade de partos realizados com procedimentos que, na grande maioria, acabam por incluir complicações

¹ Do original: “The people of Malawi are facing yet another catastrophic disaster with a potential long-lasting effect. It is important that we urgently reach the affected communities as the needs grow by the hour” (INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR MIGRATION, 2023).





(INTERNATIONAL DISPLACEMENT MONITORING CENTRE, 2020; ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2022).

Há também pessoas em situação de deslocamento interno que apresentam mobilidade limitada e, portanto, maior dificuldade de deslocamento, como idosos, que muitas vezes necessitam de um cuidado específico com remédios e alimentação, além de mostrarem relutância em deixar sua vida para trás. Ainda, as pessoas portadoras de deficiências físicas ou mentais, as quais somam aproximadamente 3 milhões em deslocamento interno, podem apresentar dificuldade de comunicação ou barreiras físicas, além de dificuldades de adaptação após o deslocamento (INTERNATIONAL DISPLACEMENT MONITORING CENTER, 2016; SHIVJI, 2010, p. 6).

As crianças e os adolescentes submetidos ao deslocamento interno trazem desafios adicionais para a continuidade das populações, o que vem gerando preocupações em relação aos direitos básicos desse grupo específico de deslocados, principalmente no que tange à educação e ao desenvolvimento de um senso de identidade. Nesse sentido, a diretora do Diálogo Internacional sobre Migrações (*International Dialogue on Migration* – IDM, em inglês), principal fórum de diálogo sobre políticas migratórias, reconhece que “crianças e jovens são agentes de mudança”. Assim, é possível observar esse grupo como atores fundamentais no desenvolvimento e redução de riscos de possíveis crises no futuro. Portanto, o deslocamento interno não envolve apenas condições humanitárias e situação de precariedade, mas também engloba o futuro de povos e nações (INTERNAL DISPLACEMENT MONITORING CENTRE, 2022).

Uma vez observadas algumas das inúmeras causas que geram o deslocamento interno, além dos grupos que se configuram como os mais vulneráveis nessa situação, é essencial discutir a inclusão e participação dessas pessoas no processo de elaboração de políticas para as suas necessidades. Apenas quando tais pessoas forem ouvidas e suas experiências levadas em consideração é que haverá uma melhor compreensão da sua realidade e, conseqüentemente, assistência adequada, uma vez que cada comunidade ou grupo possui diferentes necessidades:

[...] Buscamos interagir com os deslocados internos e as comunidades que os acolhem em diversas maneiras para discutir as suas preocupações, entender as suas prioridades, identificar iniciativas que podem vir a desenvolver para lidar com o deslocamento e ter um retorno sobre as atividades implementadas para apoiá-los, com o objetivo de assegurar o envolvimento significativo deles nos nossos programas (...) (COMITÊ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA, 2018).

Dessa forma, busca-se garantir os direitos humanos dos deslocados internos e, sobretudo, o direito ao retorno à sua terra natal, o que é um dos maiores objetivos dos deslocados. Cabe, portanto, aos delegados do Conselho de Direitos Humanos do FAMUN 2023, pensar em algumas questões pertinentes ao tema para fomentar o debate:

1. Tendo em vista que diversos grupos sociais e/ou minoritários – indígenas, pessoas LGBTQIA+, pessoas com deficiência, idosos,





mulheres e crianças – se encontram em situação de deslocamento interno, como podemos garantir que esses grupos tenham acesso aos seus direitos humanos básicos, incluindo proteção, educação, saúde e serviços sociais, enquanto enfrentam os desafios do deslocamento?

2. Como podemos garantir a inclusão dos deslocados internos na elaboração de programas destinados a garantir seus direitos humanos?
3. Como a comunidade internacional pode se mobilizar para tomar medidas que possam garantir o direito de retorno dos deslocados internos?

Referências

- ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS (ACNUR). Deslocados internos. *Website oficial do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR)*, 2023. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/quem-ajudamos/deslocados-internos/>. Acesso em: 27 mar. 2023.
- COMITÊ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA. Deslocados internos. *Website oficial do Comitê Internacional da Cruz Vermelha*, 01 de abril de 2018. Disponível em: <https://www.icrc.org/pt/document/deslocados-internos>. Acesso em: 09 jul. 2023.
- INTERNATIONAL DISPLACEMENT MONITORING CENTRE (IDMC). Expert opinion. With you don't measure you don't know: the invisible plight of elderly IDPS. *Website oficial International Displacement Monitoring Center (IDCM)*, 2016. Disponível em: <https://www.internal-displacement.org/expert-opinion/if-you-dont-measure-you-dont-know-the-invisible-plight-of-elderly-idps>. Acesso em: 29 mar. 2023.
- _____. Global report on internal displacement 2023. *Website oficial Internal Displacement Monitoring Centre (IDMC)*, 2022. Disponível em: <https://www.internal-displacement.org/>. Acesso em: 29 mar. 2023.
- _____. Women and girls in international displacement. 2020. *Website oficial International Displacement Monitoring Centre (IDCM)*, 2020. Disponível em: <https://www.internal-displacement.org/publications/women-and-girls-in-internal-displacement>. Acesso em: 26 maio 2023.
- INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR MIGRATION (IOM). Half a million displaced in Malawi by Cyclone: Humanitarian Needs Soar. *Website oficial International Organization for Migration*, 21 de março de 2023. Disponível em: <https://www.iom.int/news/half-million-displaced-malawi-cyclone-humanitarian-needs-soar>. Acesso em: 26 maio 2023.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Pessoas LGBTQI+ deslocadas enfrentam enormes desafios na busca por um abrigo seguro. *Site oficial da Organização das Nações Unidas (ONU)*, 17 de maio de 2022. Disponível





em: <https://news.un.org/pt/story/2022/05/1789312>. Acesso em: 26 de maio de 2023.

SHIVJI, A. Disability in displacement. *Forced Migration Review*, no. 35, julho 2010. Disponível em: <https://www.fmreview.org/disability/shivji>. Acesso em: 29 maio 2023.

UNITED NATIONS (UN). *The United Nations Secretary-General's Action Agenda on Internal Displacement*. Nova York, Escritório do Secretário-Geral da ONU, 2022. Disponível em: https://www.un.org/en/content/action-agenda-on-internal-displacement/assets/pdf/Action-Agenda-on-Internal-Displacement_EN.pdf. Acesso em: 27 mar. 2023.

UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY (UNGA). *Human rights of internally displaced persons - Note by the Secretary-General; Report of the Special Rapporteur on the human rights of internally displaced persons, Cecilia Jimenez-Damary*. United Nations General Assembly, seventy-sixth session, 16 July 2022, A/76/169. Disponível em: www.undocs.org/A/76/169. Acesso em: 27 mar. 2023.

UNITED NATIONS OFFICE OF THE HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES (OHCHR). *Handbook for the Protection of Internally Displaced Persons*. Website oficial United Nations Office of the High Commissioner for Refugees, 31 de dezembro de 2008. Disponível em: <https://www.unhcr.org/what-we-do/publications/handbook-protection-internally-displaced-persons-provisional-release>. Acesso em: 27 mar. 2023.





REFERÊNCIAS DA ONU

Relatórios do Secretário-Geral

Report of The Secretary-General - Strengthening of the coordination of humanitarian and disaster relief assistance of the United Nations, including special economic assistance: strengthening of the coordination of emergency humanitarian assistance of the United Nations - A/71/353, 23 de agosto de 2016.²

Resumo: Em 2016, ocorreu, em Istambul, a Cúpula Humanitária Mundial, que envolveu diversos atores do sistema internacional, como Estados, organizações internacionais, o setor privado e a sociedade civil. A partir desse encontro, houve discussões voltadas para a redução dos níveis drásticos de necessidades humanitárias e do sofrimento ao redor do mundo através de iniciativas individuais e cooperativas dos setores. O relatório do Secretário-Geral gerado por esse evento mostra diversos pontos pertinentes tratados nas discussões quanto às necessidades humanitárias, sendo um deles a demanda pela diminuição dos deslocamentos forçados. Essa parte se encontra nas páginas 7 e 8 do relatório. Entretanto, há, ao longo de todo o documento, distintos tópicos que são relevantes para a discussão sobre o deslocamento interno.

Human rights of internally displaced persons - Note by the Secretary-General; Report of the Special Rapporteur on the human rights of internally displaced persons, Cecilia Jimenez-Damary - A/76/169, de 16 de julho de 2022³.

Resumo: Esse relatório do Secretário-Geral transmite o Relatório da Relatora Especial da ONU para os Direitos Humanos dos Deslocados Internos, Cecilia Jimenez-Damary. A Relatora Especial apresenta que o número de pessoas deslocadas internamente, seja por conflitos armados ou por violência, atingiu 48 milhões no final de 2020. O relatório também aborda as causas do deslocamento interno e sua relação com a agenda de desenvolvimento sustentável, o Conselho de Segurança e a Assembleia Geral da ONU.

Resoluções da ONU

United Nations General Assembly Resolution - Strengthening of the coordination of humanitarian emergency assistance of the United Nations - A/RES/46/182, de 19 de dezembro de 1991⁴.

Resumo: Essa resolução da Assembleia Geral, adotada em 1991, trata da questão de assistência humanitária emergencial de forma ampla; é interessante analisar o

² Relatório do Secretário-Geral - Fortalecimento da coordenação da assistência humanitária e de socorro das Nações Unidas, incluindo assistência econômica especial: fortalecimento da coordenação da assistência humanitária de emergência das Nações Unidas (A/71/353).

³ Direitos humanos dos deslocados internos - Nota do Secretário-Geral; Relatório Relatora Especial da ONU para os Direitos Humanos dos Deslocados Internos, Cecilia Jimenez-Damary (A/76/169).

⁴ Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas - Fortalecimento da coordenação da assistência humanitária emergencial das Nações Unidas - A/RES/46/182.





anexo dessa resolução, que apresenta um guia de determinações para a coordenação de ações da assistência humanitária em geral. A partir dessas determinações da resolução, o assunto da ajuda humanitária foi discutido de forma mais padronizada, seguindo um conjunto de princípios, já que diversas outras resoluções baseiam suas decisões mais específicas no assunto nessa decisão de 1991, incluindo discussões sobre a assistência humanitária para os deslocados internos.

[United Nations Human Rights Council Resolution - Mandate of the Special Rapporteur on the human rights of internally displaced persons - A/HRC/RES/32/11, 1 de julho de 2016⁵.](#)

Resumo: Essa resolução discute o Mandato do Relator Especial sobre os direitos humanos dos deslocados internos. A resolução mostra o preocupante número de deslocados atualmente e leva em consideração o longo tempo que essas pessoas podem se manter nessa condição, muitas vezes tendo seus direitos humanos ignorados. Há destaque para mulheres, crianças, idosos e pessoas com deficiência, sendo de extrema necessidade a garantia dos direitos humanos desses indivíduos. Logo, o CDH mostra preocupação pela quantidade de deslocados no mundo, pelos desafios que eles passam e os abusos aos quais são submetidos, reconhecendo a necessidade de estratégias e políticas públicas de longo prazo e da urgência de ações por partes dos Estados e organizações.

OUTRAS PUBLICAÇÕES E SITES OFICIAIS

[ACNUR Teaching about Refugees: Who is an Internally Displaced Person?⁶](#)

Resumo: Vídeo que mostra de forma breve a situação dos deslocados internos e como ela ocorre. Apresenta a diferença entre refugiados e deslocados internos e quais são as barreiras enfrentadas pelos deslocados internos (*internally displaced people*, IDPs).

[Site Voa Português: “Refugiado, migrante, requerente de asilo, deslocado interno... não são estatutos iguais. Sabe qual é a diferença?”](#)

Resumo: O site Voa Português apresenta, em um breve vídeo, a matéria ‘Refugiado, migrante, requerente de asilo, deslocado interno... não são estatutos iguais. Sabe qual é a diferença?’, evidenciando as diferenças entre cada situação.

[Guiding Principles on Internal Displacement - E/CN.4/1998/53/Add.2⁷](#)

Resumo: Esse relatório de 1998 do Conselho Econômico e Social da ONU (ECOSOC) apresenta os princípios gerais na questão do deslocamento interno.

⁵ Resolução do Conselho de Direitos Humanos - Mandato do Relator Especial sobre os direitos humanos dos deslocados internos - A/HRC/RES/32/11.

⁶ ACNUR ensinando sobre refugiados: quem é uma pessoa considerada deslocada interna?

⁷ Princípios guia sobre deslocamento interno - E/CN.4/1998/53/Add.2.





Nas quatro primeiras páginas, há uma nota feita pelo Secretário-Geral da ONU que explica a categoria de deslocados internos, com dados da época. A partir da página 5, o documento introduz os princípios gerais, começando com uma introdução da questão e depois apresentando os 30 princípios que guiaram as ações internacionais sobre o tema. Esses princípios abordam diferentes setores sobre o deslocamento interno, como direitos, desafios, questão do retorno ao lar, entre outros.

Discussion about Internally Displaced Persons – Office of the High Commissioner for Human Rights⁸

Resumo: No site do Escritório do Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos (OHCHR), há a matéria “About internally displaced persons” (Sobre as pessoas deslocadas internamente, em português), na qual é possível compreender o que é um deslocado interno e a diferença de um deslocado para um refugiado, além dos desafios que eles enfrentam. O site trata também dos direitos que esses deslocados deveriam ter e a responsabilidade dos Estados, que devem dar proteção e assistência aos mesmos.

United Nations Secretary-General's Action Agenda on Internal Displacement⁹

Resumo: Esse documento, publicado em junho de 2022, apresenta a agenda de ações proposta pelo Secretário-Geral da ONU, Antonio Guterres, para lidar com a questão do deslocamento interno. Ao longo do documento, são apresentados diversos dados oficiais, tanto gerais quanto focalizados em países específicos. Isso ocorre a partir de uma apresentação precisa de infográficos e esquemas que facilitam a visualização e revelam de forma explícita a gravidade do assunto na atualidade. Além disso, o documento aponta para as principais ações da agenda quanto aos deslocados internos, como proteção e assistência, e propõe estratégias que envolvem diferentes atores e esferas sociais para auxiliar no alcance de soluções para esse problema atual. Em suma, o documento enfatiza dois pontos principais: em primeiro lugar, a prevenção para crises de deslocamento futuras; e em segundo lugar, a necessidade de garantir a proteção e a assistência para os deslocados internos e suas comunidades anfitriãs.

⁸ Discussão sobre deslocados internos – Escritório do Alto Comissário para Direitos Humanos.

⁹ A Agenda de Ação do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre Deslocamento Interno.





United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs¹⁰

Resumo: O Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (UNOCHA) é responsável pela coordenação de questões humanitárias, ou seja, por agrupar diversos atores internacionais com o intuito de assegurar uma resposta a emergências humanitárias diversas ao redor do globo. Os principais princípios de atuação do UNOCHA são a diversidade, a confiança, a equidade de gênero e a propriedade nacional e local. Por isso, uma das áreas de trabalho do UNOCHA é a crise do deslocamento interno de pessoas, lidando com seus desafios, consequências e dificuldades, tanto em âmbito pessoal, interpessoal, nacional e internacional. O site do Escritório apresenta diversos artigos, relatórios e pesquisas, os quais ressaltam a necessidade da conscientização da população quanto às necessidades humanitárias das pessoas deslocadas internamente.

Organização Internacional para as Migrações

Resumo: A Organização Internacional para as Migrações (OIM) é uma agência da ONU estabelecida em 1951 que possui como principal objetivo liderar ações intergovernamentais na área migratória, atuando em parcerias governamentais, intergovernamentais e não-governamentais. Atuando em diferentes áreas da logística migratória, a OIM promove normas internacionais de migração e orientações políticas para a proteção dos direitos do migrante. Em seu site, é possível encontrar diversos documentos sobre deslocamento interno, como pesquisas, relatórios, análise de dados, publicações, painéis, discussões etc.

Cruz Vermelha - Deslocados Internos

Resumo: O site da Cruz Vermelha apresenta seu método de trabalho para lidar e proteger pessoas que precisam se deslocar internamente, apontando a importância de compreender a situação dos deslocados internos para a sua proteção. Diferentes marcadores sociais devem ser levados em consideração para se entender essa vivência, tais como idade e gênero. Separa em tópicos os métodos usados para o auxílio dos deslocados internos.

Relatório do IDMC: Número recorde de 60,9 milhões de deslocados internos em 2022

Resumo: Essa matéria sobre o Relatório do IDMC de 2022 traz informações sobre os mais de 60,9 milhões de deslocados e o porquê do número deve aumentar nos próximos anos. Apresenta informações também sobre o impacto que o deslocamento interno traz para as crianças e jovens.

Campanha 'Em fuga' chama atenção para pessoas em deslocamento interno

Resumo: O Instituto de Imigração e Direitos Humanos (IMDH) lançou, em 2020, a campanha 'Em fuga', dando ênfase para pessoas em situação de deslocamento

¹⁰ Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários.





interno. No site, é possível encontrar o ranking de deslocamentos internos no mundo e a situação do Brasil.

RECURSOS EXTRAS

Livro - Deslocados Internos: O direito internacional na pós-modernidade e a construção dos direitos humanos dos deslocados internos

Resumo: O livro de Eduardo César Paredes, publicado em 2018, aborda a questão dos deslocados internos atualmente, a partir do âmbito do direito internacional. O livro aborda como a comunidade internacional lida com as implicações dos direitos humanos tendo em vista as normas de hierarquia superior no sistema anárquico. Destaca-se no livro os subtópicos dos capítulos 2 (cf. 2.3.1 a 2.3.3), 3 (cf. 3.3 a 3.6) e 4 (4.2.1 a 4.2.4), uma vez que tratam da ação do Estado em relação a esses deslocados e sobre seus direitos humanos.

The World Bank Group: A Response to Global Forced Displacement¹¹

Resumo: O Banco Mundial (BM) possui diversos documentos a respeito de deslocamentos forçados e não forçados, de um ponto de vista voltado para os impactos econômicos desses movimentos, tanto para os próprios indivíduos afetados quanto para os países envolvidos no processo. Ao longo desse documento, produzido em novembro de 2015, o BM traz um contexto sobre as situações de deslocamento forçado e aponta para os desafios e impactos econômicos, tratando as questões sociais apenas de forma mais geral. Depois, o relatório aponta para a assistência que o BM tem provido e seus planos para esse desafio urgente. Por fim, o documento apresenta oportunidades em potencial para resultados positivos nessa questão e a sua agenda em relação ao assunto. Há uma série de dados, infográficos e materiais visuais que complementam a análise.

Filme - First They Killed my Father¹²

Resumo: Este filme de 2017, inspirado no livro de mesmo nome, aborda a questão do Camboja de 1975, quando, durante o Regime Comunista do Quemer Vermelho, ocorreu o genocídio cambojano. O filme, dirigido por Angelina Jolie e baseado na realidade de Loung Ung, aborda diversas questões sobre o período, como a questão do deslocamento interno infantil forçado, o qual era focado na transformação de crianças em soldados dentro do país. As crianças eram retiradas de seus vilarejos e comunidades para serem colocadas em um regime cruel. Através de cenas difíceis de se assistir, é possível compreender um pouco da trágica realidade que diversas famílias tiveram que passar, focando na questão da dura sobrevivência das crianças-soldados cambojanas, já que os seus cotidianos eram marcados por torturas, abusos, trabalho forçado e maus-tratos.

¹¹ Grupo Banco Mundial: uma Resposta ao Deslocamento Forçado Global.

¹² Primeiro, mataram meu pai.





Filme - A Vida é Bela

Resumo: Grande parte do filme se passa dentro de um campo de concentração nazista, na Alemanha, mostrando o cotidiano das pessoas confinadas ali, com destaque para o personagem Guido. É possível relacionar esse filme com a situação enfrentada pelo deslocados internos, pois vários grupos minoritários, com destaque para os judeus, foram perseguidos e obrigados a se deslocar de seus lares e locais de origem para outras regiões em seus países, fugindo ou levadas à força para os campos de concentração.

Filme - Central do Brasil

Resumo: Filme brasileiro lançado em 1998, apresenta Dora, uma professora que trabalha numa estação de trem do Rio de Janeiro extremamente movimentada. O trabalho de Dora é escrever cartas em nome de pessoas que não aprenderam a ler e escrever. Uma de suas clientes, Ana, quer mandar uma carta para o pai de seu filho, o qual a acompanha na estação. A carta para o pai do menino, Jesus, contém um pouco de esperança de que talvez ele pudesse conhecer o seu filho de 9 anos, Josué. Logo ao sair da estação, Ana sofre um atropelamento e morre no local, deixando Josué órfão e obrigado a viver na estação, até que Dora, com o pouco de empatia que existe nela, ajuda o garoto e tenta levá-lo para conhecer o pai que está no Nordeste brasileiro. Nessa busca pelo pai do garoto, podemos considerar tanto Dora quanto Josué como deslocados internos, pois Dora está fugindo de uma certa situação na qual sua vida está em risco e Josué é um órfão que busca seu pai no nordeste brasileiro.





SITUAÇÃO DOS DESLOCADOS INTERNOS NAS DIFERENTES REGIÕES DO GLOBO

Esta seção tem como objetivo apresentar informações sobre a situação de deslocamento interno em diferentes regiões do globo, como: África, Ásia-Pacífico, América Latina e Caribe, e Europa e Outros. Para cada região, serão apresentados dados atuais sobre deslocamentos internos, suas principais causas e informações sobre Estados-membros do Conselho de Direitos Humanos.

África

Ao final de 2022, a região da África Sub-sahariana possuía 31.7 milhões de deslocados internos, o que correspondia a 45% do total de pessoas em situação de deslocamento interno no mundo. Desses 31.7 milhões, 28 milhões de pessoas se deslocaram por conta de situações de violência e conflitos e outros 3.7 milhões se deslocaram devido a desastres naturais. A região foi exposta a intensos eventos climáticos por conta do fenômeno “La Niña”, que causou intensas secas, tempestades e inundações (INTERNAL DISPLACEMENT MONITORING CENTRE, 2023, p. 16-18).

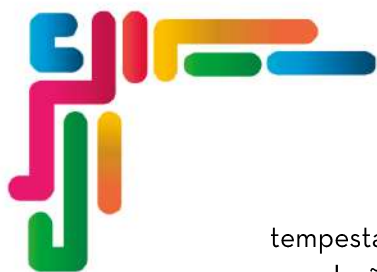
O Malauí sofreu as consequências dos eventos climáticos extremos, como é o caso da tempestade tropical Ana, causando o deslocamento de 297 mil pessoas, e do ciclone tropical Gombe, o qual prolongou e piorou a situação de pessoas que já se encontravam em situação de deslocamento interno (INTERNAL DISPLACEMENT MONITORING CENTRE, 2023, p. 21). Na Somália, 1.1 milhões de pessoas foram forçadas a se deslocar internamente devido à seca prolongada no ano de 2022 e, em 2023, espera-se que a seca e a fome aumentem o número de deslocados internos no país (INTERNAL DISPLACEMENT MONITORING CENTRE, 2023, p. 29). No Sudão, a principal causa do deslocamento interno foi a violência fruto de conflitos armados, especialmente na região de Darfur ocidental. Cerca de 15.8 milhões de pessoas necessitarão de assistência humanitária em 2023 no Sudão, incluindo 2.5 milhões de deslocados internos (INTERNAL DISPLACEMENT MONITORING CENTRE, 2023, p. 25).

Desastres naturais provocados pelas mudanças climáticas também causaram deslocamento interno no Norte da África. No Marrocos e na Argélia, a falta de chuvas provocou incêndios florestais: 9.500 marroquinos e 2.000 argelinos foram forçados a se deslocar de áreas rurais em 2022 (INTERNAL DISPLACEMENT MONITORING CENTRE, 2023, p. 40; p. 42).

Ásia-Pacífico

Os desastres naturais foram a principal causa de deslocamento interno na Ásia-Pacífico em 2022. No sudeste asiático, pelo terceiro ano consecutivo, o fenômeno “La Niña” modificou os padrões climáticos, o que gerou eventos extremos e resultou no aumento de deslocamentos internos. No mesmo ano, a China foi atingida pela tempestade tropical Nalgae, pelo tufão Muifa e pela





tempestade Megi, que causaram o deslocamento de mais de três quartos da população atingida. No Vietnã, cerca de 96% dos deslocamentos internos foram causados por desastres naturais, especialmente pelo tufão Noru (INTERNAL DISPLACEMENT MONITORING CENTRE, 2023, p. 47-49).

No sul da Ásia, os desastres naturais foram a principal causa de deslocamento interno em 2022, atingindo 12.5 milhões de pessoas. Entre esses casos, destaca-se a situação de Nepal, Índia, Bangladesh e, principalmente, Paquistão, que tiveram seus territórios totalmente afetados por severas enchentes durante a temporada de monções (INTERNAL DISPLACEMENT MONITORING CENTRE, 2023, p. 61). No Paquistão, as chuvas e inundações causaram o maior nível de deslocamento forçado, com 8.2 milhões de deslocados internos. Em 2022, 2.1 milhões de pessoas foram forçadas a se deslocar na Índia; em Bangladesh, esse número chegou a 482.000; no Nepal, foram registrados 89.000 deslocamentos internos (INTERNAL DISPLACEMENT MONITORING CENTRE, 2023, p. 61-62; p. 64). No Cazaquistão, o derretimento das geleiras provocou inundações em abril de 2022 e causou o deslocamento de 1.600 pessoas (INTERNAL DISPLACEMENT MONITORING CENTRE, 2023, p. 86).

No continente asiático, os deslocamentos internos também são causados pelo aumento da violência e conflitos armados, com cerca de 1.2 milhões de deslocados internos em 2022 (INTERNAL DISPLACEMENT MONITORING CENTRE, 2023, p. 47). Na Ásia Central, os confrontos na fronteira do Quirguistão desencadearam o deslocamento de 166.000 pessoas. Cerca de 93.000 pessoas retornaram às suas casas após um momento de estabilidade, mas aproximadamente 4.000 ainda permanecem em situação de deslocamento interno (INTERNAL DISPLACEMENT MONITORING CENTRE, 2023, p. 83). No Afeganistão, havia mais de 6.6 milhões de deslocados internos em 2022, resultado do conflito no país e de desastres naturais. Além disso, o país enfrenta uma crise humanitária aguda, a qual causa deslocamentos forçados e prolonga e agudiza a situação precária em que se já encontram os deslocados internos (INTERNAL DISPLACEMENT MONITORING CENTRE, 2023, p. 66).

América Latina e Caribe

O continente americano como um todo (incluindo a América do Norte) corresponde à 9% da porcentagem global de pessoas deslocadas internamente. O número total de deslocados internos ao final de 2022 foi 2.6 milhões de vítimas. Entretanto, dentre os cinco países do continente americano com o maior número total de deslocados internos, quatro deles estão localizados na América Latina: Colômbia, México, Honduras e a Guatemala; e dentre os cinco países do continente americano com o maior aumento de deslocados internos em 2022, quatro deles estão na América Latina e no Caribe: Brasil, Colômbia, Haiti e Cuba (INTERNAL DISPLACEMENT MONITORING CENTRE, 2023, p. 71-72).

As causas de deslocamento interno forçado na região se dividem entre desastres naturais (principalmente) e situações de conflito e/ou violência. Em relação à primeira causa, um caso de destaque foi Cuba. O país foi afetado pelo furacão Ian em setembro de 2022, o que resultou em 80 mil pessoas deslocadas





internamente (INTERNAL DISPLACEMENT MONITORING CENTRE, 2023, p. 73-74). Já em Honduras, a maior parte dos desastres naturais afeta pessoas que moram nas regiões rurais. Com isso, há um número expressivo de deslocados internos associados à produção agrícola, o que também resulta em maior insegurança alimentar no país (INTERNAL DISPLACEMENT MONITORING CENTRE, 2023, p. 79).

Já em relação ao deslocamento motivado pela violência e/ ou conflito, a Colômbia apresenta os dados mais expressivos, acompanhada do Haiti e México. Na Colômbia há cerca de 4.8 milhões deslocados internos devido à violência. No México, 9.200 novas pessoas foram deslocadas internamente devido à violência em 2022, de um total de 386 mil pessoas, especialmente em municípios afetados pela chamada “guerra contra as drogas” (INTERNAL DISPLACEMENT MONITORING CENTRE, 2023, p. 79).

Europa e Outros

Atualmente, o contexto de guerra na Ucrânia tem chamado a atenção devido ao número de deslocados internos. Aproximadamente 6 milhões de ucranianos foram deslocados internamente devido ao conflito (UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES, 2022, p. 3).

Entretanto, no continente europeu, a maior parte dos deslocamentos internos são causados por desastres naturais, como incêndios, secas, tempestades e enchentes. A Espanha e a França, por exemplo, foram afetadas por incêndios que causaram deslocamentos internos de pessoas na costa mediterrânea. As queimadas na França em julho de 2022 resultaram em um deslocamento recorde de 30 mil pessoas. Os desastres mais graves foram alagamentos e tempestades. Em virtude das enchentes de julho de 2022 que afetaram Alemanha, Áustria, Bélgica, França, Luxemburgo e Países Baixos, aproximadamente 11 mil pessoas foram deslocadas internamente. O Reino Unido foi afetado por intensas tempestades que causaram o deslocamento de cerca de 1.200 indivíduos em 2022 (INTERNAL DISPLACEMENT MONITORING CENTRE, 2023, p. 85-86).

Os desastres naturais também são as principais causas de deslocamentos internos nos Estados Unidos. Em 2022, o país registrou aproximadamente dois terços do total de vítimas de deslocamento interno forçado no continente americano devido a questões climáticas. As queimadas no país, especialmente nos estados da Califórnia, do Tennessee e do Novo México, causaram milhares de deslocamentos internos. Apenas a Califórnia registrou 111 mil pessoas que foram deslocadas forçadamente devido às queimadas (INTERNAL DISPLACEMENT MONITORING CENTRE, 2023, p. 76).

Referências:

INTERNAL DISPLACEMENT MONITORING CENTRE (IDMC). *Global Report on Internal Displacement*. Geneva: The Internal Displacement Monitoring Centre, 2023. Disponível em: <https://www.internal-displacement.org/global-report/grid2023/>. Acesso em: 11 jul. 2023.





UNITED NATIONS HUMAN RIGHTS COUNCIL. MUN Refugee Challenge - Addressing Internal Displacement. Disponível em: <https://www.unhcr.org/media/addressing-internal-displacement-background-guide-challenge-4>. Acesso em: 11 jul. 2023.

RECURSOS PARA A POSIÇÃO OFICIAL DOS GRUPOS REGIONAIS

No Conselho de Direitos Humanos (CDH), seus 47 Estados-membros se organizam em grupos regionais. Os grupos regionais são formados por um conjunto de países que compartilham interesses, objetivos ou valores em comum, e que buscam cooperar e influenciar o processo político e a tomada de decisões em nível internacional. No CDH, esses grupos visam fortalecer a posição dos seus membros nas negociações multilaterais.

No link a seguir, os(as) delegados encontrarão alguns discursos de Estados-membros do CDH e de grupos de países sobre o tópico “Direitos humanos dos deslocados internos” que foram proferidos na 50ª sessão, de 28 de junho de 2022. Recomendamos a leitura dos discursos de suas representações e/ou grupo para prepararem-se para a simulação.

OBSERVAÇÃO: os discursos estão em inglês, francês e espanhol. Use uma ferramenta de tradução, como Google Tradutor, para auxiliar na leitura.

Discursos: <https://drive.google.com/drive/u/3/folders/1d8FC6QDvC-sNKClSjixntaFKwNjVKT>





BASE DE DADOS

Refugees and internally displaced people worldwide 2021 | Statista

O gráfico da base de dados Statista apresenta a evolução do número global total de refugiados e deslocados internos, ao longo de 21 anos, entre o ano de 2000 e o ano de 2021, sendo a linha azul escura equivalente ao número de deslocados internos.

IDPs worldwide by region 2021 | Statista

O gráfico apresenta uma visão mundial em relação ao número de deslocados internos, apontando para dados do UNHCR, de acordo com as regiões do mundo, entre 2012 e 2021.

Countries with highest number of IDPs worldwide by reason 2021 | Statista

Esse gráfico apresenta os 20 principais países que sofrem com o deslocamento interno no ano de 2021, sendo ranqueados de acordo com a questão de conflitos e violência principalmente, com pouco enfoque na questão de desastres naturais.

Countries with new IDPs due to conflict 2021

O gráfico apresenta dados sobre novos deslocados internos devido a conflitos em 2021 e quais países os mesmos estão localizados.

Ukraine internally displaced people 2023 | Statista

Esse gráfico apresenta o número de deslocados internos na Ucrânia entre março de 2022 até fevereiro de 2023, incluindo tanto o número total de deslocados ao longo do tempo quanto o novo número durante a guerra.

Number of people displaced by weather disasters worldwide 2009-2020

O gráfico, do site Statista, apresenta o número de pessoas que se tornaram deslocadas internas por conta de desastres naturais relacionados à água, entre 2009 e 2020.

Children and youth in internal displacement 2022 | Internally Displaced Monitoring Centre

O documento explica a questão do deslocamento interno da perspectiva das crianças e dos jovens, apresentando dados e gráficos que relatam os números referentes a diferentes tipos de informação.



famun.com.br

 **famun@facamp.com.br**

 **@famunfacamp**

 **@famunfacamp**

 **@famunfacamp1**



**FLIP THE
SCRIPT**

a world of infinite
possibilities

FAMUN 2023 | 10 YEARS


SECURITY COUNCIL

Resource Guide

**FLIP THE
SCRIPT**

a world of infinite
possibilities

FAMUN 2023 | 10 YEARS





RESEARCH GUIDE

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL

THE SITUATION IN AFGHANISTAN

Authors

Álvaro Augusto Da Maceno Salvador
João Vitor Cardoso Andrade
Kaiani Pereira Angelim Moraes
Tainá Ramos Lataro
Júlia Dias Tellaroli Casemiro

Graphics

Antonia de Toledo da Conceição

Revision

Giovanni Nicolace de Campos Bueno Benages

Advisor

Professor Patrícia Nogueira Rinaldi





SUMMARY

PREFACE	3
UN REFERENCES	12
Reports of the Secretary-General	12
Security Council Resolutions	13
Other UN publications	14
Official websites	15
EXTRA RESOURCES	17
DATABASES	18
Graphics	18
OFFICIAL POSITION OF COUNCIL MEMBERS	25
Permanent Members	25
China	25
France	25
Russian Federation	25
United Kingdom of Great Britain and North Ireland	26
United States of America	26
Elected Members	27
Brazil and Ecuador	27
Gabon, Ghana, and Mozambique	27
Albania, Malta, Switzerland	27
Japan and the United Arab Emirates	28





PREFACE

Dear Delegates,

Thank you for joining us in the United Nations Security Council (UNSC) for High School. We are excited that you want to be involved with Model UN. We celebrate FAMUN's 10th anniversary this year and are delighted that you will be with us thinking about how to flip the script.

We, the directors of the UNSC for High School at FAMUN 2023, have elaborated this research guide so you can be ready to contribute to the debates at our conference. It contains useful links, resources, and information about the situation in Afghanistan, which is the agenda item you will simulate. It is important to understand the political and historical process of this situation considered by the UNSC so you can have the ability to develop, with your fellow delegates, a resolution that resonates with the United Nations Charter, and that has, as a first priority, the maintenance of sustainable peace and international security.

Furthermore, you will find essential information about how the Security Council works and its decision-making process about the situation in Afghanistan. Delegates will be assigned in pairs to represent a Council Member in FAMUN 2023, and in this guide, you will be able to find information about the position of all Council Members, both permanent and elected.

Also, FAMUN 2023 is an amazing opportunity for you to be in touch with different people and develop new skills. Most importantly, our conference is a path to think about what is going on in the world and take action to be a part of the solution. Even if you are debating a conflict that is happening on the other side of the world, discussing how to establish peaceful and efficient solutions is key to personal and community growth, especially when youth takes the lead.

The Security Council is an important platform for States to solve issues related to international peace and security and it is now your role to engage in the discussions on the situation of Afghanistan, which is marked by violence against civilians and an aggravating humanitarian crisis. We recommend that you take a mindful look at this guide, exploring and expanding it. You must think outside the box to flip the script and dive into FAMUN 2023 with the instinct to change the way the Security Council operates.

Warm regards,

Tainá Ramos Lataro
Director of UNSC 1

Álvaro Augusto Da Maceno Salvador
Director of UNSC 2

João Vitor Cardoso Andrade
Director of UNSC 1

Kaiani Pereira Angelim Moraes
Director of UNSC 2

Júlia Dias Tellaroli Casemiro
Under-Secretary-General for Global Communications





INTRODUCTION

The United Nations Security Council (UNSC) is one of the main six organs of the United Nations (UN). It is responsible for maintaining international peace and security, as defined by Chapter V, Article 24, of the UN Charter. The UNSC is composed of 15 members, of which five are permanent members (China, France, Russian Federation, United Kingdom, and United States) and the other ten are non-permanent members, elected by the UN General Assembly for a 2-year mandate. The five permanent members, known as the P-5, have the so-called veto power, which means that any of these members can block a substantive decision of the Security Council by voting against a resolution, even if nine or more Council members agree with it. All the Council's decisions, according to Article 25 of the UN Charter, must be followed by all 193 UN Member States (UNITED NATIONS, 2023).

In order to maintain international peace and security, the UNSC has a range of instruments, presented in Chapters VI, VII, and VIII of the UN Charter. Based on Chapter VI, the Security Council can call on parties to a dispute to settle their differences peacefully and can provide mediation, conciliation, or arbitration services. If the peaceful means are not effective, the Council can take action under Chapter VII. Based on Article 41, the UNSC can impose sanctions, such as the complete or partial interruption of economic relations and the suspension of diplomatic relations on countries that threaten or breach international peace and security. And if necessary, according to Article 42, the Security Council can authorize the use of force to maintain or restore international peace and security, such as in cases of aggression. But it is important to highlight that the UN does not have an army, therefore, the use of force is made by the collective action of the UN Member States. Finally, under Chapter VIII, the Council can rely on regional organizations to fulfill its mandate (UNITED NATIONS, 2023).

Considering its role in the maintenance of international peace and security, the Council first addressed the situation in Afghanistan in the context of the Soviet-Afghan war (1979-1989). On 27 December 1979, the former Union of Soviet Socialist Republics (USSR) sent more than 100,000 Soviet troops to Afghanistan to fight against insurgent movements, known as Mujahideen¹, by request of the Afghan government. In January 1980, the Security Council tried to draft a resolution regarding the conflict, but since the Western Council members wanted to condemn the Soviet actions, the USSR virtually exerted its veto power, preventing any further deliberations about the matter. In an attempt to circumvent the deadlock, the Council adopted its Resolution 462(1980), of 9 January 1980, calling for an emergency session in the General Assembly to discuss the matter. In this special session, the General Assembly adopted its Resolution ES-6/2, of 14 January 1980, condemning the Soviet invasion and calling for the

¹ The Mujahideen (holy warriors in Arabic) are members of various groups acting in Afghanistan during the Soviet-Afghan War (1979-1989). They opposed the invading Soviet forces and the Afghan communist government, eventually overthrowing the regime with the support of Pakistan and the US (KUMAR; PANT, 2014, p. 120-122).





withdrawal of their military forces (UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL, 1980, p. 1).

The Pakistani Government was also involved in the conflict. The country not only received lots of refugees but also helped the Mujahideen to fight against the Soviet forces with the support of Western countries, especially the United States (US). In the following years, the Under-Secretary-General for Political Affairs, Mr. Javier Pérez de Cuellar, tried to establish negotiations between the Soviet-backed Government of Afghanistan and the USSR, on one hand; and Pakistan and the US, on the other. The negotiations resulted in the Agreements on the Settlement of the Situation Relating to Afghanistan, known as the Geneva Accords, signed on 14 April 1988. Among the decisions negotiated in the agreement, the withdrawal of the Soviet troops was planned and it happened in 1989, marking the end of the war (UNITED NATIONS, 2002).

However, after the withdrawal of the Soviet troops, the country dived into civil war, from 1989-2001. The conflict persisted since the leaders from the Mujahideen and other insurgent factions fought for seizing power in the country. The support from foreign actors, such as the US and Pakistan, deepened the conflict due to the creation of war zones between different enemy groups. The government of Mohammad Najibullah lasted only from 1989 to 1992 since he could not get popular support. The UN did not send blue helmets to address the civil war but rather proposed an impartial mechanism for government transition. In this context, the Security Council created the United Nations Special Mission to Afghanistan (UNSMA), in 1992, to facilitate a settlement of disputes and start national reconstruction. This special political mission was established under Chapter VI of the UN Charter, which meant that it did not have a military component and its main function was monitoring and mediation (KUMAR; PANT, 2014, p. 122-123).

In 1996, the Taliban² – a Sunni Muslim fundamentalist movement created in the 1990s with Pakistani support, whose main goal was to disseminate Islamic Law – managed to defeat the Mujahideen and eventually became a de facto authority, holding control of 90% of the country. At the same time, the new government did not get international recognition³, mainly because of the various accusations of human rights violations against women, children, human rights defenders, media workers, and UN personnel. As a response to these accusations, the Security Council decided to include in UNSMA's mandate the investigation of these and other human rights violations in the country. However, UNSMA did not reach success in establishing a peace settlement and the Taliban remained in power until 2001 (KUMAR; PANT, 2014, p. 123-126).

The terrorist attacks on 11 September 2001 in New York and Washington brought great consequences to Afghanistan. The terrorist act was claimed by Al-Qaeda, an extremist group led by Osama Bin Laden, who, according to US

² The Taliban (students, or knowledge seekers in Arabic) are a political-religious insurgent force that emerged in southern Afghanistan and northwestern Pakistan in the 1990s. Its goal was to disseminate Islamic Law throughout the region. Initially, the group was organized, funded, and trained by Pakistan and, later, received support from the US (KUMAR; PANT, 2014, p. 124).

³ Except for Saudi Arabia, United Arab Emirates, and Pakistan.





intelligence, was being sheltered by the Taliban. Based on this, the US and the North Atlantic Treaty Organization (NATO) initiated a military invasion in Afghanistan to capture Bin Laden. One of the US arguments to justify the military invasion was the Security Council Resolution 1368(2001), of 12 September 2001, which condemned the 9/11 terrorist attacks and authorized all necessary means to combat terrorism and restore international peace and security (UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL, 2001 a, p. 1-2). However, the initial objective of the military operation rapidly converted into an opportunity for the US and NATO to defeat the Taliban's control in the region and establish a new pro-Western government. This goal was quickly achieved considering the weight and violence of the military offensive.

Meanwhile, the humanitarian situation in Afghanistan was critical by the end of 2001, as the number of the population in need of assistance reached the high of 6 million people facing a significant risk of famine, disease, and hypothermia (UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL, 2001 b, p. 9-11). In this context, the Security Council created the United Nations Assistance Mission in Afghanistan (UNAMA), by its Resolution 1401(2002), of 28 March 2002, intending to support the reconstruction of the country and the establishment of a new democratic government. As UNSMA, the UNAMA is a special political mission under Chapter VI of the UN Charter and it has no police or military components (UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL, 2002 a, p. 2).

UNAMA's original mandate consisted of three specific points. The first one referred to efforts in favor of human rights and gender equality. The second one aimed at national reconciliation and unity, so political disputes could happen inside the parameters of the rule of law. The third one covered the coordination of humanitarian assistance in Afghanistan. In order to achieve these goals, UNAMA's action was based on two main pillars. The first pillar was concerned with political matters, that is, the Mission should foster political dialogue among all stakeholders, sustaining the link between the political sphere, civil society, and the international community. Also in the political component, the Mission was responsible for monitoring and investigating the political and human rights situation in the country. The second pillar was related to relief, recovery, and reconstruction, considering the need for humanitarian assistance; the situation of refugees and internally displaced persons; and the economic, social, and humanitarian crises in the country (UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL, 2002 b, p. 15; p. 17).

Under the US and NATO military occupation, UNAMA's actions supported many reforms in Afghanistan. The first years of this special mission witnessed a gradual process of democratization and efforts to rebuild the country's new international diplomatic image. In January 2004, the Loya Jirga (a national assembly composed of representatives from different ethnic, religious, and tribal groups) adopted the new constitution; and in 2005, elections took place for the inauguration of a new parliament. However, from 2007-2009, the Taliban recovered some of its power and conducted a series of terrorist attacks against parliamentarians and the civil population throughout the country, under the





justification to combat the US military presence. Besides, between 2011-2012, both the US and NATO began to gradually withdraw their troops, a long process that ended in 2021. It created a power vacuum that spurred the resumption of violence and allowed the Taliban to seize control of the country (SECURITY COUNCIL REPORT, 2020).

In August 2021 the government of President Ashraf Ghani officially fell, and he flew to the United Arab Emirates. At the same time, the Taliban returned to power as a de facto authority in Afghanistan. The Security Council urgently responded to these events by adopting its Resolution 2593(2021), of 30 August 2021. In this resolution, the Council condemned the attacks at the Kabul airport and urged for immediate humanitarian assistance and the protection of the human rights of women and children. Besides, it demanded the Taliban to comply with international agreements related to humanitarian assistance and called for a negotiated political transition (UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL, 2021, p. 1-2).

Further, the Security Council had to review the mandate of UNAMA considering the new context. The challenge was the following: it was necessary to negotiate directly with the Taliban government in order to guarantee the preservation of security and human rights in the country. However, these negotiations were not easy because the Taliban regime was not internationally recognized, and it did not comply with the terms ratified in February 2022 to facilitate humanitarian assistance. Against this backdrop, Council members presented divergent views on how to renew UNAMA's mandate. On one hand, China and Russia defended that the Mission's actions should be previously notified to the Taliban, but it was opposed by the US and other Council members that thought it would attribute so much legitimacy to the regime. Another issue was the expansion of UNAMA's mandate. China and Russia argued that the Mission should mainly focus on humanitarian assistance and economic recovery, while many other Council members called for an expanded mandate to include the protection of human rights and the promotion of gender equality (SECURITY COUNCIL REPORT, 2022).

As a result of these negotiations, the Security Council adopted its Resolution 2626 (2022), of 17 March 2022, in which it renovated UNAMA's mandate for one year. In the resolution, the Council decided that UNAMA should keep "close consultations with all relevant Afghan political actors and stakeholders, including relevant authorities" (UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL, 2022, p. 1), not mentioning specifically the name of the Taliban. Besides, the Council reached an agreement in expanding the mandate of the Mission, including ten priority areas, such as: coordination of international donors and organizations to facilitate humanitarian assistance and reconstruction; improvement of security and arms control; the protection and promotion of human rights of women and children; and gender mainstreaming and empowerment (UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL, 2022, p. 2-4).

In the last report about the situation in Afghanistan (S/2023/151, of 27 February 2023), the Secretary-General highlighted four significant challenges in





the country. The first challenge deals with the political and security problems in Afghanistan. In the political realm, none of the Council members officially recognized the Taliban as a legitimate government because of various human rights violations, breaches of international law, and misalignment with its international obligations, such as the guarantee of human rights, the fight against terrorism, and a democratic transition. At the same time, UNAMA needs to negotiate with the de facto authorities to carry on its mandate, especially due to the Taliban's blockades to the delivery of humanitarian assistance. In this sense, the Council needs to address how to deal with the Taliban as the de facto authority and how to promote a legitimate government in the country (AHMADI *et al.*, 2023).

In the security area, the main concern is the increase in violence, political instability, and terrorist threats. In the period from 14 November 2022 to 31 January 2023, there was a 10% increase in security-related incidents when compared to the same period in 2021-2022. These incidents were linked to terrorist and armed groups' acts, and social vulnerability (UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL, 2023 b, p. 4-5). Besides, UNAMA reported several cases of human rights violations in the prison and judicial systems, recording "at least 9 extrajudicial killings, at least 17 arbitrary arrests and detentions and at least 9 instances of torture and ill-treatment" (UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL, 2023 b, p. 8).

The second challenge involves human rights and humanitarian assistance. The situation of human rights violations is of deep concern, involving corporal punishment, persecution, arbitrary arrests, and the denial of human rights of women and children perpetrated by the Taliban. For example, UNAMA reported 63 allegations of human rights violations practiced by the de facto Ministry for the Propagation of Virtue and the Prevention of Vice, including torture, deprivation of liberty, and arbitrary arrests. A central issue for this discussion is the progressive elimination of children and, especially, women's rights⁴, limiting the social, political, and domestic life of Afghan women, despite official statements by the de facto government about the protection of women's rights based on the Sharia law (UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL, 2023 b, p. 2; p. 10).

Regarding humanitarian assistance, UNAMA is responsible for coordinating the team of UN entities on the ground in order to provide immediate access to food, water, health, and education. Two-thirds of the Afghan population (28.3 million people) will need humanitarian assistance in 2023, so the UN needs to raise at least US\$4.6 billion in donations, the highest pledge in humanitarian assistance in the world (UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL, 2023 b, p. 12).

The third challenge is related to reconstruction and economic development given that since the Taliban took power the economy has slowed

⁴ The Secretary-General report highlighted the progressive restriction of women's rights in the country. On 20 December 2022, higher education for women was suspended; on 24 December 2022, Afghan women were prohibited from working in NGOs and the Taliban government implemented a specific dress code for women; on 8 January 2023, there was a positive measure: the reopening of schools for girls up to the sixth year; however, on 28 January 2023, private colleges were prohibited to enroll female students (UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL, 2023 b, p. 2-3).





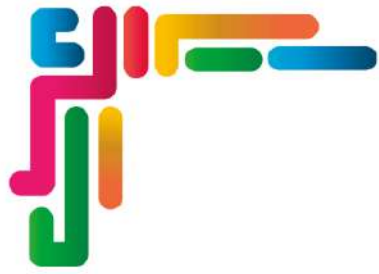
down, creating a public deficit, despite investments made in various sectors such as trade and infrastructure. Consequently, social vulnerability increased, being aggravated by poverty, food insecurity, and the climate crisis in the country. Currently, there is no long-term plan for the promotion of sustainable development in Afghanistan, so UNAMA must work closely with other UN entities on the ground to promote a fast economic and social recovery in the country (UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL, 2023 b, p. 10-11).

The fourth and final challenge concerns the fulfillment of the UNAMA mandate considering that the Security Council renewed the Mission for one more year by its Resolution 2678(2023), of 16 March 2023 (UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL, 2023 a, p. 1). The UNAMA personnel is facing several restrictions to carry on its mandate, especially after the Taliban prohibited Afghan women to work for the UN in Afghanistan and the various blockades and attacks against international civil servants. The Security Council, in its last Resolution 2681(2023), of 27 April 2023, called upon the de facto Taliban authorities “to ensure the safety, security and freedom of movement of United Nations and associated personnel throughout the country” (UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL, 2023 b, p. 2).

Considering the complex situation in Afghanistan, the members of the FAMUN 2023 Security Council shall address three questions:

1. For the Taliban to be recognized as the legitimate government of Afghanistan, the members of the Security Council demand complete alignment with international law, such as a free and unimpeded delivery of humanitarian assistance, the non-violation of human rights, and the establishment of a democracy. So how can the Security Council negotiate with the de facto authorities so they can meet international agreements to guarantee humanitarian assistance, respect for human rights, and the democratic transition while respecting the sovereignty of Afghanistan?
2. The Security Council has renewed UNAMA’s mandate annually since 2002, to assist the reconstruction of Afghanistan. Currently, the staff of the Mission is prevented from fully exercising their mandate due to restrictions imposed by the Taliban. How can the Security Council make the presence of UNAMA more effective, considering the constraints faced by UN personnel, especially women?
3. The Taliban government has increased the restrictions on the rights of women and girls, from limiting access to education to blocking women’s work in NGOs and international organizations. In addition, children are the most affected by violence and hunger and urgently need humanitarian assistance. How can the Council strengthen UNAMA’s mandate for the effective protection of human rights and



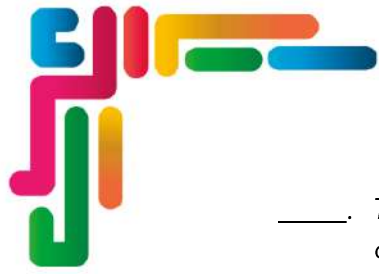


delivery of humanitarian assistance, especially for women and children?

References

- AHMADI, B. et al. U.N. Conference Highlights Global Unity but Limited Leverage Over the Taliban. In: *Official website of the United Nations Institute of Peace*, 4 May 2023. Available at: <https://www.usip.org/publications/2023/05/un-conference-highlights-global-unity-limited-leverage-over-taliban>. Accessed on: 04 June 2023.
- KUMAR, S.; PANT, M. UN Involvement in Afghanistan. *World Affairs: The Journal of International Issues*, v. 18, n. 3, p. 116-139, 2014. Available at: <http://dspace.stellamariscollege.edu.in:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/4779/UN.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Accessed on: 7 May 2023.
- SECURITY COUNCIL REPORT. Afghanistan: Vote on Draft Resolution on UNAMA's Mandate. *What's In Blue*, 17 March 2022. Available at: <https://www.securitycouncilreport.org/whatsinblue/2022/03/afghanista-n-vote-on-draft-resolution-on-unamas-mandate.php>. Accessed on: 04 June 2023.
- _____. Chronology of Events – Afghanistan. In: *Official website of the Security Council Report*, 3 November 2020. Available at: <https://www.securitycouncilreport.org/chronology/afghanistan.php>. Accessed on: 7 May 2023.
- UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL (UNSC). *Resolution 1368(2001)*. Adopted by the Security Council at its 4370th meeting, 12 September 2001 a, S/RES/1368(2001). Available at: [www.undocs.org/s/res/1368\(2001\)](http://www.undocs.org/s/res/1368(2001)). Accessed on: 28 April 2023.
- _____. *Resolution 1401(2002)*. Adopted by the Security Council at its 4501st meeting, 28 March 2002 a, S/RES/1401(2002). Available at: [www.undocs.org/s/res/1401\(2002\)](http://www.undocs.org/s/res/1401(2002)). Accessed on: 04 June 2023.
- _____. *Resolution 2593 (2021)*. Adopted by the Security Council at its 8848th meeting, on 30 August 2021, S/RES/2593(2021). Available at: [www.undocs.org/s/res/2593\(2021\)](http://www.undocs.org/s/res/2593(2021)). Accessed on: 04 June 2023.
- _____. *Resolution 2626(2022)*. Adopted by the Security Council at its 8997th meeting, 17 March 2022, S/RES/2626(2022). Available at: [www.undocs.org/s/res/2626\(2022\)](http://www.undocs.org/s/res/2626(2022)). Accessed on: 28 April 2023.
- _____. *Resolution 2678(2023)*. Adopted by the Security Council at its 9283rd meeting, 16 March 2023 a, S/RES/2626(2022). Available at: [www.undocs.org/s/res/2678\(2023\)](http://www.undocs.org/s/res/2678(2023)). Accessed on: 28 April 2023.
- _____. *Resolution 2681(2023)*. Adopted by the Security Council at its 9314th meeting, 27 April 2023 b. S/RES/2626(2022). Available at: [www.undocs.org/s/res/2678\(2023\)](http://www.undocs.org/s/res/2678(2023)). Accessed on: 4 May 2023.
- _____. *Resolution 462(1980)*. Adopted by the Security Council on its 2190th meeting, on 9 January 1980, S/RES/462(1980). Available at: [www.undocs.org/s/res/462\(1980\)](http://www.undocs.org/s/res/462(1980)). Accessed on: 2 July 2023.





- _____. *The situation in Afghanistan and its implications for international peace and security. Report of the Secretary-General.* New York, 7 December 2001 b, S/2001/1157. Available at: <https://undocs.org/S/2001/1157>. Accessed on: 7 May 2023.
- _____. *The situation in Afghanistan and its implications for international peace and security. Report of the Secretary-General.* New York, 18 March 2002 b, S/2002/278. Available at: www.undocs.org/s/2002/278. Accessed on: 04 June 2023.
- _____. *The situation in Afghanistan and its implications for international peace and security. Report of the Secretary-General.* New York, 27 February 2023 b, S/2023/151. Available at: <https://undocs.org/S/2023/151>. Accessed on: 3 April 2023.
- UNITED NATIONS. Afghanistan/Pakistan - UNGOMAP - Background. In: *Official website of the United Nations Peacekeeping Department*, 2002. Available at: <https://peacekeeping.un.org/sites/default/files/past/ungomap/background.html>. Accessed on: 7 May 2023.
- UNITED NATIONS. United Nations Charter, 1945. In: *Official website of the United Nations*, 2023. Available at: <https://www.un.org/es/about-us/un-charter>. Accessed on: 7 May 2023.





UN REFERENCES

In this section, we present sources from UN bodies that offer a wider analysis of the situation in Afghanistan. The Reports of the Secretary-General are documents that provide updates on the UN actions in the country every 3 months, covering areas such as security, humanitarian, political, and human rights. The Resolutions are the documents which formalize the decisions of the Security Council. We present a summary of each document, as well as the pages where you can find the most important information on the topic.

Reports of the Secretary-General

The situation in Afghanistan and its implications for international peace and security - S/2023/151 - 27 February 2023

Summary: This is the latest report of the Secretary-General about the situation in Afghanistan. The document highlights the restrictive measures implemented by the Taliban government, indicating that many of them are human rights violations. Women's rights continued to be violated, following the announcement in December 2022 of the prohibition of women's access to higher education and employment in national and international non-governmental organizations (p. 2). UNAMA reported an increase in extrajudicial killing of children and women, torture, arbitrary arrests, and the adoption of the first judicially sanctioned public execution by the Taliban (p. 8 and 9). The economic situation continued to deteriorate, as the country went through international banking issues, public debt, and a constant lack of energy supply (p. 11). Besides, food insecurity remained a concern, especially due to desertification and droughts (p. 12).

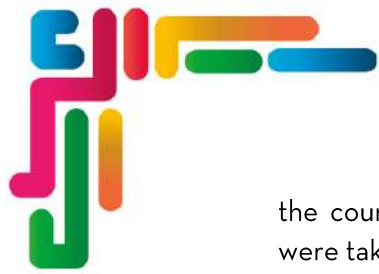
The situation in Afghanistan and its implications for international peace and security - S/2022/692 - 14 September 2022

Summary: One year after the takeover of Afghanistan by the Taliban in August 2021, this Report of the Secretary-General addressed the consolidation of the Taliban's administrative control as the de facto authority in the country (p. 1-3). The period was marked by border incidents, especially with Pakistan, the Islamic Republic of Iran, and Uzbekistan, as the tensions between the de facto government and the international community grew (p. 4-6). The document also presented how the restrictions regarding women's rights increased considerably (p. 8-9). As the need for humanitarian assistance rose rapidly, the report highlighted the UN efforts to develop a new aid architecture for the country, through donor coordination to promote health, nutrition, and education services (p. 10-11).

The situation in Afghanistan and its implications for international peace and security - S/2021/759 - 2 September 2021

Summary: This Report of the Secretary-General presented the situation following the Taliban seizure of power on 15 August 2021, when former President Ghani fled





the country and the Government was dissolved. Provincial capitals and Kabul were taken by force, which meant a significant territorial expansion of the Taliban and a demonstration of power (p. 2; 4-5). The situation was worsened by the increasing violence, including civilian casualties and grave violations against children, women, human rights defenders, and media workers (p. 8-10). The third wave of the coronavirus disease intensified the humanitarian crisis, making it half of the population in need of humanitarian assistance (p. 11). Natural disasters contributed to greater food insecurity, with the occurrence of drought and new displacements caused by conflict (p. 13).

Security Council Resolutions

Resolution 2681(2023) - 27 April 2023 - [S/RES/2681\(2023\)](#)

Summary: In its most recent resolution, the Security Council expressed, in the preambular paragraphs, its deep concern regarding the erosion of the human rights and fundamental freedoms of women and girls in Afghanistan. The Council also expressed its deep concern with the Taliban's ban on women from working for the UN, affecting the delivery of humanitarian assistance and the implementation of the UNAMA's mandate. In the operative paragraphs, besides condemning the Taliban's decisions (paragraph 1), the Council reiterated its demand for all parties to guarantee safe and unimpeded humanitarian access (paragraph 3) and the security and freedom of movement of UN personnel in the Afghan territory (paragraph 5). The Council also highlighted the need for more effective measures to address the dire economic and humanitarian situation in Afghanistan (paragraph 4).

Resolution 2678(2023) - 16 March 2023 - [S/RES/2678\(2023\)](#)

Summary: In this resolution, the Security Council extended UNAMA's mandate until 17 March 2024. In the preambular paragraphs, the Council highlighted the relevant role of UNAMA in Afghanistan and reaffirmed its commitment to the sovereignty of the country. In the operative paragraphs, the Council, besides extending UNAMA's mandate for one year (paragraph 3), highlighted the need to guarantee the freedom of movement of the UN and associated personnel throughout the country in order to fulfill the mission's mandate, since the Taliban posed severe restrictions to their work (paragraph 4).

Resolution 2626(2022) - 17 March 2022 - [S/RES/2626\(2022\)](#)

Summary: In 2022, the Security Council adopted only this resolution about the situation in Afghanistan. However, this is a robust resolution since it established new priority areas for UNAMA. In the preambular paragraphs, the Council expressed its deep concern about the economic, humanitarian, and security crises in the country. It also expressed its deep concern about human rights abuses and violations in Afghanistan, especially related to the situation of women and girls. In the operative paragraphs, the most important one is paragraph 5, which defined 10 priority areas for UNAMA's mandate, such as: the provision of humanitarian





assistance; coordination of international donors and organizations; promotion of responsible governance and the rule of law; protection and promotion of human rights, gender mainstreaming and empowerment; support for children's protection; regional cooperation and stability; coordination of overall risk management; and the improvement of security and arms control in Afghanistan.

Resolution 2615(2021) - 22 December 2021 - [S/RES/2615\(2021\)](#)

Summary: In this resolution, the Security Council adopted measures to address the humanitarian situation in Afghanistan, acting under Chapter VII of the UN Charter. In the preambular paragraphs, the Council expressed its deep concern with the humanitarian crisis in the country, highlighting how women, children, and minorities were the most affected by hunger and violence. Besides, the Council recalled the expectation that the Taliban would fulfill its international commitments to guarantee free access to humanitarian assistance and not associate with terrorist groups. In the operative paragraphs, the Council decided that providing humanitarian assistance to Afghanistan was not a violation of the sanctions imposed against the country (paragraph 1). It also called on all parties to respect obligations under international humanitarian law (paragraph 3).

Resolution 2593(2021) - 30 August 2021 - [S/RES/2593\(2021\)](#)

Summary: This Security Council resolution was the first one adopted since the Taliban takeover on 15 August 2021. In the preambular paragraphs, the Council reaffirmed its commitment to the sovereignty and national unity of the country. In the operative paragraphs, the Council condemned the terrorist attacks at the Kabul airport, which was claimed by the Islamic State (paragraph 1), and demanded that the Taliban not engage in terrorist activities (paragraph 2). The Council called for greater humanitarian assistance and reaffirmed the need of respecting human rights and the rule of law, which were the main achievements of the country in the last 20 years (paragraphs 3 and 4).

Other UN publications

This section aims to present other United Nations publications that will deepen your level of understanding regarding the situation in Afghanistan, bringing more specific data and information than those found in the introduction section.

UNAMA - Human Rights in Afghanistan: 15 August 2021 - 15 June 2022

Summary: In this report organized by UNAMA, there is an overview of the human rights situation in Afghanistan from 15 August 2021 to 15 June 2022, covering the first 10 months of the Taliban rule in the country. In the report, UNAMA denounced the Taliban attacks against the civic and political positions of Afghan women (pages 31-34). The report highlights the collapse of the debate on gender equality and inclusion and the maintenance of a paternalistic society supported by policies that increasingly distance women from the social and political





environment. Besides, the report presents the records of other human rights violations, such as ill-treatment, executions, and arbitrary detentions (p. 13-17).

UNHCR Afghanistan - Impact stories: Area-based approaches for return, reintegration, resilience & solutions, 2022

Summary: This report presents the strategy of the United Nations High Commissioner for Refugees (UNHCR) Office in Afghanistan to assist refugees and internally displaced persons in the country. The UNHCR supports the Priority Areas of Return and Reintegration (PARRs) in the country, which are community-based areas to promote the reconstruction of basic services and essential infrastructure to support refugees and internally displaced persons (p. 4). Along with the PARRs, the report also explores the creation and function of other mechanisms developed by UNHCR to host and supervise displacement processes in the country (p. 5-8), such as the development of a Support Platform dedicated to the Strategic Solution for Afghan Refugees (SP-SSAR), a program created in 2012 jointly with the governments of Iran and Pakistan to facilitate voluntary repatriation and sustainable reintegration.

United Nations Office in Afghanistan – Statement and update from the United Nations in Afghanistan – 11 April 2023

Summary: In its latest statement, the United Nations Office in Afghanistan condemned the Taliban’s decision to prohibit Afghan women from working for the UN in Afghanistan (p. 1). Despite the restriction applied, the UN will continue to seek constructive interaction with the de facto authority as mandated by the UN Security Council (p. 1).

Official websites

This section indicates some official websites of the UN system that contain a series of reports, data, and updates on the situation in Afghanistan.

United Nations Security Council (UNSC)

Summary: This is the official website of the United Nations Security Council. In the “Documents” menu, it is possible to access any type of Security Council document, such as resolutions, Secretary-General reports, press statements, letters and speeches. The documents are organized by year, and within them, you can search for “Afghanistan” by pressing “Ctrl + F”.

United Nations Assistance Mission in Afghanistan (UNAMA)

Summary: This is the official website of the United Nations Assistance Mission in Afghanistan (UNAMA). In it, you can find more information about the mission and its mandate, as well as news, the latest activities, and all documents and reports that are related to the mission.





United Nations Human Rights Office of the High Commissioner (OHCHR)

Summary: The Office of the High Commissioner for Human Rights (OHCHR) is the UN entity responsible for the promotion and protection of human rights. Its website brings together the latest news, statements, messages, and stories, as well as various reports on the situation of human rights in Afghanistan.

United Nations International Children’s Emergency Fund (UNICEF)

Summary: UNICEF is the United Nations Agency for Children and aims to provide resources to help children in humanitarian situations. This site contains monthly reports on the humanitarian situation faced by children in Afghanistan.

United Nations High Commissioner for Refugees (UNHCR) - Afghanistan situation

Summary: The United Nations High Commissioner for Refugees (UNHCR) is the UN agency for refugees and internally displaced persons. Its website brings together the latest updates and reports on the situation of refugees and internally displaced persons in Afghanistan.

United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs (UNOCHA)

Summary: The United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs is one of the UN entities responsible for humanitarian assistance in Afghanistan. Its website presents reports on the humanitarian situation in the country and data on international donations for Afghanistan.





EXTRA RESOURCES

This section contains publications on the subject that are nonrelated to the UN. These publications introduce different perspectives on the situation in Afghanistan and its impacts on the region.

Security Council Report

Summary: The Security Council Report is a think tank with the mission to enhance the transparency and effectiveness of the UN Security Council. Its website brings monthly updates about the Council's agenda. It provides inside information about the Council's meetings on Afghanistan, especially in the What's in Blue session.

Council on Foreign Relations - The U.S War in Afghanistan (2021)

Summary: This article aims to present chronologically the main events about the involvement of the United States in Afghanistan in the period 1999-2021. It is important to mention that the Council on Foreign Relations is a think tank based in the United States, so it presents the view and interests of this country on the matter.

Human Rights in Afghanistan following Taliban Takeover (2023)

Summary: In this resource guide organized by the Harvard Model Congress - Boston 2023 you will find a summary of the actions of the United Nations, UNAMA, and the Security Council in recent years in Afghanistan (p. 6-8). In addition, the attempt to approach Taliban leaders is portrayed (p. 6), and, also, the refusal to recognize these leaders afterward (p. 8).

'I had tears streaming': a sobering film about the last months of the Afghan war", an article about the documentary "Retrograde" (2022)

Summary: Retrograde (2022) is an immersive documentary about the last nine months of the presence of the US in Afghanistan and it is available at Disney+. The newspaper The Guardian published an article about the documentary based on an interview with the director Matthew Heineman, who says that his goal with this project was to make the viewer feel what it is like to be in the conflict by showing scenes of bombings, the departure of the US army from the region and the daily life of citizens.





DATABASES

Below you can find two official databases where you can find more detailed and quantitative information regarding the situation in Afghanistan. We inform you that, due a lack of cooperation from the Taliban government, most of the data is not updated, the most recent being dated 2021.

United Nations Statistics Division (Unstat) - Sustainable Development Goals

Summary: The United Nations Statistics Division (UNStat) makes available various data related to both economic and social aspects of the countries. In the sector dealing with the Sustainable Development Goals, it is possible to monitor the implementation of each of the 17 goals in Afghanistan. Remember that the most recent data in this database is from 2021.

Statistical Office of the European Union

Summary: The Statistical Office of the European Union (Eurostat) is a department of the European Union in charge of publishing economic and social data at the European level. Despite working exclusively with the European region, information on Afghan immigrants and refugees who have moved to the region can be found in the database.

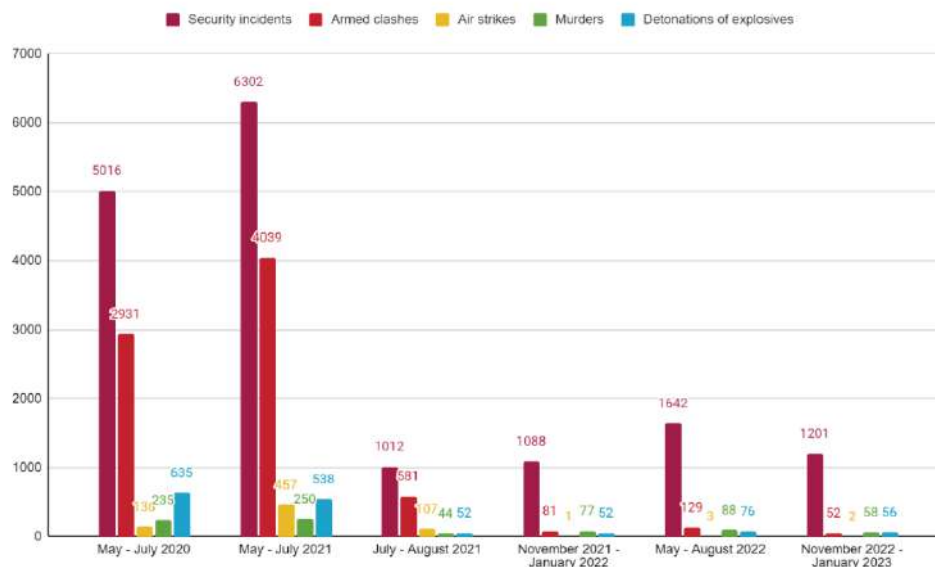
Graphics

Due to the difficulty faced by the official databases to update information after the Taliban takeover in 2021, we present some graphics of our own elaboration that systematize some data presented in the reports of the Secretary-General, UNAMA, and the United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs (OCHA).



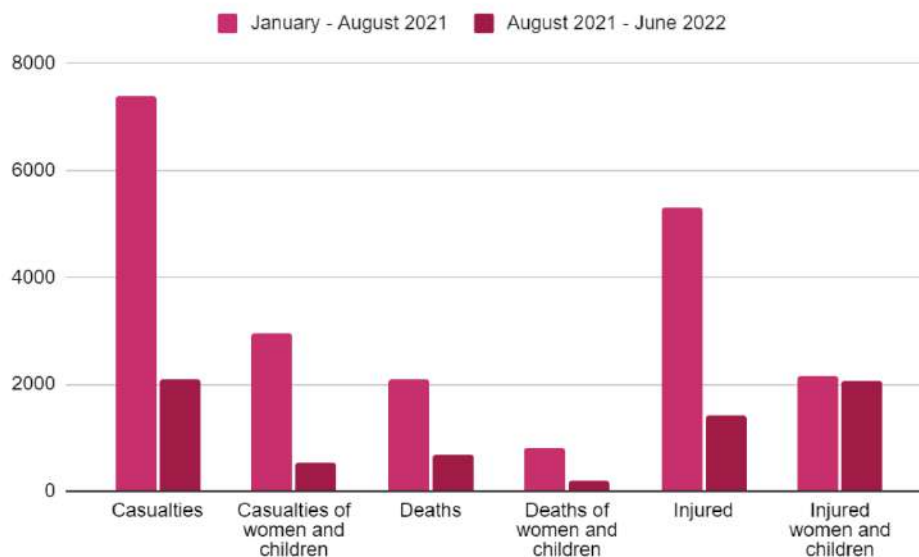


Graphic 1 – Security incidents in Afghanistan, 2020-2023 (per number of incidents)



Source: Elaborated by Antonia de Toledo da Conceição based on data retrieved from UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL, 2023, p. 4-5; UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL, 2022, p. 4; and UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL, 2021, p. 5-6.

Graphic 2 – Casualties (deaths and injured) in Afghanistan, January 2021-June 2022 (per number of people)

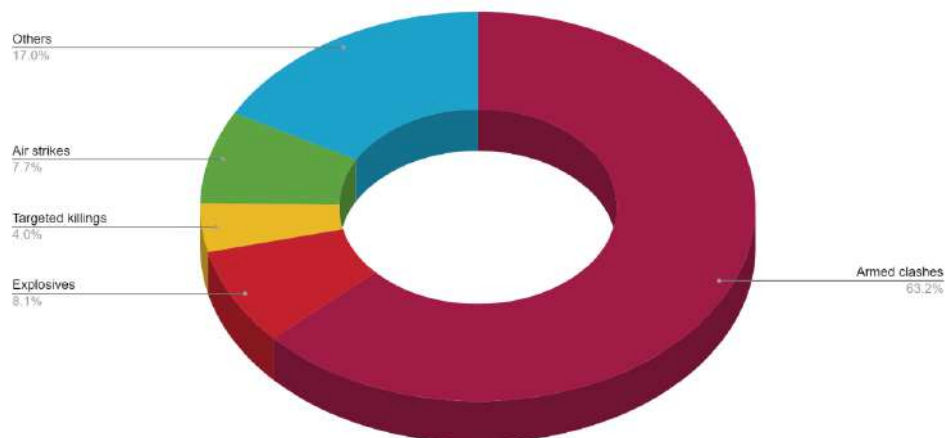


Source: Elaborated by Antonia de Toledo da Conceição based on data retrieved from UNITED NATIONS ASSISTANCE MISSION IN AFGHANISTAN, 2022, p. 9-10.



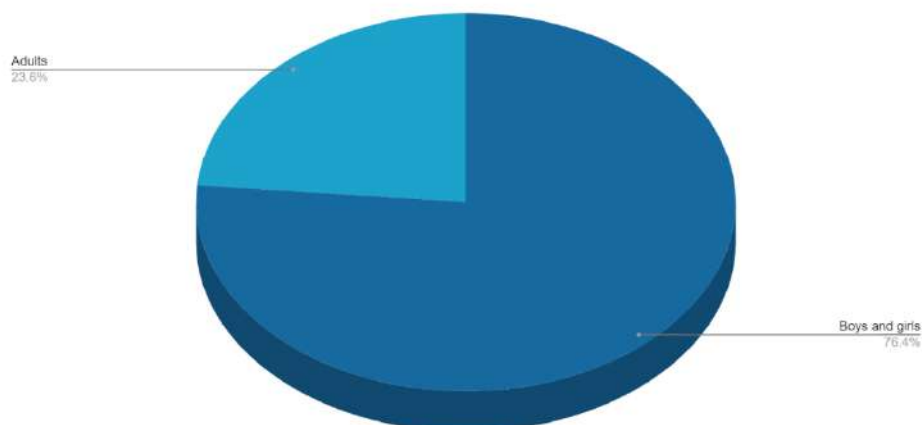


Graphic 3 - Causes of casualties in Afghanistan, 2021 (percentage of the number of incidents)



Source: Elaborated by Antonia de Toledo da Conceição based on data retrieved from UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL, 2022, p. 4.

Graphic 4 - Grave violations against civilians in armed conflict in Afghanistan, adults vs. children, April-June 2022 (percentage of the number of people)

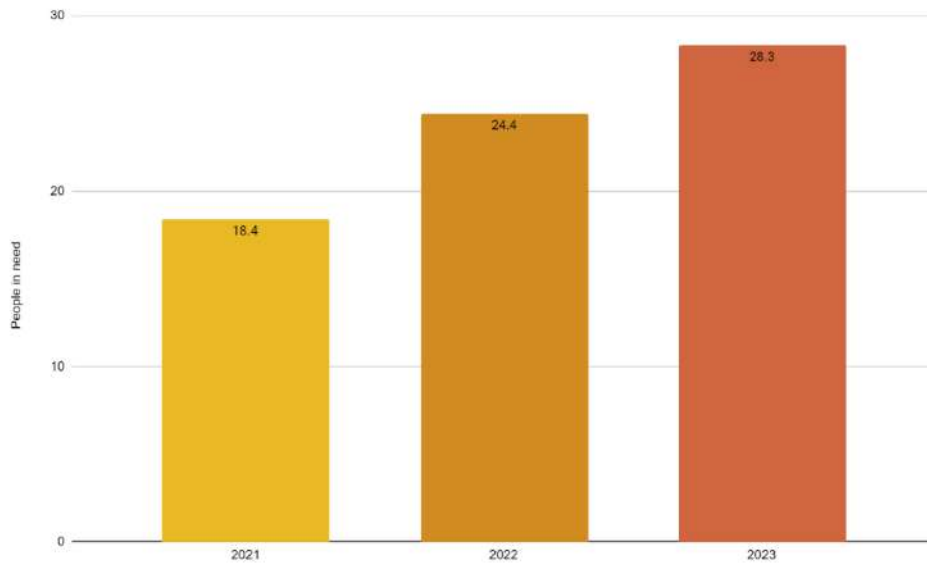


Source: Elaborated by Antonia de Toledo da Conceição based on data retrieved from UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL, 2022, p. 8.



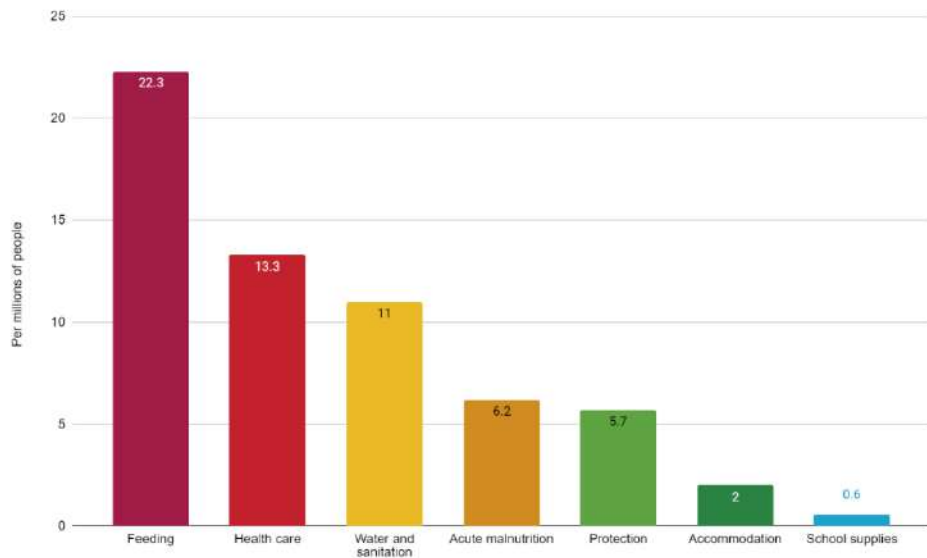


Graphic 5 - People in need of humanitarian assistance in Afghanistan, 2021-2023 (per million people)



Source: Elaborated by Antonia de Toledo da Conceição based on data retrieved from UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL, 2023, p. 2; p.12.

Graphic 6 - People assisted by humanitarian assistance delivered in Afghanistan, per area of assistance, 2022 (per million people)

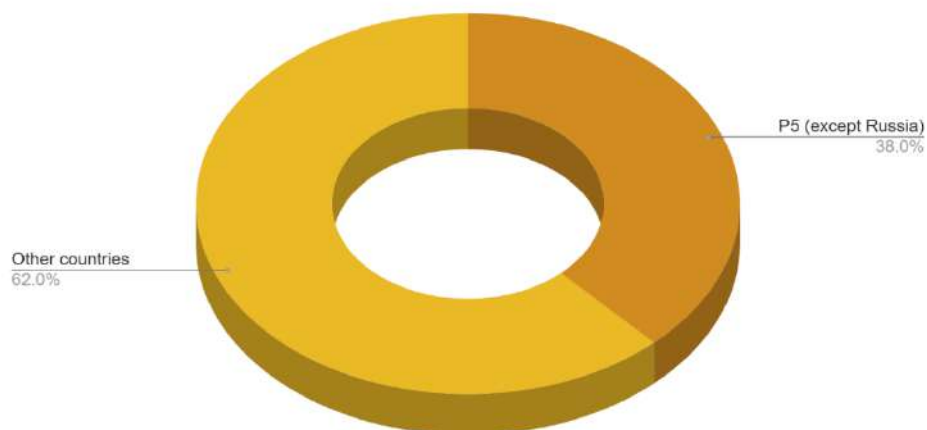


Source: Elaborated by Antonia de Toledo da Conceição based on data retrieved from UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL, 2023, p. 12-13.



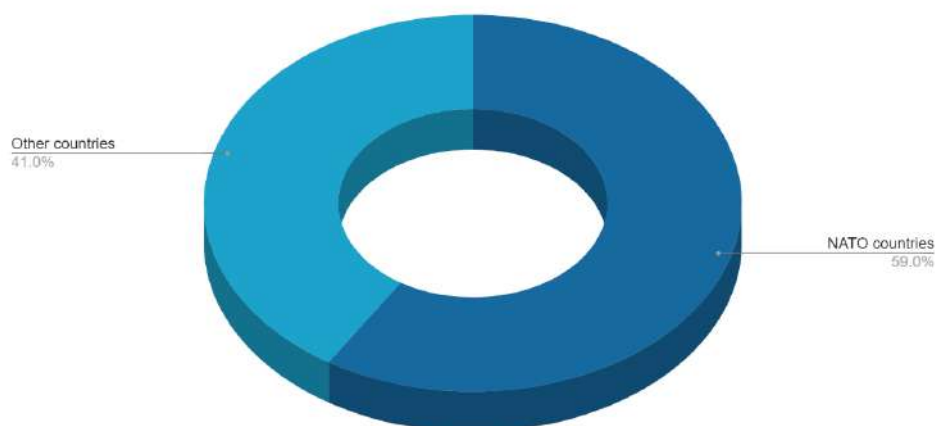


Graphic 7 - Participation of the P5 (except Russia) in the pledge for financing humanitarian assistance in Afghanistan, 2022 (percentage)



Source: Elaborated by Antonia de Toledo da Conceição based on data retrieved from UNITED NATIONS OFFICE FOR THE COORDINATION OF HUMANITARIAN AFFAIRS, 2022, p. 1-2.

Graphic 8 - Participation of NATO countries in the pledge for financing humanitarian assistance in Afghanistan, 2022 (percentage)

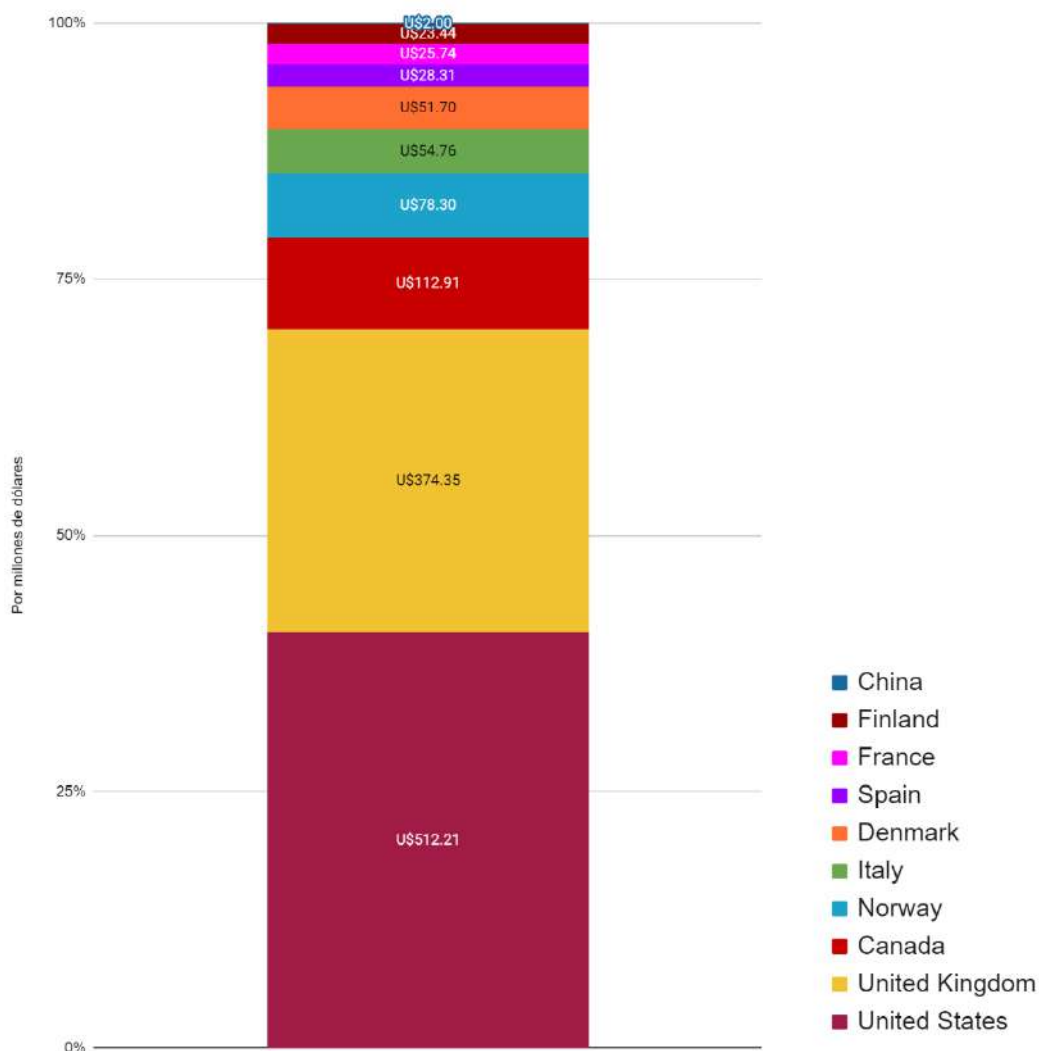


Source: Elaborated by Antonia de Toledo da Conceição based on data retrieved from UNITED NATIONS OFFICE FOR THE COORDINATION OF HUMANITARIAN AFFAIRS, 2022, p. 1-2.





Graphic 9 – Pledge for financing humanitarian assistance in Afghanistan per selected donor countries, 2022 (in millions of dollars)

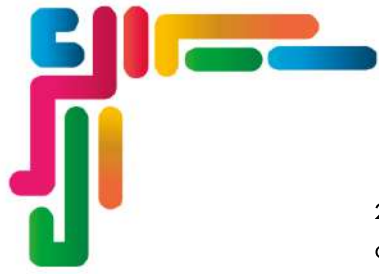


Source: Elaborated by Antonia de Toledo da Conceição based on data retrieved from UNITED NATIONS OFFICE FOR THE COORDINATION OF HUMANITARIAN AFFAIRS, 2022, p. 1-2.

References

- UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL (UNSC). *The situation in Afghanistan and its implications for international peace and security. Report of the Secretary-General*. New York, 2 September 2021, S/2021/759. Available at: www.undocs.org/s/2021/759. Accessed on: 04 June 2023.
- _____. *The situation in Afghanistan and its implications for international peace and security. Report of the Secretary-General*. New York, 17 September 2022, S/2022/692. Available at: www.undocs.org/s/2022/692. Accessed on: 04 June 2023.
- _____. *The situation in Afghanistan and its implications for international peace and security. Report of the Secretary-General*. New York, 27 February





2023, S/2023/151. Available at: <https://undocs.org/S/2023/151>. Accessed on: 3 April 2023.

UNITED NATIONS ASSISTANCE MISSION IN AFGHANISTAN (UNAMA). *Human rights in Afghanistan - 15 August 2021-15 June 2022*. Kabul, Afghanistan, 2022. Available at: https://unama.unmissions.org/sites/default/files/unama_human_rights_in_afghanistan_report_-_june_2022_english.pdf. Accessed on: 4 May 2023.

UNITED NATIONS OFFICE FOR THE COORDINATION OF HUMANITARIAN AFFAIRS (UNOCHA). Final announcements. *High-Level Pledging Event for the Humanitarian Crisis in Afghanistan*, 1 April 2022. Available at: <https://reliefweb.int/attachments/b56c1954-b215-341f-a8fa-bd5e3a2b4dcb/2022%20AFG%20HLE%202022%20Announcement%20Results%2031%20March%20final%20updated.pdf>. Accessed on: 4 May 2023.





OFFICIAL POSITION OF COUNCIL MEMBERS

Below we present a summary of the statements made by the current members of the Security Council. All the speeches delivered at the meetings are summarized in the following documents: [S/PV.8853 \(2021\)](#), [S/PV.9277 \(2023 a\)](#), and [S/PV.9283 \(2023 b\)](#). You must consult these documents to study the official position of all Council members regarding the situation in Afghanistan.

Permanent Members

China

China, throughout 2021 and 2023, defended without substantive changes its position of prioritizing the coordination of humanitarian action carried out by UNAMA. The country also appealed to the Taliban to fulfill its commitment to respecting human rights, with a special focus on the rights of women and children, who are the most affected by social and economic insecurity. However, China recognized that the current situation in Afghanistan is largely due to foreign military interventions and unilateral sanctions, measures that provoked the political instability and social and economic crises that the country is experiencing at the moment. In this sense, China defended an approach based on humanitarian assistance and the promotion of development in Afghanistan, through the donation of vaccines and food, and projects that guarantee education and jobs for women (UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL, 2021, p. 18-20; UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL, 2023 a, p. 18-19).

France

In 2021, France highlighted the importance of guaranteeing free and unimpeded access to the delivery of humanitarian assistance, expressing its concern about the safety of humanitarian workers and UN staff. In addition, the country expressed its concern about the link between the Taliban and Al-Qaeda (UNITED NATIONS SECURITY, 2021, p. 14-15). In 2023, France focused on the violations of human rights and, in particular, women's and children's rights in Afghanistan, advocating that the situation of women must be central in all discussions and that those violations must be punished (UNITED NATIONS SECURITY, 2023 a, p. 16). In this sense, France defended that UNAMA should strengthen its role in monitoring human rights violations in Afghanistan since the Taliban did not comply with the international commitments agreed on the matter (UNITED NATIONS SECURITY, 2023 b, p. 6).

Russian Federation

The Russian Federation is aligned with China in the sense that both countries agree that the current situation in Afghanistan is due to foreign military interventions. More specifically, the Russian Federation highlighted that the US military intervention that followed the events of 11 September 2001 had great





implications for the current situation in the country. In this sense, the Russian statement questioned the real purpose of the humanitarian aid offered by the US and other Western countries to the Afghan people. Whether this aid is based on offering real support for the reconstruction of Afghan society or is based on a method of blackmail and control of the Afghan population (UNITED SECURITY COUNCIL, 2021, p.14). As an alternative, the Russian Federation defended that the Council should address the dangerous relationship between drug trafficking and the escalation of national violence and urged Council members to dedicate their attention to the economic reconstruction and development in Afghanistan, which have been forgotten during the last 20 years as a result of unilateral economic sanctions against the country (UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL, 2023 b, p. 13-14).

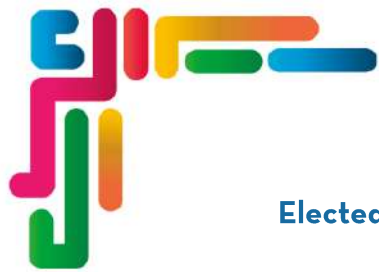
United Kingdom of Great Britain and North Ireland

The statements of the United Kingdom (UK) changed between 2021 and 2023. In 2021, the UK called for the Taliban to detach itself from terrorism and fulfill the international commitment to the protection of human rights, allowing the free exit of people of the country (UNITED NATIONS SECURITY, 2021, p. 11). However, in 2023, the UK criticized the Taliban for its lack of commitment to international agreements, especially considering the severe restrictions against the political, economic, and social rights of women and girls. For the UK, UNAMA must expand its work towards the promotion and protection of human rights and the construction of inclusive and representative governance. The British delegation expressed its concern with the Taliban decree prohibiting women from working with non-governmental organizations and the UN in Afghanistan. Besides being a violation of human rights, this decision affected the efficiency of humanitarian assistance in the country (UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL, 2023 b, p. 3).

United States of America

The position of the US is centered on humanitarian assistance. In 2021, this Council member defended the importance of humanitarian aid, highlighting that the US is the largest donor of humanitarian assistance to Afghanistan, helping with access to health, food, sanitation, and water. The US also expressed its concern about the safety of humanitarian workers, especially women, and condemned the Taliban for harassing UN staff. Another issue for the US is the international recognition of the Taliban as the legitimate government in Afghanistan. According to the US delegation, this recognition will not happen until the de facto authorities follow international law, and respect democracy, the rule of law and human rights, especially of women and children (UNITED NATIONS SECURITY, 2021, p. 17-18). In 2023, after the Taliban decree prohibiting women from working with non-governmental organizations and the UN in Afghanistan, the US demanded that the Taliban stop its attacks against UN personnel and guarantee the safety and free access of humanitarian workers of all sexes (UNITED NATIONS SECURITY, 2023 a, p.16-17).





Elected Members

Brazil and Ecuador

Brazil and Ecuador, as elected Council members from Latin America, expressed their support to UNAMA's mandate and defended that the Mission has a key role in providing humanitarian assistance. Both countries condemned Taliban practices and rulings that violate the human rights of women and girls, as well as their freedom and access to basic services, education, and humanitarian assistance. Ecuador expressed its concern with the violations against Afghan children and defended the need for a peaceful and inclusive political transition, following the norms of international law (UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL, 2023 a, p. 12). Brazil emphasized that, in order to guarantee lasting peace and stability in the country, it is necessary to focus on economic reconstruction and that everyone, including women and girls, have access to education and participation in this process. Brazil also highlighted its humanitarian efforts to assist Afghan refugees, saying it had issued more than 8000 humanitarian visas to people affected by the Afghan crisis so far (UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL, 2023 a, p. 15).

Gabon, Ghana, and Mozambique

The three elected African members of the Security Council (known as A3) delivered a joint statement on 8 March 2023, when they highlighted the importance of an intra-Afghan dialogue, which would be a process of political dialogue between different parties and ethnical and social groups, including women. This dialogue would guarantee the fair representation of the diversity of Afghans inside the political scenario, which will, in turn, lead to a more stable Afghanistan. Additionally, they condemned all security incidents reported by UNAMA and urged the de facto authorities to combat and prevent all forms of terrorism, considering that the violent action of the Islamic State is a problem both in Afghanistan and in Africa. Regarding the economic situation, the A3 argued that the economic and social crises are in part because of the negative effect of international sanctions and the freezing of Afghan assets. The decrease in development assistance and mistrust on behalf of donors and banks, likewise, is adding another layer of difficulty in the reconstruction of the country. Therefore, the A3 called on donors to persist in sending help and reiterated that the international community must remain invested in Afghanistan (UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL, 2023 a, p. 8-9).

Albania, Malta, Switzerland

Albania, Switzerland, and Malta, as elected Council members from Europe, condemned the restrictions imposed by the Taliban against women and children. They all strongly support UNAMA's mandate and presented their views on the Mission's priority areas. For Albania, the Taliban must be accountable for the human rights violations that irreparably harmed women and girls and undermined the country's social and economic development (UNITED NATIONS





SECURITY COUNCIL, 2023 a, p. 11). Malta emphasized that Afghanistan's economic recovery and development cannot be done without women's full, equal, and meaningful participation, since they are critical leaders for changing the future of the country (UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL, 2023 a, p. 14). Switzerland drew attention to the humanitarian crisis and proposed sustainable solutions to the chronic food insecurity in Afghanistan, such as adapting Afghan agriculture and making natural-resource management more sustainable to better respond to the challenges imposed by climate change (UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL, 2023 a, p. 11).

Japan and the United Arab Emirates

As co-penholders (Council members responsible for drafting the resolutions on the situation in Afghanistan), the representatives of Japan and the United Arab Emirates (UAE) have been politically aligned during the Security Council meetings on the matter. The co-penholders concentrated their focus on the case of Afghan women and children and the mandate of UNAMA. Despite their agreement on most of the topics in this discussion, Japan and UAE also have their particular concerns. Japan accused the Taliban as responsible for the humanitarian situation in the country, as the de facto authority did not fulfill its international commitments (UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL, 2023 a, p. 6). The UAE reassured the international community that the Taliban's conduct must not be associated with the Islamic culture and religion, but rather with its own political approach. This Council member also highlighted the need for a long-term action plan for Afghanistan as a way to promote political unity in the country (UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL, 2023 a, p. 7).

References

- UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL (UNSC). *The situation in Afghanistan*. Held at Headquarters, New York, on Thursday, 9 September 2021, 3:15 p.m. S/PV.8853. Available at: <https://undocs.org/Home/Mobile?FinalSymbol=S%2FPV.8853&Language=E&DeviceType=Desktop&LangRequested=False>. Accessed on: 30 May 2023.
- _____. *The situation in Afghanistan*. Held at Headquarters, New York, on Wednesday, 8 March 2023 a, 10 a.m. S/SP.9277. Available at: <https://undocs.org/Home/Mobile?FinalSymbol=S%2FPV.9277&Language=E&DeviceType=Desktop&LangRequested=False>. Accessed on: 30 May 2023.
- _____. *The situation in Afghanistan*. Held at Headquarters, New York, on Thursday, 16 March 2023 b, 10 a.m. S/SP.9283. Available at: <https://undocs.org/Home/Mobile?FinalSymbol=S%2FPV.9283&Language=E&DeviceType=Desktop&LangRequested=False>. Accessed on: 30 May 2023.



famun.com.br

 **famun@facamp.com.br**

 **@famunfacamp**

 **@famunfacamp**

 **@famunfacamp1**



**FLIP THE
SCRIPT**

a world of infinite
possibilities

FAMUN 2023 | 10 YEARS

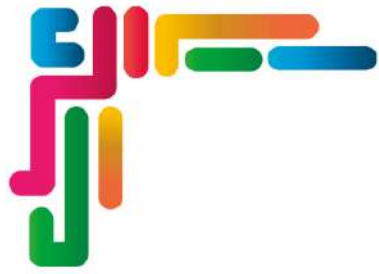
CONSEJO DE SEGURIDAD

Guía de Investigación

**FLIP THE
SCRIPT**

a world of infinite
possibilities

FAMUN 2023 | 10 YEARS



GUIA DE INVESTIGACIÓN

CONSEJO DE SEGURIDAD DE LAS NACIONES UNIDAS

LA SITUACIÓN EN AFGANISTÁN

Autores

Antonia de Toledo da Conceição
Veridiana Nobre Fernandes
Giovanni Nicolace de Campos Bueno Benages
Júlia Dias Tellaroli Casemiro

Orientadora

Profesora Patrícia Nogueira Rinaldi





SUMÁRIO

PREFACIO	3
REFERENCIAS DE LA ONU	11
Informes del Secretario General	11
Resoluciones del Consejo de Seguridad	12
Otras publicaciones de las Naciones Unidas	13
Sitios web oficiales	15
RECURSOS ADICIONALES	17
BASES DE DATOS	18
Gráficos	18
POSICIÓN OFICIAL DE LOS MIEMBROS DEL CONSEJO	25
Miembros permanentes	25
China	25
Francia	25
Federación de Rusia	26
Reino Unido de Gran Bretaña e Irlanda del Norte	26
Estados Unidos de América	26
Miembros no permanentes	27
Brasil y Ecuador	27
Gabón, Ghana y Mozambique	27
Albania, Malta y Suiza	28
Japón y Emiratos Árabes Unidos	28





PREFACIO

Distinguidos delegados del Consejo de Seguridad para Universidad del FAMUN 2023,

Muchas gracias por acompañarnos en el Consejo de Seguridad para Universidad del FACAMP Model United Nations (FAMUN). ¡Nos encanta su interés en el proyecto! Nos sentimos honradas de tenerle con nosotros en nuestra edición especial de 10 años de FAMUN, ya que desde la primera edición quedaron marcadas muchas historias.

El Consejo de Seguridad es un órgano de las Naciones Unidas cuyo reto es garantizar el mantenimiento de la paz y seguridad internacionales. La simulación del Consejo de Seguridad es siempre una de las más esperadas, y la equipe está preparada para ayudarles en los debates, las crisis y los conflictos que son comunes en la simulación del Consejo.

El tema de la simulación, la situación en Afganistán, es muy desafiador. Tratamos de la consolidación del gobierno Talibán como autoridad de hecho en el país a partir de 2021, un grupo visto por parte de la comunidad internacional como un grupo terrorista y con el cual ahora la Organización de las Naciones Unidas debe dialogar para auxiliar en la promoción de la paz y de los derechos humanos en ese país.

Esperamos que simular el Consejo de Seguridad del FAMUN 2023 sea una experiencia que le genere, además de aprendizaje, la oportunidad de desarrollar nuevas habilidades y crear recuerdos memorables. Ojalá tengamos una discusión compleja y de gran crecimiento personal, así como académico. De esa manera, esperamos que expresen sus ideas y tengan una participación alineada a los intereses de sus países, ya que la situación en Afganistán es un tema con varios matices.

En esta guía de investigación, ustedes encontrarán documentos, investigaciones y recursos de diferentes áreas para ayudarles a prepararse para la simulación y para entender mejor las acciones del Consejo de Seguridad en la situación en Afganistán. Les recomendamos la consulta atenta de este guía, así como preparar búsquedas adicionales para ampliar y profundizar su conocimiento en el tema. ¡Nos vemos en septiembre!

Cordialmente,

Antonia de Toledo

Presidenta del Consejo de Seguridad

Veridiana Fernandes

Directora del Consejo de Seguridad

Giovanni N. de C. Bueno Benages

Subsecretario General para Asuntos de la AG y Gestión de Conferencia

Júlia Dias Tellaroli Casemiro

Subsecretaria General Comunicaciones Globales





INTRODUCCIÓN AL TEMA

El Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas (CSNU) es uno de los seis órganos principales de la Organización de las Naciones Unidas (ONU) y es encargado de tratar los asuntos que representan una amenaza a la paz y seguridad internacionales. Su mandato está expresado en el Capítulo V de la Carta de la ONU, que define en su artículo 24 que, con el propósito de garantizar el mantenimiento de la paz y seguridad internacionales, el Consejo debe tratar de los temas más generales y también de situaciones específica de países, como es el caso de Afganistán (NACIONES UNIDAS, 2023).

El Consejo es compuesto por 15 miembros, 5 de ellos permanentes y 10 no permanentes. Los miembros permanentes son China, Estados Unidos, Francia, Reino Unido y Federación de Rusia. Los miembros no permanentes, a su vez, son elegidos por la Asamblea General anualmente, 5 países por año, y cada uno de ellos tiene un mandato de 2 años. A diferencia de las demás decisiones de la ONU, todas las resoluciones del Consejo son consideradas obligatorias bajo el artículo 25 de la Carta, es decir, sus decisiones deben ser acatadas por todos los Estados-miembros de la ONU. Todas las resoluciones del CSNU se votan y se adoptan con un mínimo de 9 votos afirmativos, y no debe haber ningún voto negativo de un miembro permanente. Cuando hay por lo menos 9 votos afirmativos pero un miembro permanente vota en contra de la resolución, esta no se adopta, lo que configura el veto (NACIONES UNIDAS, 2023).

Para mantener la paz y la seguridad internacionales, el Consejo maneja una serie de instrumentos, presentados en los Capítulos VI, VII y VIII de la Carta de la ONU. El Capítulo VI trata de la solución pacífica de controversias, es decir, el Consejo puede pedir a las partes en una disputa que resuelvan sus diferencias por la vía diplomática, utilizando de mediación, conciliación o arbitraje. Si no se puede lograr la paz, el Capítulo VII prevé el uso de medios no pacíficos de resolución de disputas. El artículo 41 autoriza el uso de sanciones, como, por ejemplo, la interrupción total o parcial de las relaciones diplomáticas y/o económicas. Ya el artículo 42 permite el uso colectivo de la fuerza para mantener o restaurar la paz y la seguridad internacionales, como en casos de agresión o amenazas. Por fin, el Capítulo VIII posibilita al Consejo trabajar con organizaciones regionales para cumplir su mandato (NACIONES UNIDAS, 2023).

Considerando su rol en garantizar la paz y seguridad internacionales, la primera vez que el Consejo de Seguridad discutió la situación en Afganistán fue en 1980, en el contexto de la guerra afgana-soviética (1979-1989). El 27 de diciembre de 1979, la Unión Soviética envió tropas para combatir los movimientos insurgentes en Afganistán, a petición del gobierno afgano. Las tropas soviéticas se enfrentaron con grupos y facciones de la resistencia, conocidos como *Muyahidines*¹. En enero de 1980, el Consejo de Seguridad intentó redactar una

¹ Los *Muyahidines* (guerreros santos en árabe) son grupos insurgentes que surgieron en el contexto de la guerra afgana-soviética (1979-1989), y jugaron un papel importante en el combate a las fuerzas soviéticas, representando una resistencia afgana. Estos combatientes fueron apoyados por los





resolución sobre la guerra, pero como los miembros occidentales querían condenar las acciones soviéticas debido al contexto de Guerra Fría, la Unión Soviética utilizó un “veto virtual” y la resolución fue interrumpida antes de su negociación. Como solución a este impase, el Consejo adoptó la Resolución 492(1980), de 9 de enero de 1980, convocando una Sesión Especial de la Asamblea General para discutir el tema. En esta sesión especial, la Asamblea adoptó la resolución ES-6/2, de 14 de enero de 1980, condenando la acción soviética y pidiendo la retirada de las tropas de Afganistán (CONSEJO DE SEGURIDAD DE LAS NACIONES UNIDAS, 1980, p. 1).

El gobierno pakistaní también se vio involucrado en el conflicto, recibiendo gran cantidad de refugiados y ayudando a los Muyahidines a luchar contra las fuerzas soviéticas, con el soporte de los países occidentales, especialmente los Estados Unidos. En los años siguientes, el Subsecretario General de Asuntos Políticos de la ONU, el Sr. Javier Pérez de Cuéllar, intentó establecer negociaciones entre el gobierno de Afganistán y la Unión Soviética, por un lado; y el gobierno de Pakistán y los Estados Unidos, por otro. El resultado de las negociaciones fueron los Acuerdos sobre el Arreglo de la Situación Relativa a Afganistán, conocidos como los Acuerdos de Ginebra, firmados el 14 de abril de 1988. Entre las acciones negociadas, estaba prevista la retirada de las tropas soviéticas, que ocurrió en 1989, dando fin a la guerra (UNITED NATIONS, 2002).

Sin embargo, después de la retirada de las tropas soviéticas de Afganistán, el país se vio involucrado en una (1989-2001). El conflicto persistió mientras los líderes de los grupos Muyahidines y otras facciones insurgentes seguían compitiendo por el gobierno. Así, el apoyo de otros actores externos, como los Estados Unidos y Pakistán, profundizó aún más el conflicto debido a la creación de zonas de guerra entre diferentes grupos enemigos. El gobierno de Mohammad Najibullah solo duró de 1989 a 1992, ya que no obtuvo apoyo popular. La ONU no envió cascos azules, pero propuso un mecanismo de transición de gobierno imparcial. En este sentido, en 1992, el Consejo de Seguridad creó la Misión Especial de las Naciones Unidas en Afganistán (UNSM), cuyo objetivo era reconstruir el país y facilitar un arreglo político pacífico para apaciguar a los grupos beligerantes. Esta misión política especial fue creada bajo el mandato del Capítulo VI de la Carta de la ONU, lo que significa que no recibió un contingente militar y su función era de monitoreo y mediación (KUMAR; PANT, 2014, p. 122-123).

Pero en 1996, el Talibán², un grupo fundamentalista islámico formado en los años 1990 con el apoyo de Pakistán, ganaron fuerza política y asumieron el poder de hecho en Afganistán al derrotar a las fuerzas Muyahidines y controlar el 90% del territorio del país. Al mismo tiempo, el nuevo gobierno de facto no recibió reconocimiento internacional³, en gran parte debido a las violaciones de derechos

Estados Unidos con el envío de recursos y armas para combatir a los soviéticos en el contexto de la guerra (KUMAR; PANT, 2014, p. 120-122).

² Los Talibanes (estudiantes, o buscadores de conocimiento, en árabe), son un grupo insurgente afgano, creado a mediados de la década de 1990 y compuesto por estudiantes pastunes del sur de Afganistán, que tenían como objetivo difundir la ley islámica en toda la región. Inicialmente el grupo fue organizado, financiado y entrenado por Pakistán y, posteriormente, recibió apoyo de los Estados Unidos (KUMAR; PANT, 2014, p. 124).

³ Con excepción a Arabia Saudita, los Emiratos Árabes Unidos y Pakistán.





humanos perpetradas por el grupo, como el asesinato masivo de personas de otras etnias y el uso de la violencia contra mujeres, niños, defensores de derechos humanos, trabajadores de la prensa y funcionarios de la ONU. Así, el Consejo de Seguridad decidió incluir en el mandato de la UNSMA la investigación de estas y otras violaciones de derechos humanos. Infelizmente, la UNSMA no logró establecer un acuerdo de paz y el Talibán continuó en el poder hasta 2001 (KUMAR; PANT, 2014, p. 123-126).

Los ataques terroristas en Nueva York y Washington el 11 de septiembre de 2001 trajeron cambios profundos para Afganistán. El acto terrorista fue reivindicado por la Al-Qaeda, grupo extremista liderado por Osama Bin Laden que, según la inteligencia estadounidense, era protegido por el Talibán. A partir de esto, los Estados Unidos, en cooperación con la Organización del Tratado del Atlántico Norte (OTAN), iniciaron una invasión militar en Afganistán, con el propósito de capturar Bin Laden. Uno de los argumentos utilizados por los Estados Unidos para justificar la invasión militar fue la Resolución 1368(2001), adoptada el 12 de septiembre de 2001 por el Consejo de Seguridad, que condenaba los ataques terroristas del 11 de septiembre y aprobaba todos los medios necesarios para combatir al terrorismo y restaurar la paz y seguridad internacionales (CONSEJO DE SEGURIDAD DE LAS NACIONES UNIDAS, 2001 b, p. 1-2). Sin embargo, el objetivo inicial de la operación militar rápidamente se convirtió en una oportunidad para los Estados Unidos y la OTAN de romper el dominio del Talibán sobre la región y establecer un nuevo gobierno prooccidental, lo que fue ágilmente logrado, considerando el peso y la violencia de la ofensiva militar.

Al mismo tiempo, la situación humanitaria en el país era crítica a fines del año 2001, con más de 6 millones de personas necesitadas de asistencia y afectadas por el hambre y el riguroso invierno (CONSEJO DE SEGURIDAD DE LAS NACIONES UNIDAS, 2001 a, p. 9-11). En este contexto, el Consejo de Seguridad decidió crear la Misión de Asistencia de las Naciones Unidas en Afganistán (UNAMA) por medio de su Resolución 1401(2002), de 28 de marzo de 2002, con el objetivo de promover la reconstrucción de Afganistán y apoyar el establecimiento de un nuevo gobierno democrático. Así como la UNSMA, la UNAMA es una misión política especial bajo el Capítulo VI de la Carta de la ONU y no posee componentes policiales o militares (CONSEJO DE SEGURIDAD DE LAS NACIONES UNIDAS, 2002 b, p. 2).

Inicialmente, el mandato de la UNAMA consistía en tres principales puntos. El primero decía respecto a promover los derechos humanos y la igualdad de género. El segundo trataba de establecer la reconciliación y unión nacional, para que las disputas políticas pudieran ocurrir según los parámetros del Estado de derecho. Por fin, el tercer punto trabajaba con la coordinación de la asistencia humanitaria en Afganistán. Por medio de estos tres puntos, fueron establecidos dos componentes que permeaban los asuntos de competencia de la misión. El primer componente se refería a los asuntos políticos, ya que la Misión debería establecer el diálogo político entre todas las partes interesadas, además de promover el monitoreo e investigación de la situación política y de los derechos





humanos. El segundo componente trataba del socorro, recuperación y reconstrucción afganos, considerando la situación de los desplazados internos y refugiados, además de la crisis económica, social y humanitaria en el país (CONSEJO DE SEGURIDAD DE LAS NACIONES UNIDAS, 2002 a, p. 16-17; p. 18-20).

Bajo la ocupación militar estadounidense y de la OTAN, UNAMA apoyó muchas reformas en Afganistán. En 2004, la Loya Jirga (gran asamblea nacional compuesta por representantes de grupos étnicos, religiosos y comunidades tribales del país) adoptó la nueva constitución y, en 2005, ocurrieron las primeras elecciones parlamentarias. No obstante, entre 2007-2009, se observó una recuperación política del Talibán, que realizó una serie de ataques terroristas contra parlamentarios y otros grupos civiles en todo el país, bajo la justificativa de combatir la presencia militar de los Estados Unidos. Además, entre 2011-2012, los Estados Unidos y la OTAN empezaron la retirada de sus tropas, un largo proceso que se concluyó en 2021 y que creó un vacío de poder que fue rápidamente ocupado por el Talibán (SECURITY COUNCIL REPORT, 2020).

En agosto de 2021, se concretizó la caída del gobierno del presidente Ashraf Ghani, que huyó para los Emiratos Árabes Unidos, y hubo la toma del poder por parte del Talibán. El escenario de violencia motivó una acción urgente del Consejo de Seguridad. En su Resolución 2593(2021), de 30 de agosto de 2021, el Consejo condenó los ataques en el aeropuerto de Kabul y pidió por urgentes acciones de asistencia humanitaria y protección de los derechos humanos de mujeres y niños. Además, el Consejo cobró que el Talibán cumpliera los compromisos internacionales de asistencia humanitaria y solicitó una transición política negociada (CONSEJO DE SEGURIDAD DE LAS NACIONES UNIDAS, 2021, p. 1-2).

Otra cuestión para el Consejo de Seguridad fue la renovación del mandato de la UNAMA, considerando los bloqueos a la asistencia humanitaria colocados por el Talibán, además de la crisis económica, climática y alimentaria y la profunda violencia y eliminación de derechos de las mujeres y niñas. Así, el Consejo adoptó su Resolución 2626(2022), de 17 de marzo de 2022, para renovar el mandato de la UNAMA y establecer nuevas áreas prioritarias de acción, como la coordinación entre los donantes internacionales para acelerar la ayuda humanitaria y la reconstrucción, medidas para mejorar la seguridad y el control de armas en el país y, especialmente, la protección y promoción de los derechos humanos de mujeres y niñas (CONSEJO DE SEGURIDAD DE LAS NACIONES UNIDAS, 2022, p. 3-5).

Como se señaló en el último Informe del Secretario General sobre la situación en Afganistán (S/2023/151, de 27 de febrero de 2023), el país enfrenta actualmente cuatro desafíos. El primer desafío está relacionado a cuestiones políticas y de seguridad. En términos políticos, ningún miembro del Consejo ha reconocido el Talibán como un gobierno legítimo, y esto se convierte en un desafío importante ya que, en alguna medida, es necesario negociar con las autoridades de facto para que la Misión pueda continuar su trabajo, especialmente frente a los bloqueos talibanes para la entrega de asistencia humanitaria. Ya en términos de





seguridad, las amenazas terroristas, la inestabilidad política y la violencia continúan. Entre el 14 de noviembre de 2022 y el 31 de enero de 2023, el Secretario General relató un aumento del 10% en los incidentes relacionados con la seguridad en comparación al mismo período en 2021-2022, los cuales estuvieron asociados a actos terroristas, grupos armados y vulnerabilidad social (CONSEJO DE SEGURIDAD DE LAS NACIONES UNIDAS, 2023 a, p. 5). Además, UNAMA registró varias violaciones de derechos humanos en los sistemas penitenciario y judicial, reportando “al menos 9 casos de asesinatos extrajudiciales, 9 de tortura y maltrato, y 17 episodios arbitrarios de detención y privación de libertad” (NACIONES UNIDAS CONSEJO DE SEGURIDAD, 2023 a, p. 9).

El segundo desafío involucra la cuestión de los derechos humanos y la asistencia humanitaria. La situación es preocupante, debido a los asesinatos y la violencia generalizada contra grupos minoritarios y las violaciones de los derechos humanos de mujeres y niños. Por ejemplo, UNAMA reportó 63 violaciones de derechos humanos practicadas por el Ministerio para el Fomento de la Virtud y la Prevención del Vicio de facto, incluyendo tortura, privación de libertad y detenciones arbitrarias. Un tema central para esta discusión es la progresiva eliminación de los derechos de los niños y, especialmente, de las mujeres afganas, limitando su vida social, política y doméstica, a pesar de las declaraciones oficiales del gobierno de facto a respecto de la protección de los derechos de las mujeres mediante la *sharia* (CONSEJO DE SEGURIDAD DE LAS NACIONES UNIDAS, 2023 a, p. 2; p. 10).

En términos de asistencia humanitaria, UNAMA es responsable por coordinar el conjunto de entidades de la ONU en el terreno para asegurar el acceso inmediato a alimentos, agua, salud y educación. Dos tercios de la población afgana (28.3 millones de personas) necesitará de asistencia humanitaria en 2023, por eso, la ONU precisa recaudar aproximadamente US\$ 4,6 billones en donaciones, la mayor cantidad necesaria de ayuda humanitaria en el mundo (CONSEJO DE SEGURIDAD DE LAS NACIONES UNIDAS, 2023 a, p. 13).

El tercer desafío trata de la reconstrucción y el desarrollo económico para lidiar con la falta de infraestructura básica, el hambre y la pobreza extrema, además de las consecuencias de la pandemia de COVID-19, la crisis del déficit público y la crisis climática provocada por la sequía que azota al país. Actualmente no hay en Afganistán un plan para la promoción del desarrollo sostenible y de la prosperidad económica, y es necesario que la UNAMA trabaje de manera coordinada con otras entidades de la ONU en el terreno para promover una rápida recuperación económica y social en el país (CONSEJO DE SEGURIDAD DE LAS NACIONES UNIDAS, 2023 a, p. 12).

Finalmente, el cuarto desafío es el cumplimiento del mandato de la UNAMA tras su renovación por un año, acordada por el Consejo de Seguridad en su Resolución 2678(2023), de 16 de marzo de 2023 (CONSEJO DE SEGURIDAD DE LAS NACIONES UNIDAS, 2023 b, p. 1). Los equipos de funcionarios de la UNAMA y de las entidades de la ONU en el terreno están enfrentando graves restricciones para ejercer plenamente su mandato, ya que el Talibán ha prohibido que mujeres afganas trabajen para la ONU en Afganistán y ha conducido bloqueos





y ataques contra los funcionarios internacionales. El Consejo de Seguridad, en su última Resolución 2681(2023), de 27 de abril de 2023, exhortó a las autoridades de hecho en Afganistán que “garanticen la seguridad y la libertad de circulación del personal de las Naciones Unidas y el personal asociado en todo el país” (CONSEJO DE SEGURIDAD DE LAS NACIONES UNIDAS, 2023 c, p. 3).

Teniendo en cuenta la profunda y compleja situación de Afganistán, se proponen tres cuestiones que deben ser discutidas por los miembros del Consejo de Seguridad del FAMUN 2023:

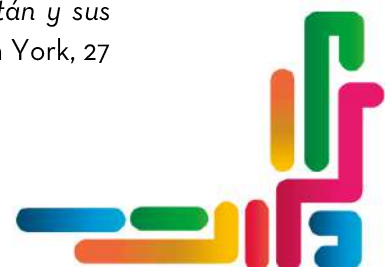
1. Considerando que los miembros del Consejo de Seguridad no reconocen el Talibán como el gobierno legítimo de Afganistán, ¿cómo el Consejo puede hacer con que las autoridades de facto cumplan con los compromisos internacionales de garantizar la asistencia humanitaria, el respecto a los derechos humanos y la transición democrática mientras se respeta la soberanía del país?
2. El Consejo de Seguridad ha renovado el mandato de la UNAMA anualmente desde 2002, con el propósito de auxiliar la reconstrucción de Afganistán. Actualmente, los trabajadores de la misión están impedidos de ejercer su mandato debido a las restricciones impuestas por el Talibán. ¿Qué se puede hacer para que la presencia de la UNAMA sea más efectiva, considerando la dificultad de los funcionarios de la misión en trabajar, principalmente las mujeres?
3. El gobierno Talibán ha avanzado en las restricciones de los derechos de las mujeres y niñas, desde la limitación en el acceso a la educación hasta el bloqueo de la labor femenino en las ONGs y en las organizaciones internacionales. Además, los niños son los más afectados por la violencia y el hambre y necesitan urgentemente de ayuda humanitaria. ¿Cómo el Consejo puede fortalecer el mandato de la UNAMA para una efectiva protección de los derechos humanos y entrega de la asistencia humanitaria, especialmente para las mujeres y niños?

Referencias

CONSEJO DE SEGURIDAD DE LAS NACIONES UNIDAS (CSNU). *Informe del Secretario General: La situación en el Afganistán y sus consecuencias para la paz y la seguridad internacionales*. Nueva York, 7 de diciembre de 2001 a, S/2001/1157. Disponible en: www.undocs.org/s/2001/1157. Accedido el 4 de mayo de 2023.

_____. *Informe del Secretario General: La situación en el Afganistán y sus consecuencias para la paz y la seguridad internacionales*. Nueva York, 18 de marzo de 2002 a, S/2002/278. Disponible en: www.undocs.org/s/2002/278. Accedido el 2 de junio de 2023.

_____. *Informe del Secretario General: La situación en el Afganistán y sus consecuencias para la paz y la seguridad internacionales*. Nueva York, 27





- de febrero de 2023 a, S/2023/151. Disponible en: www.undocs.org/s/2023/151. Accedido el 4 de mayo de 2023.
- _____. *Resolución 1368 (2001)*. Aprobada por el Consejo de Seguridad en su 4370ª sesión, 12 de septiembre de 2001 b, S/RES/1368(2001). Disponible en: [www.undocs.org/s/res/1368\(2001\)](http://www.undocs.org/s/res/1368(2001)). Accedido el 4 de mayo de 2023.
- _____. *Resolución 1401 (2002)*. Aprobada por el Consejo de Seguridad en su 4501ª sesión, 28 de marzo de 2002 b, S/RES/1401(2002). Disponible en: [www.undocs.org/s/res/1401\(2002\)](http://www.undocs.org/s/res/1401(2002)). Accedido el 4 de mayo de 2023.
- _____. *Resolución 2593(2021)*. Aprobada por el Consejo de Seguridad en su 8848ª sesión, 30 de agosto de 2021, S/RES/2593(2021). Disponible en: [www.undocs.org/s/res/2593\(2021\)](http://www.undocs.org/s/res/2593(2021)). Accedido el 4 de mayo de 2023.
- _____. *Resolución 2626(2022)*. Aprobada por el Consejo de Seguridad en su 8997ª sesión, 17 de marzo de 2022, S/RES/2626(2022). Disponible en: [www.undocs.org/s/res/2626\(2022\)](http://www.undocs.org/s/res/2626(2022)). Accedido el 4 de mayo de 2023.
- _____. *Resolución 2678(2023)*. Aprobada por el Consejo de Seguridad en su 9283ª sesión, 16 de marzo de 2023 b, S/RES/2626(2022). Disponible en: [www.undocs.org/s/res/2678\(2023\)](http://www.undocs.org/s/res/2678(2023)). Accedido el 4 de mayo de 2023.
- _____. *Resolución 2681(2023)*. Aprobada por el Consejo de Seguridad en su 9314ª sesión, 27 de abril de 2023 c, S/RES/2681(2023). Disponible en: [www.undocs.org/s/res/2681\(2023\)](http://www.undocs.org/s/res/2681(2023)). Accedido el 4 de mayo de 2023.
- _____. *Resolución 462 (1980)*. Aprobada por el Consejo de Seguridad en la continuación de la 2190ª sesión, 9 de enero de 1980, S/RES/462(1980). Disponible en: [www.undocs.org/s/res/462\(1980\)](http://www.undocs.org/s/res/462(1980)). Accedido el 2 de marzo de 2023.
- KUMAR, S.; PANT, M. UN Involvement in Afghanistan. *World Affairs: The Journal of International Issues*, v. 18, n. 3, p. 116-139, 2014. Disponible en: <http://dspace.stellamariscollege.edu.in:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/4779/UN.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Accedido el 4 de mayo de 2023.
- NACIONES UNIDAS. Carta de las Naciones Unidas (1945). In: *Sitio oficial de las Naciones Unidas*, 2023. Disponible en: <https://www.un.org/en/about-us/un-charter>. Accedido el 4 de mayo de 2023.
- SECURITY COUNCIL REPORT. Chronology of Events - Afghanistan. In: *Sitio oficial del Security Council Report*, 3 de noviembre de 2020. Disponible en: <https://www.securitycouncilreport.org/chronology/afghanistan.php>. Accedido el 4 de mayo de 2023.
- UNITED NATIONS. Afghanistan/Pakistan - UNGOMAP - Background. In: *Sitio oficial del United Nations Peacekeeping Department*, 2002. Disponible en: <https://peacekeeping.un.org/sites/default/files/past/ungomap/background.html>. Accedido el 2 de mayo de 2023.





REFERENCIAS DE LA ONU

En esta sección está disponible una colección de documentos producidos por órganos de la ONU. Informes del Secretario General son relatos o transmisiones del Secretariado para los miembros del Consejo de Seguridad de la ONU, tratando de cuestiones abordadas por las resoluciones del Consejo. Resoluciones son formalizaciones por escrito de las decisiones acordadas por los miembros del Consejo. Cada uno de los documentos trae un breve resumen con indicaciones de las páginas principales.

Informes del Secretario General

La situación en el Afganistán y sus consecuencias para la paz y la seguridad internacionales - S/2023/151 - 27 de febrero de 2023

Resumen: Este es el más reciente informe del Secretario General sobre la situación en Afganistán. La publicación presenta los actos del gobierno Talibán desde el final de 2022, resaltando el aumento de las medidas restrictivas y la limitación de los derechos de mujeres y niñas (p. 1-2). En el periodo, hubo un aumento de casualidades civiles y tensiones fronterizas (p. 5-6). UNAMA ha documentado acciones de asesinatos extrajudiciales, torturas y detenciones arbitrarias cometidos por las autoridades afganas (p. 9-10). La autoridad de facto presentó datos de crecimiento económico en 2022, y está promoviendo medidas de autosuficiencia de la producción interna para promover el comercio (p. 12). El país prolongó el contrato de importación de energía con naciones vecinas, sin embargo, el abastecimiento de electricidad se mantiene poco fiable, afectando el funcionamiento del sector privado (p. 8; p. 12). La inseguridad alimentaria es un gran problema en Afganistán, resultado de múltiples factores, como la desertificación y sequías (p.12).

La situación en el Afganistán y sus consecuencias para la paz y la seguridad internacionales - S/2022/692 - 14 de septiembre de 2022

Resumen: En el marco de un año después de la toma de poder por el Talibán en agosto de 2021, el informe del Secretario General destacó la consolidación del control administrativo talibán sobre el país (p. 1-3). El informe presenta datos sobre el aumento de ataques de la oposición y de los enfrentamientos talibanes (p. 4-5). El periodo fue marcado por tensiones e incidentes fronterizos, especialmente con Pakistán, la República Islámica de Irán y Uzbekistán (p. 6). UNAMA recibió denuncias sobre ejecuciones y torturas direccionadas a exfuncionarios del gobierno y a personas acusadas de infracciones morales o religiosas (p. 8-9). Siguen los decretos restrictivos contra las mujeres por parte de la autoridad de facto y registros de incidentes de violencia direccionados a mujeres y niñas (p. 10). La economía afgana sigue debilitada debido a la crisis bancaria y financiera. La ONU, por medio de transferencias y donaciones a organismos y fondos, ha auxiliado la economía nacional (p. 12-13).





La situación en el Afganistán y sus consecuencias para la paz y la seguridad internacionales - S/2021/759 - 2 de septiembre de 2021

Resumen: Este informe del Secretario General fue publicado después de la toma de poder por Talibán en agosto de 2021. El documento hace una evaluación sobre la situación del conflicto y las conquistas territoriales hechas por Talibán en el período de abril a agosto de 2021 (p. 5-6). Hubo un aumento de los incidentes, enfrentamientos armados y atentados, algunos de los cuales afectaron directamente al personal de la ONU (p. 6-7). El conflicto fue responsable por un gran número de bajas civiles, lo que resultó en el aumento significativo de la crisis humanitaria en la región (p. 10-11). La COVID-19 fue responsable por intensificar la cantidad de personas en situación de necesidad, dada la incapacidad de hacer pruebas de diagnóstico y de vacunar ampliamente la población (p. 12). Muchos afganos se quedaron en situación de inseguridad alimentaria debido a la crisis climática, especialmente las sequías (p. 13).

Resoluciones del Consejo de Seguridad

Resolución 2681(2023) - 27 de abril de 2023 - [S/RES/2681\(2023\)](#)

Resumen: En su resolución más reciente, el Consejo de Seguridad expresó, en los párrafos preambulares, su profunda preocupación con las violaciones de derechos humanos por parte de las autoridades talibanes, especialmente las decisiones que niegan a las mujeres la libertad de movimiento y la igualdad de acceso a la educación, servicios básicos y a cargos públicos. También expresó su profunda preocupación con la decisión del gobierno Talibán de prohibir a las mujeres afganas que trabajen para la ONU en Afganistán. En los párrafos operativos, además de condenar las decisiones del Talibán (párrafo 1), el Consejo reiteró la exigencia de garantizar el acceso humanitario sin obstáculos y seguro (párrafo 3) y la seguridad y libertad de movimiento del personal de la ONU dentro del territorio afgano (párrafo 5). El Consejo también destacó la necesidad de medidas más efectivas para lidiar con la crisis económica y humanitaria en el país (párrafo 4).

Resolución 2678(2023) - 16 de marzo de 2023 - [S/RES/2678\(2023\)](#)

Resumen: En esta resolución, el Consejo de Seguridad extendió hasta el 17 de marzo de 2024 el mandato de la Misión de Asistencia de las Naciones Unidas en Afganistán (UNAMA). En los párrafos preambulares, el Consejo destacó el papel relevante de la UNAMA en Afganistán y reafirmó su compromiso con la soberanía del país. En los párrafos operativos, el Consejo, además de extender el mandato de la Misión por un año (párrafo 3), destacó la necesidad de garantizar la libre circulación de los funcionarios de la ONU por el país para cumplir el mandato de la Misión, ya que el Talibán sigue imponiendo restricciones a su trabajo (párrafo 4).





Resolución 2626(2022) - 17 de marzo de 2022 - [S/RES/2626\(2022\)](#)

Resumen: En 2022, el Consejo solamente adoptó esta resolución sobre la situación en Afganistán. Sin embargo, esta es una resolución robusta, pues estableció nuevas áreas prioritarias de la UNAMA. En los párrafos preambulares, el Consejo expresó su profunda preocupación con la situación económica y de seguridad del país y la violación de los derechos humanos de las mujeres y niñas. En los párrafos operativos, el punto más importante fue el párrafo 5, que definió 10 nuevas áreas prioritarias de UNAMA, entre ellas, la coordinación entre los donantes internacionales para acelerar la ayuda humanitaria y reconstrucción, medidas para mejorar la seguridad y el control de armas en el país y, especialmente, la protección y promoción de los derechos humanos de mujeres y niñas.

Resolución 2615(2021) - 22 de diciembre de 2021 - [S/RES/2615\(2021\)](#)

Resumen: En esta resolución, el Consejo de Seguridad tomó decisiones referentes a la situación humanitaria en Afganistán, actuando bajo el Capítulo VII de la Carta de la ONU. En los párrafos preambulares, el Consejo expresó su profunda preocupación con la situación humanitaria en el país, destacando que mujeres y niños eran los más afectados por el hambre y la violencia. Además, recordó la expectativa de que el Talibán cumpliera sus compromisos internacionales de garantizar el libre acceso a la asistencia humanitaria y de no asociación con grupos terroristas. En los párrafos operativos, el Consejo decidió que la prestación de bienes y servicios como parte de la asistencia humanitaria al país no sería considerada una violación de las sanciones (párrafo 1) y exhortó a todas las partes involucradas que respetasen el derecho humanitario (párrafo 3).

Resolución (2021) - 30 de agosto de 2021 - [S/RES/2593\(2021\)](#)

Resumen: Esta fue la primera adoptada por el Consejo de Seguridad después de la toma del poder por el Talibán en agosto de 2021. En los párrafos preambulares, el Consejo reafirmó su compromiso con la soberanía y unidad nacional de Afganistán. En los párrafos operativos, el Consejo condenó los ataques terroristas en el aeropuerto de Kabul, que fue reivindicado por el Estado Islámico (párrafo 1) y exigió que el Talibán no se asociara a actividades terroristas (párrafo 2). El Consejo también pidió una mayor asistencia humanitaria en el país y reafirmó la necesidad de respetar los derechos humanos de todos, como parte del Estado de derecho que se estableció en el país en los últimos 20 años (párrafos 3 y 4).

Otras publicaciones de las Naciones Unidas

Las siguientes publicaciones son informes publicados por la propia ONU. Los materiales abajo fueron seleccionados para auxiliar la preparación de los delegados y contienen informaciones esenciales para el entendimiento del escenario discutido. Fueron destacados tópicos relacionados a la crisis





humanitaria en Afganistán que, aunque no es competencia directa del Consejo de Seguridad, es parte del mandato de la UNAMA en el país.

Oficina de las Naciones Unidas en Afganistán - Declaración y actualización de las Naciones Unidas en Afganistán - 11 de abril de 2023 (en inglés)

Resumen: En la última declaración hecha por la Oficina de las Naciones Unidas en Afganistán, se reiteró la condenación a respeto de la decisión del Talibán de prohibir que mujeres afganas trabajen para la ONU en Afganistán (p. 1). A pesar de la restricción aplicada, la ONU seguirá buscando la interacción constructiva con la autoridad de facto según lo ordenado por el Consejo de Seguridad de la ONU (p. 1).

ACNUR - Plan regional de respuesta a los refugiados para la situación de Afganistán - enero a diciembre de 2023 (en inglés)

Resumen: Esta es una publicación de la Agencia de Naciones Unidas para los Refugiados (ACNUR) de marzo de 2023 que trae una visión general sobre la crisis humanitaria en Afganistán y el flujo migratorio resultante de las administraciones del gobierno Talibán (p. 6-8). Hay destaque para las dificultades enfrentadas por las mujeres afganas y, aunque salgan de Afganistán, muchas se abrigan en países con las mismas visiones patriarcales (p.10). El documento presenta estrategias de solución separadas por temas, como cuestiones regionales, protección contra la explotación y el abuso sexual, género en la acción humanitaria, acción climática y otros (p. 11-16). Después del análisis general, son dedicadas secciones exclusivas para relatar la situación de los refugiados afganos en sus principales destinos, como la República Islámica de Irán (p. 23-25), Tayikistán (p. 43-45), Uzbekistán (p. 76-78) y Turkmenistán (p. 88-90).

UNAMA - Derecho Humanos en Afganistán - 15 de agosto de 2021 hasta 15 de junio de 2022 (en inglés)

Resumen: Este informe relata los acompañamientos hechos por la Misión de Asistencia de las Naciones Unidas en Afganistán (UNAMA) en los primeros 10 meses del gobierno Talibán, con enfoque en violaciones de los derechos humanos y en casualidades civiles. Gran parte de las casualidades civiles son resultados de enfrentamientos entre las fuerzas militares y el Estado Islámico (p. 10-11). Desde agosto de 2021, ha habido un crecimiento en los casos de tratamientos degradantes, ejecuciones (p. 13-14) y detenciones arbitrarias (p. 14-15), castigos aplicados por posibles afiliaciones a grupos armados (p. 15-16) o por supuestos delitos morales (p. 17), acciones conducidas por autoridades talibanes. El informe también presenta la limitación de las libertades fundamentales hecha por decisiones del Ministerio para la Propagación de la Virtud y la Prevención del Vicio de facto. Las principales restricciones son la libertad de movimiento de las mujeres (p. 22-23; p. 32-33), la libertad de reunión pacífica (p. 24-25) y la libertad de opinión y expresión (p. 26-28). El informe también presenta datos y relatos sobre violencia contra las mujeres y niñas (p. 34).





Sitios web oficiales

Abajo están disponibles los accesos a sitios web oficiales de la ONU. En ellos, los delegados pueden buscar otros materiales de investigación y actualizaciones recientes sobre el caso.

Consejo de Seguridad de la ONU

Resumen: En el sitio web oficial del Consejo de Seguridad de la ONU podemos encontrar todos los documentos oficiales publicados por la organización, como las resoluciones, las declaraciones presidenciales y las actas de las reuniones. Busquen por los documentos referentes a reuniones con el tema de Afganistán. Las resoluciones agrupan todas las decisiones tomadas por el Consejo. Las actas son las transcripciones de todos los discursos hechos por los delegados y sirven como fuente de información más detallada del posicionamiento del país que los delegados van a representar.

Misión de Asistencia de las Naciones Unidas en Afganistán - UNAMA (en inglés)

Resumen: La UNAMA es la misión política especial de la ONU actuante en Afganistán. El Consejo estableció su operación en marzo de 2002 (S/RES/1401(2002)) y la misión es encargada de asistir a la población de Afganistán. En su sitio web oficial están disponibles informes, publicaciones y noticias referentes a la actuación de la misión.

Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Derechos Humanos - ACNUDH (en inglés)

Resumen: El Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Derechos Humanos es la entidad de la ONU responsable por la promoción y protección de los derechos humanos. En el sitio web oficial de ACNUDH están disponibles resúmenes, noticias, artículos y demás informativos sobre la situación humanitaria en varios países, incluyendo Afganistán.

Fondo Internacional de Emergencia de las Naciones Unidas para la Infancia - UNICEF (en inglés)

Resumen: El Fondo de las Naciones Unidas para la Infancia (UNICEF) trabaja exclusivamente con la protección de los derechos humanos de los niños. El UNICEF produce informes para el monitoreo de la situación en los países en que actúa, incluso sobre la situación humanitaria de los niños en Afganistán.

Oficina del Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Refugiados - ACNUR (en inglés)

Resumen: La Oficina del Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Refugiados es la agencia de la ONU dedicada a tratar de asuntos relacionados a los refugiados y desplazados internos. En su sitio web son encontrados informes, relatos y publicaciones periódicas sobre las personas dislocadas forzosamente





debido a la situación en Afganistán. Sus documentos traen datos detallados sobre el acogimiento de estas personas en los países vecinos, sus mayores dificultades y posibles soluciones y proyectos.

Oficina de las Naciones Unidas para la Coordinación de Asuntos Humanitarios - OCHA (en inglés)

Resumen: La Oficina de las Naciones Unidas para la Coordinación de Asuntos Humanitarios (OCHA) es una de las entidades de la ONU responsable por la asistencia humanitaria en Afganistán. En su sitio web son encontrados informes sobre la situación humanitaria en el país y los datos sobre las donaciones internacionales para Afganistán.





RECURSOS ADICIONALES

Aquí están listadas publicaciones de vehículos informativos no relacionados a la ONU. Ellos tratan de temas específicos sobre todo el escenario del Afganistán y los abordan de una manera más directa y detallada.

Security Council Report (en inglés)

Resumen: El sitio web *Security Council Report* es independiente, luego, las publicaciones no son hechas por entidades de la ONU, sin embargo, se ponen como una fuente imparcial e informativa. En este sitio son hechas actualizaciones mensuales sobre los temas discutidos por el Consejo, ellas resaltan las decisiones más recientes y futuras reuniones y negociaciones. El sitio presenta informaciones internas de las reuniones del Consejo sobre Afganistán, especialmente en la sección “What’s in Blue”.

Afghanistan Analysts Network (en inglés)

Resumen: El *Afghanistan Analysts Network* es un sitio web independiente que publica artículos sobre la situación en Afganistán, tanto a respeto del escenario interno como de las decisiones internacionales relevantes. Sin embargo, el sitio es financiado mayoritariamente por países europeos, por eso, las sugerencias están alineadas a los intereses de los países de esta región y de la Unión Europea.

International Crisis Group - Las restricciones del Talibán a los derechos de las mujeres profundizan la crisis de Afganistán (en inglés)

Resumen: En 2023, *International Crisis Group* publicó el informe nº 329, que analiza las decisiones tomadas por el gobierno Talibán después de la toma del poder en 2021, dando enfoque a la reducción de los derechos de las mujeres afganas y como las restricciones impactan las crisis ya existentes. El informe presenta un levantamiento de informaciones sobre las pequeñas restricciones educacionales (p. 3), hasta que, el día 20 de diciembre de 2022, estudiantes mujeres de enseñanza superior fueron detenidas por tropas armadas por asistir a la universidad (p. 4-5). En seguida, el informe trata de la prohibición de mujeres en Organizaciones no Gubernamentales anunciada en 24 de diciembre de 2022 y como la restricción se extiende para todas las actividades que no se encuadran en servicios médicos (p. 7).





BASES DE DATOS

Abajo están disponibles algunas bases de datos oficiales, donde se encuentran informativos cuantitativos referentes a la situación en Afganistán. Informamos que, por falta de cooperación del gobierno Talibán, varios datos no están actualizados, los más recientes son de 2021.

División de Estadística de la ONU (UNStat) - Objetivos de Desarrollo Sostenible (en inglés)

Resumen: La UNStat pone a disposición diversos datos relacionados tanto a los aspectos económicos como sociales de los países. En el sector que trata de los Objetivos de Desarrollo Sostenible, es posible monitorear el desarrollo de cada uno de los 17 objetivos en Afganistán. Se recuerda que los datos más recientes en este banco son de 2021.

Oficina Estadística de la Unión Europea (en inglés)

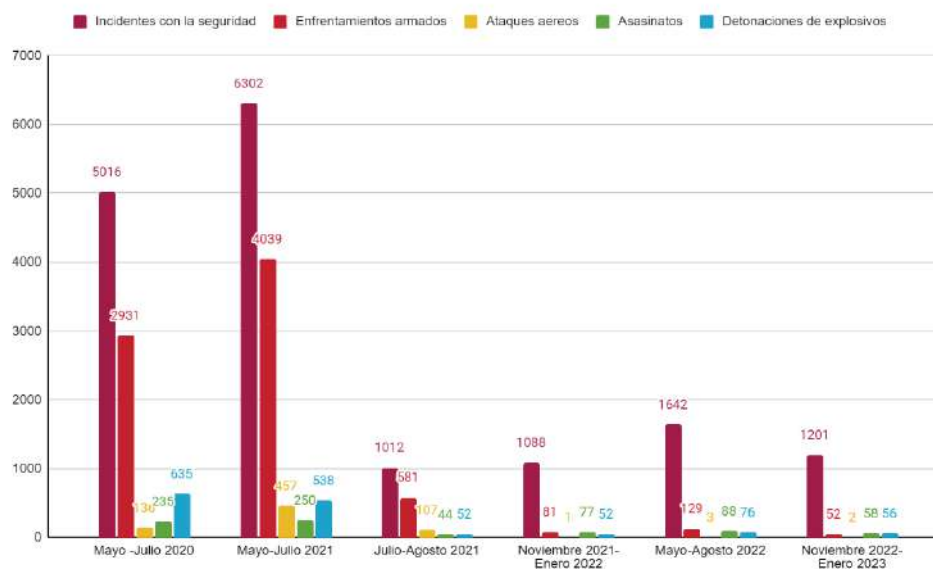
Resumen: La Oficina Estadística de la Unión Europea (Eurostat) es un departamento de la Unión Europea encargado de publicar datos económicos y sociales a escala europea. A pesar de trabajar exclusivamente con la región de Europa, puede ser encontrado en la base de datos informaciones sobre inmigrantes y refugiados afganos en la región.

Gráficos

Debido a la dificultad de las bases de datos oficiales en actualizar las informaciones después de la toma de poder por el Talibán en 2021, presentamos aquí algunos gráficos de elaboración propia que sistematizan algunos datos presentados en los informes del Secretario General, de la UNAMA y de Oficina de las Naciones Unidas para la Coordinación de Asuntos Humanitarios (OCHA).

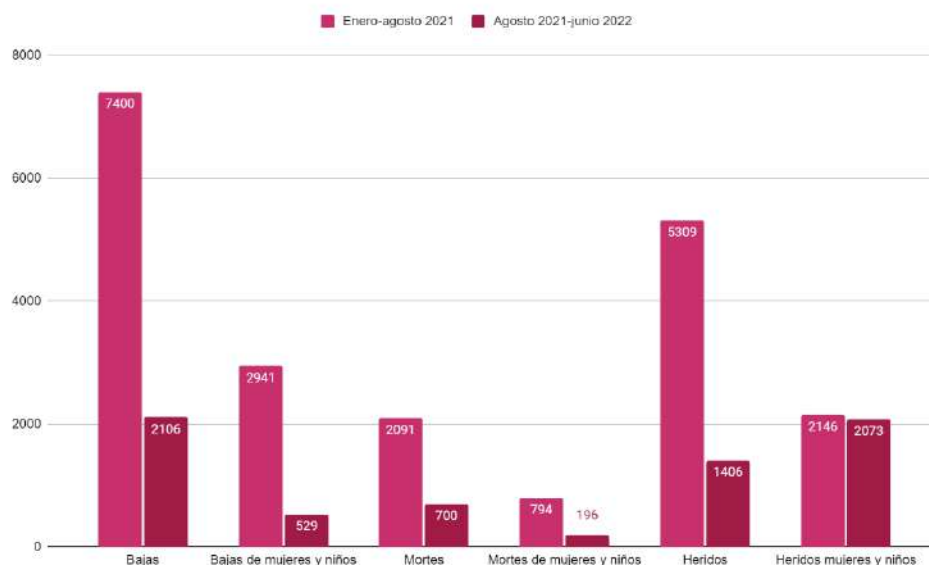


Gráfico 1 - Incidentes con la seguridad en Afganistán, 2020-2023 (por número de incidentes)



Fuente: Elaborado por Antonia de Toledo da Conceição con base en los datos extraídos de CONSEJO DE SEGURIDAD DE LAS NACIONES UNIDAS, 2023, p. 5; CONSEJO DE SEGURIDAD DE LAS NACIONES UNIDAS, 2022, p. 5; y CONSEJO DE SEGURIDAD DE LAS NACIONES UNIDAS, 2021, p. 6.

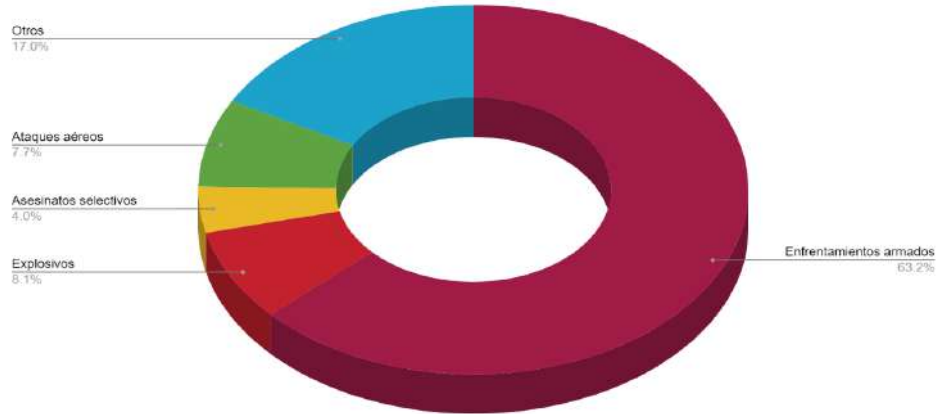
Gráfico 2 - Bajas (muertos y heridos) en Afganistán, enero de 2021 a junio de 2022 (por número de personas)



Fuente: Elaborado por Antonia de Toledo da Conceição con base en los datos extraídos de UNITED NATIONS ASSISTANCE MISSION IN AFGHANISTAN, 2022, p. 9-10.

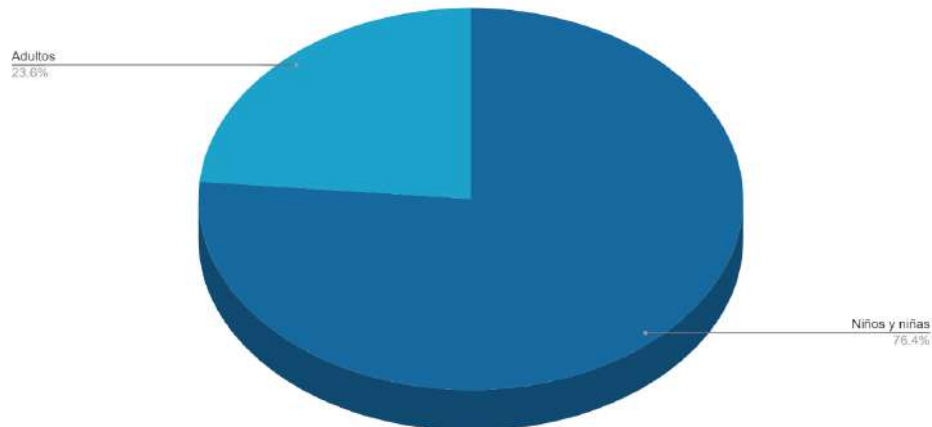


Gráfico 3 - Causas de las bajas en Afganistán, 2021 (porcentaje de número de incidentes)



Fuente: Elaborado por Antonia de Toledo da Conceição con base en los datos extraídos de CONSEJO DE SEGURIDAD DE LAS NACIONES UNIDAS, 2022, p. 5.

Gráfico 4 - Violaciones graves contra civiles en conflictos armados en Afganistán, adultos vs. niños, abril-junio 2022 (porcentaje de número de personas)

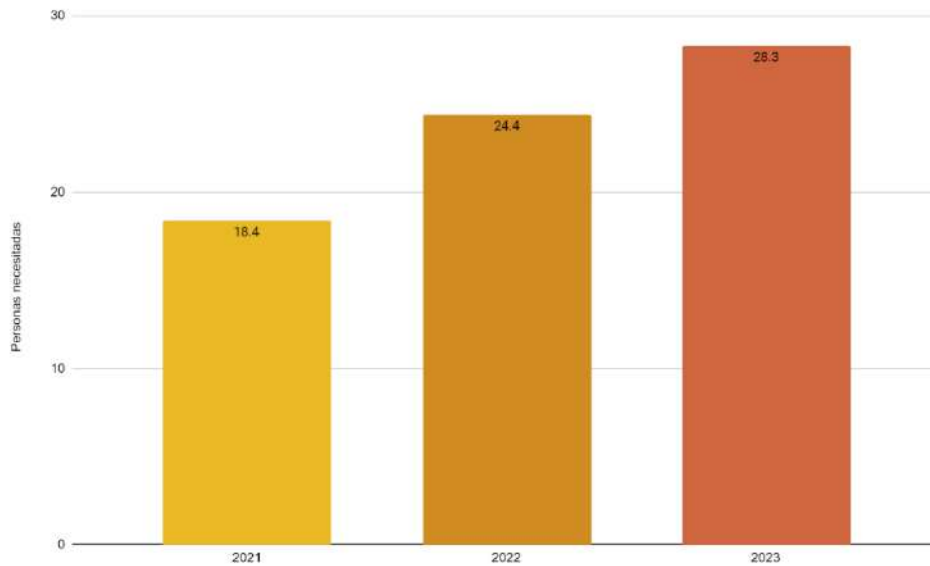


Fuente: Elaborado por Antonia de Toledo da Conceição con base en los datos extraídos de CONSEJO DE SEGURIDAD DE LAS NACIONES UNIDAS, 2022, p. 9.



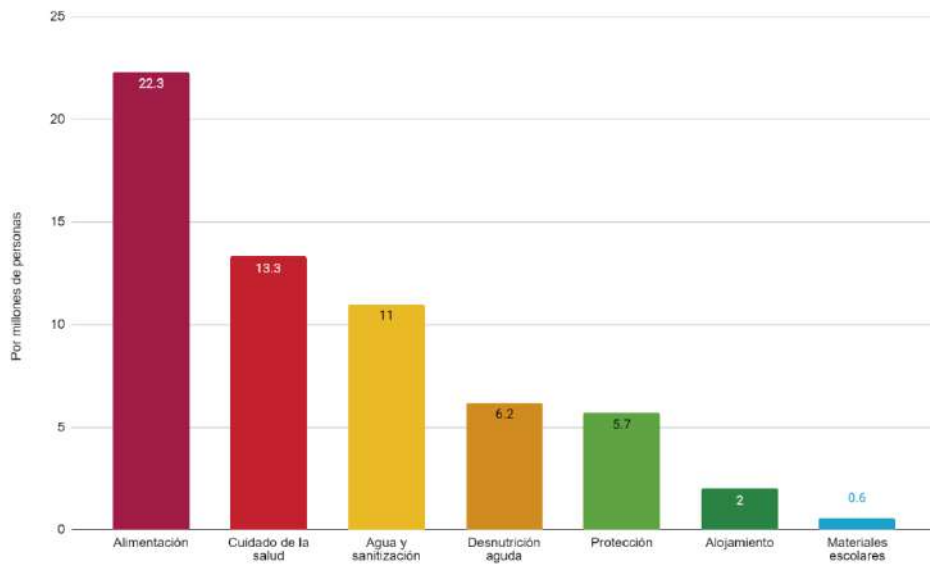


Gráfico 5 – Personas necesitadas de asistencia humanitaria en Afganistán, 2021-2023 (por millones de personas)



Fuente: Elaborado por Antonia de Toledo da Conceição con base en los datos extraídos de CONSEJO DE SEGURIDAD DE LAS NACIONES UNIDAS, 2023, p. 2; p.13.

Gráfico 6 – Personas asistidas por la asistencia humanitaria prestada en Afganistán, por área de asistencia, 2022 (por millones de personas)

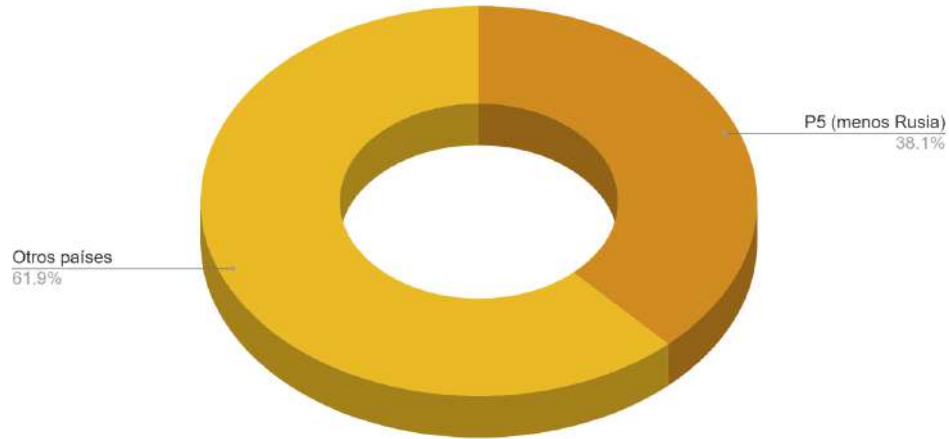


Fuente: Elaborado por Antonia de Toledo da Conceição con base en los datos extraídos de CONSEJO DE SEGURIDAD DE LAS NACIONES UNIDAS, 2023, p.13.



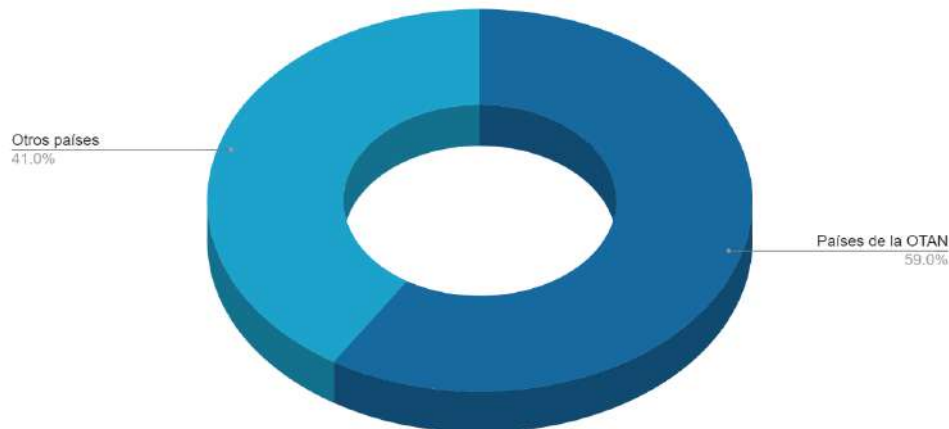


Gráfico 7 - Participación de los P5 (menos Rusia) en la promesa de financiación de asistencia humanitaria para Afganistán, 2022 (en porcentaje)



Fuente: Elaborado por Antonia de Toledo da Conceição con base en los datos extraídos de UNITED NATIONS OFFICE FOR THE COORDINATION OF HUMANITARIAN AFFAIRS, 2022, p. 1-2.

Gráfico 8 - Participación de los países de la OTAN en la promesa de financiación de asistencia humanitaria para Afganistán, 2022 (en porcentaje)

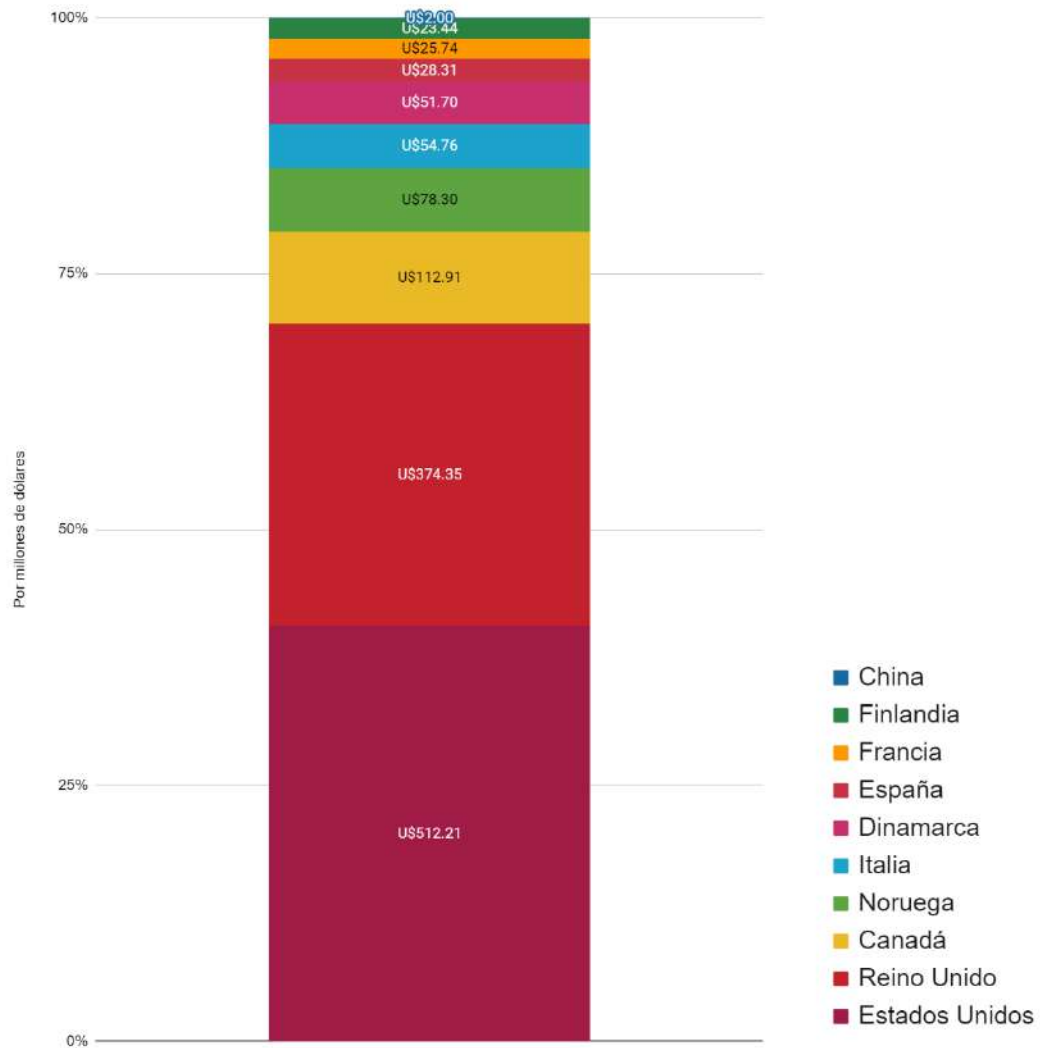


Fuente: Elaborado por Antonia de Toledo da Conceição con base en los datos extraídos de UNITED NATIONS OFFICE FOR THE COORDINATION OF HUMANITARIAN AFFAIRS, 2022, p. 1-2.





Gráfico 9 – Promesa de financiación de asistencia humanitaria para Afganistán por países donantes seleccionados, 2022 (en millones de dólares)



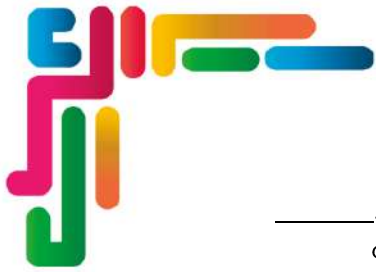
Fuente: Elaborado por Antonia de Toledo da Conceição con base en los datos extraídos de UNITED NATIONS OFFICE FOR THE COORDINATION OF HUMANITARIAN AFFAIRS, 2022, p. 1-2.

Referencias

CONSEJO DE SEGURIDAD DE LAS NACIONES UNIDAS (CSNU). *Informe del Secretario General: La situación en el Afganistán y sus consecuencias para la paz y la seguridad internacionales*. Nueva York, 2 de septiembre de 2021, S/2021/759. Disponible en: www.undocs.org/s/2021/759. Accedido el 4 de mayo de 2023.

_____. *Informe del Secretario General: La situación en el Afganistán y sus consecuencias para la paz y la seguridad internacionales*. Nueva York, 17 de septiembre de 2022, S/2002/692. Disponible en: www.undocs.org/s/2022/692. Accedido el 2 de junio de 2023.





_____. *Informe del Secretario General: La situación en el Afganistán y sus consecuencias para la paz y la seguridad internacionales*. Nueva York, 27 de febrero de 2023, S/2023/151. Disponible en: www.undocs.org/s/2023/151. Accedido el 4 de mayo de 2023.

UNITED NATIONS ASSISTANCE MISSION IN AFGHANISTAN (UNAMA). *Human rights in Afghanistan - 15 August 2021-15 June 2002*. Kabul, Afghanistan, 2002. Disponible en: https://unama.unmissions.org/sites/default/files/unama_human_rights_in_afghanistan_report_-_june_2022_english.pdf. Accedido el 4 de mayo de 2023.

UNITED NATIONS OFFICE FOR THE COORDINATION OF HUMANITARIAN AFFAIRS (UNOCHA). *Final announcements*. High-Level Pledging Event for the Humanitarian Crisis in Afghanistan, 1 de abril de 2022. Disponible en: <https://reliefweb.int/attachments/b56c1954-b215-341f-a8fa-bd5e3a2b4dcb/2022%20AFG%20HLE%202022%20Announcement%20Results%2031%20March%20final%20updated.pdf>. Accedido el 4 de mayo de 2023.





POSICIÓN OFICIAL DE LOS MIEMBROS DEL CONSEJO

Abajo están disponibles los posicionamientos de los miembros del Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas en las reuniones de las siguientes actas [S/PV.8853 \(2021\)](#), [S/PV.9277 \(2023 a\)](#), y [S/PV.9283 \(2023 b\)](#). No deje de consultar estos documentos para estudiar las declaraciones oficiales de los miembros del Consejo sobre la situación en Afganistán.

Miembros permanentes

China

Entre 2021-2023, China mantuvo su posición de priorizar la acción humanitaria coordinada por UNAMA y expresó su preocupación con el posible crecimiento del terrorismo y de los actos violentos en el país, especialmente contra la población femenina (CONSEJO DE SEGURIDAD DE LAS NACIONES UNIDAS, 2021, p. 19-20). Sin embargo, China afirma que la inestabilidad, violencia y crisis económica en Afganistán son, en gran medida, resultado de las intervenciones militares extranjeras y de las sanciones unilaterales. Por eso, el país defiende un abordaje basado en la asistencia humanitaria y promoción del desarrollo, a través de la donación de vacunas y alimentos y de proyectos que garanticen la educación y el empleo a las mujeres (CONSEJO DE SEGURIDAD DE LAS NACIONES UNIDAS, 2023 b, p. 4-5). Por fin, China exhorta a las autoridades afganas que cumplan sus compromisos internacionales y que el Consejo continúe los esfuerzos diplomáticos para que haya un arreglo político en el país (CONSEJO DE SEGURIDAD DE LAS NACIONES UNIDAS, 2023 a, p. 18-19).

Francia

En 2021, Francia destacó la necesidad de garantizar el acceso libre y seguro para la entrega de la asistencia humanitaria, expresando su preocupación con los ataques contra los trabajadores humanitarios y el personal de la ONU. Además, el país presentó sus preocupaciones con relación a los vínculos entre el Talibán y el grupo terrorista Al-Qaeda (CONSEJO DE SEGURIDAD DE LAS NACIONES UNIDAS, 2021, p. 15). En 2023, el país dirigió especial atención a la situación de las mujeres y los niños afganes, quienes son los más afectados por la violencia y la violación de derechos humanos, por lo que enfatizó la prioridad de la asistencia humanitaria para estos dos grupos (CONSEJO DE SEGURIDAD DE LAS NACIONES UNIDAS, 2023 a, p. 17). Finalmente, Francia reitera que la UNAMA debe monitorear las violaciones de derechos humanos, dado que el Talibán no ha cumplido con los compromisos internacionales establecidos anteriormente (CONSEJO DE SEGURIDAD DE LAS NACIONES UNIDAS, 2023 b, p. 6).





Federación de Rusia

La Federación de Rusia se alinea con China en el sentido de que cree que la situación actual en Afganistán se debe a la intervención militar extranjera. Más específicamente, Rusia menciona claramente que la crisis en el país es consecuencia de la campaña militar extranjera en respuesta a los hechos del 11 de septiembre de 2001, criticando directamente la actuación militar de los Estados Unidos (NACIONES UNIDAS CONSEJO DE SEGURIDAD, 2021, p. 14). Rusia enfatiza la importancia de los servicios prestados por la UNAMA, especialmente en la lucha contra las drogas, el hambre, la pobreza y en el apoyo ofrecido a los agricultores afganos (NACIONES UNIDAS CONSEJO DE SEGURIDAD, 2023 a, p. 13-15). Con relación a la asistencia humanitaria, la Federación de Rusia exhorta a los donantes occidentales que amplíen sus donaciones, pues, sin ellas, será imposible construir una paz duradera y sostenible en el país. Rusia continúa apoyando un programa de reconstrucción económica y desarrollo, pero, para eso, es necesario revisar las sanciones unilaterales contra Afganistán (CONSEJO DE SEGURIDAD DE LAS NACIONES UNIDAS, 2023 b, p. 5).

Reino Unido de Gran Bretaña e Irlanda del Norte

Las declaraciones de Reino Unido de Gran Bretaña e Irlanda del Norte cambiaron entre 2021 y 2023. En 2021, Reino Unido instó al Talibán que se distanciara del terrorismo y que aceptara un compromiso de protección de los derechos humanos, permitiendo la libre salida de las personas del país (CONSEJO DE SEGURIDAD DE LAS NACIONES UNIDAS, 2021, p. 11). Sin embargo, en 2023, Reino Unido adoptó una posición más crítica con relación al Talibán, considerando las restricciones impuestas contra los derechos políticos, económicos y sociales de las mujeres y niñas afganas. Para este miembro del Consejo, UNAMA debe ampliar su actuación en la promoción de los derechos humanos y en la construcción de un gobierno inclusivo y representativo. La delegación británica expresó su preocupación con el decreto del Talibán que prohíbe a las mujeres trabajar en organizaciones no gubernamentales y en la ONU en Afganistán. Además de ser una grave violación de los derechos humanos, la decisión también ha afectado la eficiencia de la asistencia humanitaria en el país (CONSEJO DE SEGURIDAD DE LAS NACIONES UNIDAS, 2023 b, p. 3).

Estados Unidos de América

La posición de los Estados Unidos de América en el tema se basa centralmente en el discurso humanitario. En 2021, este miembro de Consejo resaltó la importancia de promover la asistencia humanitaria, mencionando que los Estados Unidos son el principal donante de recursos para la entrega de servicios de emergencia en las áreas de salud, comida, agua y saneamiento básico en el país. El país también presentó sus preocupaciones por la seguridad del personal actuante en la entrega de la ayuda, especialmente de las mujeres. Otro aspecto mencionado por los Estados Unidos se refiere a la legitimación y apoyo internacional al gobierno Talibán, que, según la delegación estadounidense, no ocurriría en cuanto las autoridades de facto no cumplieran con el derecho





internacional y respetaran el Estado de derecho y los derechos humanos (CONSEJO DE SEGURIDAD DE LAS NACIONES UNIDAS, 2021, p. 18-19). En 2023, tras el decreto del Talibán de prohibir el trabajo de mujeres afganas en agencias no gubernamentales y en la ONU en Afganistán, los Estados Unidos exigieron que el Talibán cesara los ataques contra el personal de la ONU y que garantizara el acceso y la seguridad de los trabajadores humanitarios de todos los sexos (CONSEJO DE SEGURIDAD DE LAS NACIONES UNIDAS, 2023 a, p.17-18).

Miembros no permanentes

Brasil y Ecuador

Brasil y Ecuador, como miembros no permanentes del Consejo de la región latinoamericana, expresaron su apoyo al mandato de la UNAMA y defendieron que la misión tiene un papel clave en la prestación de asistencia humanitaria. Ambos condenaron las prácticas y decretos del gobierno Talibán que violan los derechos humanos de mujeres y niñas, así como su libertad y acceso a servicios básicos, educación y asistencia humanitaria. Ecuador expresó su preocupación con las violaciones contra los niños afganos y apuntó que es necesario realizar una transición política pacífica e incluyente, de conformidad con las normas del derecho internacional (CONSEJO DE SEGURIDAD DE LAS NACIONES UNIDAS, 2023 a, p. 12-13). Brasil enfatizó que, para garantizar una paz y estabilidad duraderas en el país, es necesario priorizar la reconstrucción económica y que todos, incluidas las mujeres y niñas, tengan acceso a educación y participación en la reconstrucción del país. Brasil también destacó sus esfuerzos de asistencia humanitaria a los refugiados afganos y dijo que hasta el momento ha emitido más de 8000 visados humanitarios a personas afectadas por la crisis afgana (CONSEJO DE SEGURIDAD DE LAS NACIONES UNIDAS, 2023 a, p. 16).

Gabón, Ghana y Mozambique

Gabón, Ghana y Mozambique, representados por la sigla “A3”, es decir, los tres miembros africanos del Consejo de Seguridad, hicieron un discurso conjunto el 8 de marzo de 2023. El grupo A3 expresó su preocupación con la situación de seguridad en Afganistán, defendiendo medidas concretas contra el terrorismo en el país, considerando que las acciones del Estado Islámico también son un desafío para varios países africanos. Para ellos, a pesar de los esfuerzos políticos en establecer un diálogo nacional, la diversidad étnica y social del pueblo afgano sigue subrepresentada, aludiendo incluso al reto de incluir a las mujeres en este escenario. A3 apoyó plenamente a la UNAMA y sus iniciativas de diálogo con las autoridades para promover los derechos de las mujeres y su integración en la sociedad, considerando que la comunidad internacional debe ser firme en este sentido, ya que, sin el liderazgo de las mujeres afganas, no será posible reconstruir el país. Como conclusión, el grupo A3 reiteró la necesidad de un acuerdo político, recomendando la celebración de un diálogo intra afgano, que sería un proceso de debate político entre diferentes partidos y grupos étnicos y sociales, incluyendo





a las mujeres (CONSEJO DE SEGURIDAD DE LAS NACIONES UNIDAS, 2023 a, p. 8-10).

Albania, Malta y Suiza

Albania, Malta y Suiza, como miembros no permanentes del Consejo de la región europea, condenaron las atrocidades cometidas por las autoridades afganas contra las niñas y mujeres. Los tres países apoyaron la renovación del mandato de la UNAMA y presentaron sus visiones sobre las áreas prioritarias de actuación. Para Albania, el Talibán debe ser responsabilizado por las violaciones de derechos humanos que han dañado irremediablemente a mujeres y niñas y minado el desarrollo social y económico del país (CONSEJO DE SEGURIDAD DE LAS NACIONES UNIDAS, 2023 a, p. 12). Malta enfatizó que la recuperación económica y el desarrollo de Afganistán no se pueden lograr sin la participación plena, igualitaria y significativa de las mujeres, que son líderes fundamentales para el cambio del país (CONSEJO DE SEGURIDAD DE LAS NACIONES UNIDAS, 2023 a, p. 15). Suiza llamó la atención para la crisis humanitaria y propuso soluciones sostenibles para responder a la inseguridad alimentaria crónica en Afganistán, como la adaptación de la agricultura afgana y la gestión sostenible de los recursos naturales frente a los crecientes desafíos climáticos (CONSEJO DE SEGURIDAD DE LAS NACIONES UNIDAS, 2023 a, p. 11).

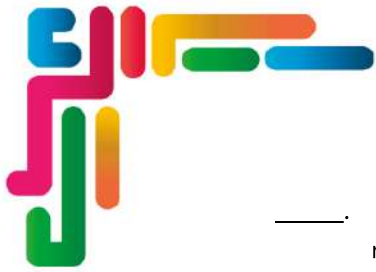
Japón y Emiratos Árabes Unidos

Como *co-penholders* (miembros redactores de las resoluciones sobre la situación en Afganistán), Japón y los Emiratos Árabes Unidos (EAU) han estado políticamente alineados durante las reuniones del Consejo de Seguridad sobre el tema, centrándose en el caso de las mujeres y las niñas afganas y en el mandato de la UNAMA. A pesar del acuerdo en la mayoría de los puntos de esta discusión, Japón y los Emiratos Árabes Unidos también tienen sus preocupaciones particulares. Japón señaló la responsabilidad del Talibán frente al empeoramiento de la situación humanitaria en el país, ya que no ha cumplido con sus compromisos internacionales (CONSEJO DE SEGURIDAD DE LAS NACIONES UNIDAS, 2023 a, p. 7). Los EAU enfocaron en asegurar que la conducta del Talibán no debe ser asociada a la cultura y religión islámicas, sino a su propio enfoque político. También resaltó la necesidad de un plan de acción a largo plazo para Afganistán como una forma de promover la unidad política en el país (CONSEJO DE SEGURIDAD DE LAS NACIONES UNIDAS, 2023 a, p. 7-8).

Referencias

CONSEJO DE SEGURIDAD DE LAS NACIONES UNIDAS (CSNU). *La situación en el Afganistán*. Celebrada en la sede, Nueva York, el jueves, 9 de septiembre de 2021, a las 15:15. 9 de septiembre de 2021, S/PV.8853. Disponible en: <https://undocs.org/Home/Mobile?FinalSymbol=S%2FPV.8853&Language=E&DeviceType=Desktop&LangRequested=False>. Accedido el 1 de junio de 2023.





- _____. *La situación en el Afganistán*. Celebrada en la sede, Nueva York, el miércoles, 8 de marzo de 2023, a las 10:00. 8 de marzo de 2023 a, S/PV.9277. Disponible en: <https://undocs.org/Home/Mobile?FinalSymbol=S%2FPV.9277&Language=E&DeviceType=Desktop&LangRequested=False>. Accedido el 1 de junio de 2023.
- _____. *La situación en el Afganistán*. Celebrada en la sede, Nueva York, el jueves, 16 de marzo de 2023, a las 10:00. 16 de marzo de 2023 b, S/PV.9283. Disponible en: <https://undocs.org/Home/Mobile?FinalSymbol=S%2FPV.9283&Language=E&DeviceType=Desktop&LangRequested=False>. Accedido el 1 de junio de 2023.



famun.com.br

 **famun@facamp.com.br**

 **@famunfacamp**

 **@famunfacamp**

 **@famunfacamp1**



**FLIP THE
SCRIPT**

a world of infinite
possibilities

FAMUN 2023 | 10 YEARS


INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION

Resource Guide

**FLIP THE
SCRIPT**

a world of infinite
possibilities

FAMUN 2023 | 10 YEARS





RESOURCE GUIDE

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION

YOUTH EMPLOYMENT

Authors

Enzo Belandrino Bertoni
Henrique Prado Giordano
Marina Lopes da Silva

Revision

Marina Zarpelon

Advisors

Professor Roberta Silva Machado
Professor Rúbia Marcussi Pontes





SUMMARY

PREFACE	3
INTRODUCTION	4
UN REFERENCES	9
Resolutions and Conclusions of the International Labour Conference (ILC)	9
Other ILO publications	9
Official websites	11
EXTRA RESOURCES	13
OFFICIAL POSITION OF ILO MEMBERS	14
Employers Members	14
Workers Members	15
Government Members	16
DATABASES	20





PREFACE

Dear delegate,

Thank you for joining us for the 10th edition of the FACAMP Model United Nations (FAMUN)! We, the Secretariat of the International Labour Organization for University, are honored to be part of this incredible organization and to have you on our committee. Our team is composed of the Chair, Enzo Belandrino; the Vice-Chair, Henrique Giordano; and the Coordinator, Marina Lopes.

We hope you acquire unique and lifelong experiences in these short but special moments we will be working together. We also hope you will develop new skills that will contribute to you as a person and as a Model United Nations enthusiast.

This resource guide provides you with useful resolutions, reports, and official websites to help you prepare for the upcoming discussions on the topic of Youth Employment. We recommend that you use the provided information to guide your research whether you are a Government, Employer, or Worker Member delegate. We hope you will have a great time preparing for FAMUN 2023 and that our sessions will be filled up with innovative propositions!

Enzo Belandrino Bertoni

Chair ILO University

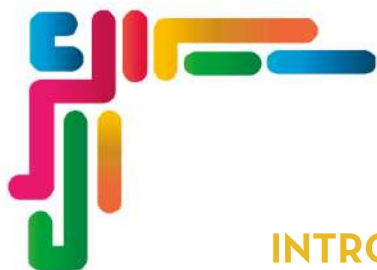
Henrique Prado Giordano

Vice-Chair ILO University

Marina Lopes da Silva

Coordinator ILO University





INTRODUCTION

The International Labour Organization (ILO) was established in 1919 and it became a specialized agency of the newly created United Nations (UN) in 1946. ILO's main objective is to promote opportunities for men and women to have access to decent and productive work, in conditions of freedom, equity, security, and autonomy. The ILO operates through a tripartite structure that brings together Governments, Employers, and Workers of 187 Member States (INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION, 2023 a).

According to the ILO, the youth generation includes people between 15 to 29 years old. Young people are three times more likely to be out of a job, and four out of every ten unemployed people worldwide are young (INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION, 2022 a, p. 16; p. 26). The challenge of placing oneself in the increasingly competitive job market is especially hard for the youth, and the marginalization becomes harder in certain groups of our society, such as women, migrants, people with disabilities (PwD), black people, indigenous peoples, and LGBTQIA+ people (INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION, 2022 c, p. 7).

In addressing the employment challenges the youth face, the International Labour Conference (ILC) adopted the first resolution on Youth Employment in 2005. As the ILO's first document about the topic, the conclusions concerning youth employment recall the decisions of other documents (such as the ILO Decent Work Agenda, the ILO Global Employment Agenda, and others) to promote pathways to decent work for youth. The 2005 conclusion also stressed the need to address the employment challenges faced by young people in developing countries, the importance of promoting equality in the workplace, and called for the end of discrimination against minorities in employment (INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION, 2005).

In 2009, the International Organization of Employers (IOE), the employer's ILO branch, launched the Global Jobs Pact. This document represented a consensus reached in the ILC, and it approached the youth employment problem by saying that the youth unemployment rate was two to three times that of adults in many countries. The Pact stressed the need to provide vocational and technical training and entrepreneurial skills development, especially for unemployed youth (INTERNATIONAL ORGANIZATION OF EMPLOYERS, 2009, p. 5).

Lastly, the ILO had a discussion on the topic at the ILC in 2012, highlighting the growing challenges for the youth to find employment in moments of crisis. After the financial crisis of 2008, close to 81 million out of 260 million economically active young people aged 15 to 24 years were out of work, and those who were employed often found themselves in precarious or low-paying jobs (INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION, 2010, p. 1). Consequently, the young population expressed themselves globally for being economically neglected. An example was the Occupy Wall Street movement, in 2011, when most young people protested economic inequality. This context affected directly how





the 2012 resolution would discuss the youth unemployment crisis (INTERNATIONAL LABOUR CONFERENCE, 2012, p. 2).

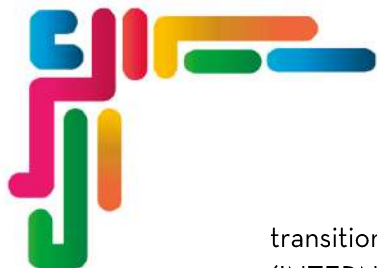
In this sense, the 2012 ILC resolution covered policy areas such as growth, education and training, active labor market policies, job creation, and job quality. The conclusions concerning the youth employment crisis underscored a renewed commitment to stepping up the implementation of the 2005 ILC resolution; called for urgent action in the context of the economic and financial crisis lived; and guided the way forward. This resolution also affirmed that the discussions and decisions made in 2005 were still relevant and should be considered as a starting point for further discussions and actions (INTERNATIONAL LABOUR CONFERENCE, 2012, p. 1-2).

However, the matter of youth employability is complex. There are political challenges and economic difficulties that interrupt the growth of employed youth in many countries. Social inequality, for example, reflects the difficulties of access to technology and the digital economy for many young people. In today's rapidly changing world, this is a problem, as not having access to technology leads to even more exclusion from the job market. It is also important to note that many young people must work while completing their educational studies, which can impede the possibility of getting higher-quality jobs. Coupled with this, the lack of professional training can deprive young people of getting decent jobs, since most of them require high specialization (UNITED NATIONS, 2004, p. 272).

From another perspective, many young people may face discrimination based on their age: the assumption that adults have greater specialization and work experience due to their age often causes a preference for adults over young people when employers decide on filling job vacancies. When this happens, young people cannot acquire essential professional experience and skills or otherwise contribute to the challenges of the job as much as older people. When it comes to women, migrants, black people, as well as minorities like LGBTQIA+ people, indigenous peoples, and people with disabilities, the discrimination is more intense, and entering the labor market has even more challenges and barriers linked to stigmas (INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION, 2022 c, p. 14; 15; 21).

It is also important to note that global crises, such as the 2008 crisis and the COVID-19 pandemic, increase the number of unemployed people in general, but they affect especially the youth. In fact, in the current economic crisis, the youth experience the loss of working hours in a different way than adults: youth are more likely to experience outright job loss than temporary job suspension (INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION AND ASIAN DEVELOPMENT BANK, 2020, p. 8). In this regard, for the reasons of greater vulnerability, it is estimated that, between 2019 and 2020, 34 million young people lost their jobs, 7 million went into the informal market, and 27 million were out of the workforce. As the pandemic not only affected the job market but also influenced the closure of thousands of schools, the rate of unemployed young people outside of education and training (NEET) during this period reached 282 million. In addition to it, school closures affected millions of students worldwide and it can hinder even more the





transition of the youth generation to the labor market in the upcoming years (INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION, 2022 a, p. 1-2).

Considering this difficulty increased by COVID, thousands of young people are currently out of work, and those who are not, are often pushed into informal jobs, the main ones being: street vendors, drivers, app deliverers, domestic employers, etc. This number is even higher when analyzed in less developed regions, such as in many Latin American and African countries (INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION, 2020, p. 2; p. 7).

The precarious working conditions are one of the serious issues involving youth employability nowadays, considering that young workers are rightly deemed more vulnerable to abuse. The famous saying that having a job is better than none is not positive: working conditions are being brought down and the youth is being exposed to precarious working conditions (INTERNATIONAL LABOUR CONFERENCE, 2012, p. 42-43). Other important facts that are intrinsic in the discussion is the digital economy, and specifically the gig or platform economy: it consists of a labor market characterized by the prevalence of short-term contracts or freelance work as opposed to permanent jobs, with low remuneration, fewer labor guarantees, and long workdays. All this increases work exploitation, especially of young people (EUROFOUND, 2018).

There is a shortage of decent work opportunities for young people, resulting in persistent poverty traps or insufficient wages, leading to social unrest, marginalization, and migration. Furthermore, the consequences of climate change are expected to generate new poverty traps that will have a particularly negative impact on vulnerable groups such as women, children, and the youth, which represent a significant portion of the global workforce and are disproportionately affected by climate change (INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION, 2022 b, p. 2-3).

At the same time, youth have a unique potential to drive innovation, adopt new technologies, and catalyze the necessary transformations in the fight against climate change. In this sense, green jobs - which are related to activities aimed at mitigating the effects of climate change, promoting environmental sustainability, conserving natural resources, and reducing greenhouse gas emissions - are emerging as new employment opportunities in renewable energy, energy efficiency, sustainable transportation, waste management, sustainable agriculture, and other sectors, and can be especially important for inserting the youth in the labor market through new and sustainable ways (INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION, 2022 b, p. 70; p. 72).

Given the current scenario, the topic of Youth Employment currently presents three points of discussion that must be addressed by the delegates during the negotiations:

- 1) Taking into consideration that the youth is not a homogenous group, what should ILO members do to combat discrimination and promote the inclusion of young people in the labor market,



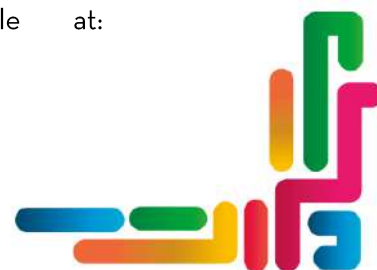


especially women, migrants, people with disabilities, black people, indigenous peoples, and LGBTQIA+ people?

- 2) Considering that climate change and environmental degradation disrupt millions of jobs and livelihoods, how can young people be included in the discussions and actions to promote a just transition towards environmentally sustainable economies?
- 3) What challenges have the digital economy (gig economy; platform economy) posed to young people today? What should the ILO do to foster cooperation to provide decent work opportunities for the youth?

References

- EUROFOUND. Digital Economy. *Official website of Eurofound*, 17 December 2018. Available at: <https://www.eurofound.europa.eu/observatories/eurwork/industrial-relations-dictionary/digital-economy>. Accessed on 7 July 2023.
- INTERNATIONAL LABOUR CONFERENCE. *Record of Proceedings*. International Labour Conference, one hundred and first session, Geneva, 2012. Available at: <https://www.ilo.org/public/libdoc/ilo/P/09616/09616%282012-101%29.pdf>. Accessed on 7 May 2023.
- _____. *Resolutions adopted by the International Labour Conference at its 93rd Session*. Geneva, June 2005. Available at: <https://www.ilo.org/public/english/standards/relm/ilc/ilc93/pdf/resolutions.pdf>. Accessed: 7 July 2023.
- INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION AND ASIAN DEVELOPMENT BANK. *Tackling the COVID-19 youth employment crisis in Asia and the Pacific* International Labour Organization, Bangkok (Thailand), 2020. Available at: https://ilo.primo.exlibrisgroup.com/discovery/delivery/41ILO_INST:41ILO_V5/1272339300002676. Accessed on 7 July 2023.
- INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION (ILO). About the ILO. *Official website of International Labour Organization*, 2023. Available at: <https://www.ilo.org/global/about-the-ilo/lang-en/index.htm>. Accessed on 31 March 2023.
- _____. *Global employment trends for youth: special issue on the impact of the global economic crisis on youth*. International Labour Office, Geneva, August 2010. Available at: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_emp/---emp_elm/---trends/documents/publication/wcms_143349.pdf. Accessed on 7 July 2023.
- _____. *Global Employment Trends for Youth 2022: Investing in transforming futures for young people*, Geneva, 2022 a. Available at:





- https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_853321.pdf. Accessed on 3 June 2023.
- ___ . *How to work in the green economy? Guide for young people, job seekers and those who support them*, Geneva, 2022 b. Available at: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_emp/documents/publication/wcms_856666.pdf. Accessed on 2 June 2023.
- ___ . *Inclusion of lesbian, gay, bisexual, transgender, intersex and queer (LGBTIQ+) persons in the world of work: A learning guide*. Geneva, 2022 c. Available at: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---gender/documents/publication/wcms_846108.pdf. Accessed on 30 March 2023.
- ___ . *ILO Monitor: COVID-19 and the world of work. Fourth edition Updated estimates and analysis*. 27 May 2020. Available at: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/documents/briefingnote/wcms_745963.pdf. Accessed on 4 July 2023.
- INTERNATIONAL ORGANISATION OF EMPLOYERS. *The Global Jobs Pact*. Geneva, June 2009. Available at: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---integration/documents/genericdocument/wcms_123618.pdf. Accessed on 4 July 2023.
- UNITED NATIONS. Chapter 10 – Youth Participation in Decision-Making. *World Youth Report 2003*. New York: United Nations, 2004. Available at: <https://www.un.org/esa/socdev/unyin/documents/ch10.pdf>. Accessed on 1 April 2023.





UN REFERENCES

Resolutions and Conclusions of the International Labour Conference (ILC)

Resolution concerning youth employment (15 June 2005)

Summary: The resolution of 2005 was the first document adopted by the International Labour Conference (ILC) on the topic of Youth Employment. It addresses the challenges faced by the youth in the labor market as it tries to promote pathways to decent work for youth by making suggestions to the ILO and encouraging policies and programs to promote decent work for young people (see pages 1 to 7).

The youth employment crisis: a call for action (Resolution and conclusions of the 101st Session of the International Labour Conference, June 2012)

Summary: This resolution approached youth employment as a part of a global crisis and the necessity to take urgent action to deal with the economic crisis and its impacts on the youth. The main objective of the conclusions is to identify what actions had worked since 2005 – the first time the topic of Youth Employment was discussed by the ILC – and to call the attention of governments, employers, and workers to address more effective actions to promote, create and maintain decent and productive jobs for young people. The resolution and its conclusions contain considerations and guiding principles on how to take on this challenge, including economic policies, approach to school-to-work transition, youth entrepreneurship, and self-employment (see pages 4 to 9).

Other ILO publications

Promoting youth employment through activation strategies (2014)

Authors: Werner Eichhorst, Ulf Rinne

Summary: This document approaches the youth employment topic with a set of different strategies. The activation strategies are used as a tool to tackle youth employment challenges in 33 different countries. The insights give an overview of the strategies and what works and what does not in their implementation (see pages 7 to 9).

Global Employment Trends for Youth 2015

Summary: This dense report is filled with information approaching all types of different aspects of youth employment, such as global youth labor force, labor force participation rate and its decline, and unemployed youth. It gives a measurable scope on the unemployment numbers, as well as ratio of youth to adult unemployment rates and its lack of progress throughout the years. The report also includes global youth labor market trends and should be the delegates' focus (see pages 9 to 23).





An update on the youth labor market impact of the COVID-19 crisis (2 June 2021)

Summary: The briefing note provides a comprehensive overview of the challenges young people are currently facing in the labor market as a result of the COVID-19 pandemic. It highlights the importance of putting in place particular policies that are designed to address the issues faced by young people. It can also serve to support their employment opportunities and help promote lasting and equitable recovery (see pages 3 to 8).

Promoting youth employment during COVID-19: A review of policy responses (2022)

Authors: Ulf Rinne, Werner Eichhorst, Paul Marx and Johannes Brunner

Summary: The COVID-19 pandemic caused many young people to become unemployed and unevenly impacted their career options. To help young people find work during the crisis, governments and organizations around the world have implemented various initiatives, including financial aid, job training programs, and scholarships. The report emphasizes the importance of implementing a comprehensive and inclusive approach to youth employment that accounts for the various challenges that young people from diverse backgrounds face while prioritizing their rights and well-being (see pages 4 to 6).

Global Employment Trends for Youth 2022

Summary: The report focuses on the impact of the COVID-19 crisis in global youth employment. The document considers pre- and post-pandemic years; therefore, it highlights how the period exacerbated the numerous labor market challenges faced by young people. Based on important definitions, graphics, and specialized data from the International Labour Organization, the report shows efficient indicators for the discussion on young employment (see pages 26 to 48).

Youth & COVID-19: Impacts on jobs, education, rights and mental well-being (11 August 2020)

Summary: Young people from disadvantaged backgrounds may face even greater barriers to employment in the wake of the pandemic. While governments and organizations have implemented measures to support youth employment during the crisis, more needs to be done to address the scale of the challenge. The report emphasizes the need for a comprehensive and inclusive approach to youth employment that prioritizes young people's well-being and rights (see pages 13 to 27).

How to work in the green economy? Guide for young people, job seekers and those who support them (2022)

Summary: The document is a guide for the young people, job seekers and those who support them to end the lack knowledge on the green economy. The objective of this guide is to provide useful information to anyone who wishes to contribute to the transformation of our economies by moving towards green





professions. The ILO supports member states to adapt and mitigate the impact of climate change and manage by offering a toolbox to manage their professional life in a constantly changing world of work (see pages 1 to 17).

Inclusion of lesbian, gay, bisexual, transgender, intersex and queer (LGBTIQ+) persons in the world of work: A learning guide (2022)

Summary: LGBTIQ+ employees face daily violence, harassment, stigma, and discrimination in many countries. The International Labor Organization (ILO) aims to promote decent work for all, but research shows the value of investing in diversity in the workplace. Combating discrimination and encouraging inclusiveness boosts productivity, job satisfaction, personal and social well-being, and employee morale. This guide provides an introduction to LGBTIQ+ people in the workplace, focusing on flexible autonomous learning and inclusiveness (see pages 1 to 58).

United Nations documents

A/RES/69/145 - World Youth Skills Day (18 December 2014)

Summary: The resolution, adopted by the General Assembly on 18 December 2014, declared 15 July as World Youth Skills Day. This date tends to recall the importance of equipping young people with skills for employment and decent work, as well as to encourage young entrepreneurship (see pages 1 and 2).

World Youth Report 2020

Summary: The report from the United Nations Department of Social and Economic Affairs seeks to highlight the importance of youth social entrepreneurship for employment and youth development. The results showed hypotheses of why young people choose social entrepreneurship in the first place, as well as the statistics on youth entrepreneurship by gender (see pages 39 to 63).

Official websites

Decent Jobs for Youth

Summary: Decent Jobs for Youth is a global initiative for action and a worldwide alliance committed to improving job prospects for young people and delivering on the 2030 Agenda for Sustainable Development. The website presents the details of its partnerships (such as governments, youth and civil society, parliamentarians, and the private sector), as well as its resources and actions to create quality jobs for young people. It is a dynamic tool that presents resources, such as satellite maps and updated information.

United Nations Development Programme (UNDP) - Youth

Summary: The UNDP is the United Nations' lead agency on international development that acts by supporting countries and communities as they work to eradicate poverty, implement the Paris Agreement on climate change, and achieve





the Sustainable Development Goals. It is also possible to find documents focused on young people, including unemployment and leadership, which converges directly with the topic of youth employment. The recommended site allows access to reports, blogs, photos, and libraries of their projects and actions for youth.





EXTRA RESOURCES

Why is youth unemployment so high?

By J. F., New York, 9 May 2013

Summary: The article provides information on how the 2008 economic crisis affected youth employment. It also suggests that education systems do not always provide young people with the necessary skills for the job market. Lastly, it talks about how policymakers should focus on reforming labor laws to encourage job creation and reduce youth unemployment.

Youth and Employment: a Public Policy Perspective

By Richard Curtain, Melbourne, 16 August 2001

Summary: This article approaches the necessity of policymaking to define the youth, as well as the importance of economic transition, and it talks about youth as a lifecycle stage. It also approaches the obstacles of doing certain policies, saying the implications of these policies in society, it also criticizes existing employment programs and initiatives.

Employment for Youth - A Growing Challenge for the Global Economy | No Lost Generation

By Ragui Assaad and Deborah Levison, Minnesota, 31 May 2013

Summary: This paper approaches the significant growth of young people in the Global South, and how this demographic affects the youth employment topic, by that logic the paper gives more focus on the Global South, it emphasizes the necessity of training and education of the youth. It cites the ILO and its measures that attempt to capture the extent of labor underutilization.

Solutions for Youth Employment

Summary: The website Solutions for Youth Employment (S4YE) keeps up with its global program that focuses on increasing the number of young people engaged in productive work. Bringing information from donors, governments, foundations, private sector companies, NGOs, and young people, the site provides projects, publications, reports, and other important documents on youth employment.

Youth Business International

Summary: Youth Business International (YBI) is an international non-profit organization that supports young people to start and grow their businesses. The website provides information about YBI's programs and initiatives, including its network of member organizations that provide business training, mentoring, and access to finance for young entrepreneurs in over 50 countries around the world.





OFFICIAL POSITION OF ILO MEMBERS

In this section, we summarize the official position of ILO Members on the topic of Youth Employment. We divided the positions as follows: Employers Members, Workers Members, and Government Members. Government Members are separated into four groups, according to their interests and positions: European Union, African States, Community of Latin American and Caribbean States (CELAC), and Others (China, India, and the United States).

You can find all statements in the following document: [Record of Proceedings - 101st session, Geneva, May June 2012 \(879-934\)](#). Below, we summarize the pages and the political positions adopted by the representatives.

Employers Members

In 2012, the Employers Members emphasized the importance of economic growth as the foundation for job creation and stressed the need for policymakers to engage and understand employers' decision-making. The context for the Employer's approach to the discussion was that the 2005 resolution is still very relevant, but the points discussed in it needed to be adjusted in a more contemporaneous view, giving the old conclusions a step towards action (INTERNATIONAL LABOUR CONFERENCE, 2012, p. 5; p. 15).

The Employers Members identified four policy pillars for youth employment: 1) a good education that equips young people with the tools they need to navigate the increasingly complex and competitive job market; 2) effective labor market services that can help young people find the right job, access training opportunities, and overcome barriers to employment; 3) entrepreneurship that offers young people a pathway to create jobs, innovate, develop skills, and contribute to economic growth; and 4) flexible employment options that can help create a more inclusive and dynamic labor market that better meets the needs of young people by providing opportunities for work-life balance (INTERNATIONAL LABOUR CONFERENCE, 2012, p. 5).

Economic growth and development were key to creating jobs for young people. The Employers Members believed that policymakers needed to better engage with and understand employers and their decision-making to create an environment that would encourage job creation in the private sector. The Employers also highlighted the importance of youth entrepreneurship in addressing the youth employment crisis, emphasizing that entrepreneurship was an essential component of youth employment policies and calling for more assistance and financial support for youth entrepreneurs. In sum, the Employers Members advocated for a policy mix that includes youth entrepreneurship, skills development, and education to address the youth employment crisis. They also emphasized the need for governments and employers' organizations to work closely with the private sector and for monitoring and evaluating to improve the effectiveness of all efforts (INTERNATIONAL LABOUR CONFERENCE, 2012, p. 5).





Currently, the Employers Members have a strong interest and an increasing commitment to promoting youth employment considering that young people represent an important opportunity for business to grow in a competitive and rapidly changing environment. Although the Employers Group are not homogenous (due to different regional and political realities in each country), there is a consensus among them that youth unemployment affects peace, stability, security, and the development path of almost every country. The Bureau for Employers' Activities aims to strengthen the inclusion of the youth into the labor market through job creation, enterprise development, better education, vocational and skill training policies and programs, youth entrepreneurship, and by promoting equal opportunities for young women and men (INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION, 2023).

Workers Members

In 2012, the Workers Members addressed important issues of youth employability, such as government policies, young entrepreneurship, and poor working conditions. The Workers defended that it was a major task of governments to provide secure jobs, as well as make employment growth a central objective of their macroeconomic policies (INTERNATIONAL LABOUR CONFERENCE, 2012, p. 31; p. 44).

The Workers Members recalled that the ILO is a tripartite organization and that partnerships with all social partners, not just businesses, are important; therefore, direct job creation through public sector initiatives should be the center of a youth employment strategy (INTERNATIONAL LABOUR CONFERENCE, 2012, p. 18). The Workers also called upon entrepreneurship, which is often used to disguise unemployment or informal work between young people. On the other hand, entrepreneurship was one of many options to address the youth employment challenge and it should not be a way to waive governments' responsibility to create jobs (INTERNATIONAL LABOUR CONFERENCE, 2012, p. 32-33).

The Workers Members also addressed the reality of precarious working conditions these days, considering that young workers are rightly deemed vulnerable to abuse. The line of reasoning that a job was better than none was positive: working conditions were being brought down, and the 2008 crisis was used as an excuse to establish exploratory labor market practices (INTERNATIONAL LABOUR CONFERENCE, 2012, p. 39, 43). The Workers highlighted the importance of young people's rights and how ILO should "provide technical assistance" for this to happen (INTERNATIONAL LABOUR CONFERENCE, 2012, p. 49).

Nowadays, for the Employers Members, it is important to discuss the problems affecting youth employment and decent work, which are the constant exploitation of work done by the digital economy (gig economy) and the lack of regulation by governments. Platform jobs are almost entirely done by young people, who are not protected by labor rights. The digital economy and the informal economy have the potential to facilitate the employment of many young





people but are living them in situations of vulnerability regarding labor rights and future prospects in the labour market (INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION, 2021).

Government Members

Community of Latin American Caribbean States (CELAC)¹

In 2012, the Community of Latin American and Caribbean States (CELAC) addressed the joint publication by the ILO and Economic Commission for Latin America and the Caribbean (ECLAC), which demonstrated innovative policy responses to the labor market situation in Latin America and the Caribbean, improving access to unemployment benefits, and vocational training to improve job placement. Based on the perception that there is a direct relationship between economic growth and the level of youth unemployment, the CELAC countries have focused on good macroeconomic management, especially in crises, considering a development perspective based on the reduction of inequalities (INTERNATIONAL LABOUR CONFERENCE, 2012, p. 6).

Currently, Latin America and Caribbean States have faced significant employment challenges for young people. The youth unemployment rate in the region has been historically high compared to other age groups. In addition, many young people face difficulties in finding decent, stable, and well-paid work due to increasing informality, inadequate education, discrimination, and inequality (INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION, 2020).

European Union (EU)²

In 2012, the European Union stressed the need to address high levels of youth unemployment through coordinated policies, which cover macroeconomic policies, social policies, skills development, and support for labor market transitions. Education, training, and skills development are key to ensuring a solid position for young people in the labor market. It was pointed out that the ILO should assist with evidence-based policies, including developing active labor market policies, strengthening employment services, and promoting the involvement of social partners, training institutions, and youth organizations. Youth entrepreneurship is a priority area for investment and support, and the EU has focused on incorporating entrepreneurship into school curricula and facilitating access to venture capital. The EU stressed the importance of social partners in protecting the rights of young workers and calls for the implementation of the 2005 Action Plan for Youth Employment while integrating lessons learned

¹ Argentina, Barbados, Plurinational State of Bolivia, Brazil, Chile, Colombia, Costa Rica, Cuba, Dominican Republic, Ecuador, El Salvador, Guatemala, Guyana, Haiti, Honduras, Jamaica, Mexico, Nicaragua, Panama, Paraguay, Peru, Suriname, Trinidad and Tobago, Uruguay, Bolivarian Republic of Venezuela.

² Austria, Belgium, Bulgaria, Cyprus, Czech Republic, Denmark, Estonia, Finland, France, Germany, Greece, Hungary, Ireland, Italy, Latvia, Lithuania, Luxembourg, Malta, Netherlands, Poland, Portugal, Romania, Slovakia, Slovenia, Spain, Sweden, United Kingdom.





and new initiatives (INTERNATIONAL LABOUR CONFERENCE, 2012, p. 6; p. 11; p. 20; p. 27-28; p. 33-34; p. 41; p. 46).

Nowadays, the European Union has been active in promoting youth employment, implementing several initiatives to address related challenges. However, concerns remain relevant, as although the youth unemployment rate has declined in recent years, it is still higher than the overall unemployment rate, and many young people find themselves in precarious work positions and underemployment due to difficulties in transitioning into the ever-changing labor market. In addition, European countries show strong concern about social and gender inequalities (EUROPEAN COMMISSION, 2022).

African States³

In 2012, the African States highlighted the need for measurable action plans to prioritize youth employment in national development frameworks, with countercyclical policies to reduce macroeconomic volatility and improve access to finance for small and medium-sized enterprises. They called for improvements in basic education, vocational training policies, and Active Labour Market Policies (ALMPs) to improve youth employability. The lack of labor market information and the prevalence of informal jobs are challenges that need to be addressed. The African Group supported public-private partnerships and the promotion of entrepreneurship education. The group stressed the importance of international labor standards in protecting young workers' rights and ratifying conventions to combat child labor. It was pointed out that the ILO should intensify efforts to place employment at the center of national policies and increase platforms for youth representation in social dialogue (INTERNATIONAL LABOUR CONFERENCE, 2012, p. 11-12; p. 19-20; p. 28; p. 33; p. 41-42; p. 45; p. 46).

Currently, African countries face several challenges that make youth employment difficult and may vary according to country-specific circumstances. Africa has the youngest population in the world, with a large proportion of young people of working age. However, job creation has not kept pace with the growth of the youth population, resulting in high rates of unemployment and underemployment, with a strong presence of gender inequality, inadequate education, and the strong migration of young people in search of better job prospects (INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION, 2022).

Others: China, India, and the United States (US)

In 2012, China emphasized the importance of involving different stakeholders to evaluate the employment situation at different levels. Dynamic policies must be implemented to create decent jobs, while economic policies must

³ Algeria, Angola, Benin, Botswana, Burkina Faso, Burundi, Cameroon, Cape Verde, Central African Republic, Chad, Comoros, Congo, Côte d'Ivoire, Democratic Republic of the Congo, Djibouti, Egypt, Eritrea, Ethiopia, Gabon, Gambia, Ghana, Guinea, Kenya, Lesotho, Liberia, Libya, Madagascar, Malawi, Mali, Mauritania, Mauritius, Morocco, Mozambique, Namibia, Niger, Nigeria, Rwanda, Sao Tome and Principe, Senegal, Seychelles, Sierra Leone, South Africa, South Sudan, Sudan, Swaziland, United Republic of Tanzania, Ugo, Tunisia, Uganda, Zambia, Zimbabwe.





align with social policies to expand employment. Macroeconomic plans should aim to ensure cohesive socio-economic development, overcome discrimination against young people, and guarantee decent jobs. India focused on creating job opportunities in sectors with high potential and is committed to modernizing institutions and publishing annual reports on the employment situation. It also emphasized inclusive skill development for young people to improve the quantitative and qualitative aspects of their positions. The United States affirmed that the challenge of youth employment must be addressed by governments, social partners, and the ILO, respecting social and labor rights and monitoring the situation based on measurable objectives and indicators. The United States emphasized the inclusion of youth employment strategies in the Decent Work Country Programmes (DWCP) and the importance of multidimensional debates on a global plan (INTERNATIONAL LABOUR CONFERENCE, 2012, p. 7; p. 13; p. 30; p. 36; p. 45-47).

Current scenario: Given its huge young population and rapid economic and social transformation, China faces high youth unemployment rates – given the increasing competitiveness among formal jobs – difficulties in the transition to the labor market, regional inequalities, and the government's focus revolves around encouraging entrepreneurship and innovation (FU, 2023). As the world's most populous country and one of the most unequal, India faces significant challenges regarding youth employment. In addition to high unemployment, especially among young people, most workers are underemployed and in informal jobs, compounded by social and gender inequality, and disparities between the country's regions (JIGEESH, 2022). Youth unemployment in the US has been exacerbated by the economic situation, labor market trends, and government policies, which revolve around the tendency for youth unemployment rates to be higher than the overall average, lack of work experience, and socioeconomic inequalities related to educational disparities that negatively impact employment prospects (LEWIS, 2022).

References

- FU, C. China's Youth Unemployment Crisis: 1 in 5 Is Out of Work. *The New York Times*, May 31st, 2023. Available at: <https://www.nytimes.com/2023/05/19/business/china-youth-unemployment.html>. Accessed on 3 June 2023.
- EUROPEAN COMMISSION. Employment: The commission report shows young people most affected by job losses due to economic impact of COVID-19. *Official website of the European Commission*, July 12th, 2022. Available at: https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/ip_22_4482. Accessed on 3 June 2023.
- INTERNATIONAL LABOUR CONFERENCE (ILC). *Report of the Committee on Youth Employment: The Youth Employment Crisis*. Record of Proceedings. International Labour Conference, 101st session, Geneva, May-June 2012. Available at:





<https://www.ilo.org/public/libdoc/ilo/P/09616/09616%282012-101%29.pdf>. Accessed on 3 June 2023.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION (ILO). *Global Employment Trends for Youth 2022: Africa, 2022*. Available at:

https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_emp/documents/briefingnote/wcms_853322.pdf. Accessed on 3 June 2023.

____. *Unemployment, informality and inactivity plague youth in Latin America and the Caribbean, 2020*. Available at:

https://www.ilo.org/caribbean/newsroom/WCMS_738634/lang-en/index.htm. Accessed on 3 June 2023.

____. *Youth Employment, 2023*. Available at: https://www.ilo.org/actemp/areas-of-work/WCMS_582096/lang-en/index.htm. Accessed on 5 July 2023.

____. *World Employment Social Outlook 2021: The role of digital labour platforms in transforming the world of work*, February 2021. Available at:

<https://ilo.org/infostories/Campaigns/WESO/World-Employment-Social-Outlook-Report-2021>. Accessed on 6 July 2023.

JIGEESH, A. M. Youth employment deteriorated in India: ILO report. *The Hindu*, 11 August 2022. Available at:

<https://www.thehindu.com/news/national/youth-employment-deteriorated-in-india-ilo-report/article65758652.ece>. Accessed on 3 June 2023.

LEWIS, K. *A Disrupted Year: How the Arrival of Covid-19 Affected Youth Disconnection*. Measure Of America, 31 March 2022. Disponível em:

<https://measureofamerica.org/youth-disconnection-2022/>. Accessed on 3 June 2023.





DATABASES

EUROSTAT

Youth employment rate by sex, age and country of birth

This database evidence youth employment according to sex, age and country of birth. It gives an overview of the employability rate among young people, and mainly, can be used for gender employability analysis. The data can be found according to year and European country, as well as in the form of tables or graphs (bar and line). In addition, it is also possible to analyze the information through an updated map.

Youth unemployment ratio

The youth unemployment ratio shows the percentage of unemployed young people in the total European population of this age group. The delegates can use it to extract general youth unemployment data that can be changed according to year and country, as well as in the form of tables or bar and line graphs.

ILOSTAT

ILOSTAT has statistics, graphs, and other important information on the topic. It would be interesting to use this data to support arguments and show the reality behind the employment situation for youth and the general public in some available countries.



famun.com.br

 **famun@facamp.com.br**

 **@famunfacamp**

 **@famunfacamp**

 **@famunfacamp1**



**FLIP THE
SCRIPT**

a world of infinite
possibilities

FAMUN 2023 | 10 YEARS

**ORGANIZAÇÃO
INTERNACIONAL
DO TRABALHO**
Guia de Pesquisa

**FLIP THE
SCRIPT**

a world of infinite
possibilities

FAMUN 2023 | 10 YEARS



GUIA DE PESQUISA

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO

EMPREGO PARA A JUVENTUDE

Autores

Beatriz Granzotti
Jaqueline Estefani de Oliveira Nunes
João Pedro Penteado Caetano
Lara Roza Schiavon
Marina Helena Spieth
Quesia Lorrayne Paula Santos

Revisão

Gabriel Rezende Pellegrina

Orientação

Professora Roberta Silva Machado
Professora Rúbia Marcussi Pontes





SUMÁRIO

PREFÁCIO	3
INTRODUÇÃO	4
Referências	7
REFERÊNCIAS DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU)	9
Outras publicações	9
Sites oficiais	10
RECURSOS EXTRAS	12
POSIÇÃO OFICIAL DOS MEMBROS DA OIT	15
Representantes dos Empregadores	15
Representantes dos Trabalhadores	16
Representantes dos Governos	16





PREFÁCIO

Prezados(as) delegados(as),

Nós estamos muito felizes por você ter se interessado em participar da décima edição do FACAMP Model United Nations (FAMUN) 2023. Esperamos que aproveitem ao máximo a simulação conosco, o Secretariado da Organização Internacional do Trabalho (OIT) 1 e 2 para Ensino Médio. A OIT 1 é formada pela Chair Beatriz Granzotti, pela Vice-Chair Quésia Santos e pela Coordenadora Marina Spieth. A equipe da OIT 2 é composta pela Chair Jaqueline Oliveira, pelo Vice-Chair João Pedro Caetano e pela Coordenadora Lara Schiavon.

Desejamos as boas-vindas a todos(as) e gostaríamos de parabenizá-los(as) desde já por terem se desafiado a participar de um evento com tanto prestígio. Ademais, esperamos que vocês aproveitem ao máximo a experiência única que é simular a OIT e sua estrutura tripartite, composta por representantes de Estados, Trabalhadores e Empregadores. Esperamos que os debates sobre o tópico “Emprego para a juventude” sejam construtivos e propositivos, com soluções inovadoras e críticas.

Ao longo das sessões, vocês desenvolverão habilidades importantes para sua formação acadêmica, pessoal e profissional, como aprender a pesquisar, negociar e se portar profissionalmente em um ambiente diplomático. Esperamos chegar ao final da conferência com a sensação de dever cumprido e com a certeza de que as particularidades de cada grupo social representado foram respeitadas. Sobretudo, esperamos sintetizar as diferentes visões por meio de debates frutíferos, almejando a construção de um mundo com condições de trabalho mais equitativas e justas para a juventude.

Para isso, é necessário que você se prepare previamente, pesquisando e estudando sobre a temática e a posição da sua representação. Nesse sentido, para auxiliá-los(as) nessa preparação, nós formulamos este Guia de Pesquisa, em que vocês encontrarão uma breve introdução ao tema de discussão, além de diversas referências para pesquisa, como relatórios, resoluções e discursos. Esperamos que vocês se preparem ao máximo! Até breve!

Beatriz Granzotti

Chair OIT 1

Jaqueline Oliveira

Chair OIT 2

Quesia Santos

Vice-Chair OIT 1

João Pedro Caetano

Vice-Chair OIT 2

Marina Spieth

Coordenadora OIT 1

Lara Schiavon

Coordenadora OIT 2





INTRODUÇÃO

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) é composta por 187 Estados membros e possui uma estrutura tripartite, com três blocos distintos: trabalhadores, empregadores e representantes governamentais. A OIT foi criada em 1919 para defender os direitos trabalhistas no âmbito internacional e foi incorporada, em 1946, à nascente Organização das Nações Unidas (ONU) como uma de suas agências especializadas. Desde então, a OIT promove o trabalho decente¹ e tem incorporado, cada vez mais, o tema do trabalho para a juventude em sua agenda e convenções² (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 2023).

Nesse sentido, em junho de 2005, a Conferência Internacional do Trabalho adotou a primeira resolução sobre a promoção do emprego para a juventude. A resolução apresentou formas de promover o emprego jovem decente a partir do fortalecimento de parcerias, como, por exemplo, com a Comissão de Representantes do Governo em Questões Financeiras e Organizações Internacionais das Nações Unidas. Em suas conclusões, discutiu os desafios enfrentados pelos jovens na busca de emprego, como dificuldades de acesso à educação e treinamento, desigualdade social e exclusão do mercado de trabalho, especialmente por grupos minoritários, seja por gênero, raça, orientação sexual, entre outros marcadores sociais (INTERNATIONAL LABOUR OFFICE, 2005, p. 2).

Além disso, as conclusões apontaram que países em desenvolvimento enfrentam maiores desafios por conta dos impactos desiguais da globalização e do crescimento econômico, o peso da dívida externa, a instabilidade de instituições e entraves aos fluxos de investimentos público e privado necessários para a criação de novos empregos. Em relação aos países desenvolvidos, os desafios apontados foram principalmente o lento crescimento econômico, além da persistente discriminação aos grupos minoritários e a desigualdade social (INTERNATIONAL LABOUR OFFICE, 2005, p. 2).

A partir disso, foram discutidos esforços necessários para maior inserção da juventude no mercado de trabalho, em empregos formais e de qualidade, como o investimento público e privado e a revisão de políticas para garantia da não discriminação à contratação de jovens. Além disso, foi reforçada a necessidade, por parte dos governos, de garantir o acesso à educação gratuita e de qualidade, com investimentos na formação técnica dos jovens (INTERNATIONAL LABOUR OFFICE, 2005, p. 4).

¹ Em 1999, o conceito de trabalho decente foi formalizado pela OIT, com o intuito de promover condições de trabalho produtivas e de qualidade para homens e mulheres. Trabalho decente significa promover oportunidades de trabalho produtivo e de qualidade, em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade humanas. De modo contrário, o trabalho não decente submete o trabalhador a condições precárias e vulneráveis (INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION, 2023; 2008).

² As convenções consideradas mais importantes para tratar o tema do emprego para a juventude são oriundas da Conferência Internacional do Trabalho de 2005 (93ª sessão da Conferência Internacional do Trabalho) e 2012 (101ª sessão da Conferência Internacional do Trabalho).





A crise financeira e econômica de 2008 levou à perda de milhões de empregos e observou-se um aumento sem precedentes do desemprego entre os jovens, que eram particularmente mais vulneráveis às instabilidades econômicas³. Assim, as consequências duradouras da crise levaram a OIT a discutir a promoção do emprego para a juventude novamente, em 2012, em sua 101ª Conferência Internacional do Trabalho (INTERNATIONAL LABOUR OFFICE, 2012, p. 1).

O documento resultante, intitulado “A crise do emprego para a juventude: um chamado para a ação”⁴, destacou a urgência e a gravidade da situação enfrentada pelos jovens em muitos países, frisando as persistentes altas taxas de desemprego, o aumento dos subempregos e do trabalho precário, a discriminação e a desigualdade e, por fim, a falta de oportunidades para desenvolvimento de habilidades. Uma das principais conclusões foi a promoção do diálogo social e a participação dos jovens na formulação de políticas para aumentar o acesso ao mercado de trabalho e ao emprego decente. Além disso, o documento enfatizou a necessidade de coordenação global, envolvendo Estados, empregadores e sindicatos para criar propostas factíveis, como a promoção do empreendedorismo jovem. Destacou, ainda, a importância dos governos em investir em educação e formação de qualidade (INTERNATIONAL LABOUR OFFICE, 2012, p. 3-4; p. 58).

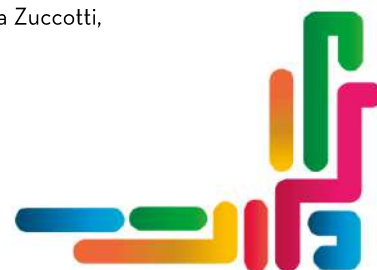
Com a pandemia de COVID-19, os números de desemprego entre os jovens aumentaram: estimou-se que, entre 2019 e 2020, 34 milhões de jovens perderam seus empregos, com 7 milhões de jovens entrando no mercado de trabalho informal e com 27 milhões ficando fora da força de trabalho. A taxa de desemprego entre os jovens teve uma lenta recuperação, caindo de 8,2% em 2020 para 4,5% em 2022. Contudo, em 2023, a taxa global de desemprego da juventude estava perto dos 15,6%, sendo três vezes maior do que a dos adultos. Esse contexto aumentou a insegurança econômica e no mercado de trabalho entre os jovens, bem como prejudicou sua formação educacional. O fechamento das escolas, por exemplo, afetou mais de 1,6 bilhões de alunos, comprometendo uma geração inteira no processo de aprendizado e de transição para o mercado de trabalho, gerando, também, consequências psicológicas duradouras (INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION, 2022 a, p. 8; p. 14).

Frente a isso, uma solução para que novos trabalhos sejam gerados está na economia digital, que tem estimativas de gerar 24 milhões de novos empregos até 2030, sendo 6,4 milhões direcionados aos jovens e concentrados, inicialmente, na construção do setor de tecnologia e informática e, mais tarde, espalhados pelos setores de distribuição e varejo (INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION, 2022 a, p. 18).

Se por um lado a digitalização da economia traz eficiência e novas oportunidades de trabalho, por outro, ela também elimina postos de trabalho e

3 Observou-se uma série de movimentos e protestos liderados pela juventude na busca pela recuperação dos empregos e por melhores condições de vida, como, por exemplo, com o movimento dos indignados na Praça Puerta del Sol, em Madri, na Espanha; protestos da juventude na Grécia contra o programa de austeridade; nos Estados Unidos, onde houve a ocupação da Praça Zuccotti, perto de Wall Street, em Nova York, dentre outros (CALHOUN, 2013, p. 2-3).

4 Do original: “The youth employment crisis: a call for action”.





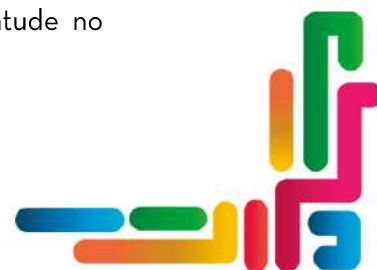
empregos em diversos setores. Dessa forma, um dos desafios da atualidade em lidar com o desemprego da juventude tem sido o crescimento acelerado das tecnologias e da economia digital, visto que a capacitação técnica para inserção de novos trabalhadores nessas áreas não tem acompanhado tal crescimento. Ademais, em países de baixa e média renda, o acesso à conexão de internet ainda é reduzido e grande parte dos empregos nessas economias têm maior instabilidade laboral e incerteza quanto às rendas futuras. Um exemplo são os trabalhos de plataforma ou de aplicativo, que, apesar de atraentes aos jovens frente às poucas alternativas, não oferecem salários seguros e ainda não tem, muitas vezes, a regulamentação trabalhista necessária para proteger esses novos trabalhadores (INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION, 2022 a, p. 18; p. 145).

Outro grande desafio que afeta a juventude e sua inserção no mercado de trabalho são as mudanças climáticas, especialmente os jovens em situações de maior vulnerabilidade social, que podem perder suas casas e empregos e serem forçados a emigrar ou a se deslocar internamente. Entretanto, um mercado que está crescendo e promete novas possibilidades de emprego aos jovens é a “economia verde”, ligada a práticas que visam combater as mudanças climáticas. Esses novos empregos verdes (*green jobs*) surgem na transição para sociedades e economias ecologicamente sustentáveis, focando, principalmente, no combate às emissões de carbono, à adaptação de eficiência para o uso dos recursos naturais e inclusão social, podendo-se criar até 103 milhões de novos postos de trabalho até 2030 (INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION, 2022 b, p. 4-5).

Além disso, existe a necessidade da inclusão de jovens que fazem parte de grupos sociais frequentemente excluídos do mercado de trabalho, como mulheres, pessoas negras, indígenas, LGBTQIAP+, migrantes e portadores de deficiência (PCDs). No ano de 2021, por exemplo, os homens jovens tinham quase 1,5 vezes mais chances de ser empregados do que mulheres em todo o mundo e, em particular, em Estados árabes, no sul da Ásia e no norte da África. Outro exemplo são as PCDs que, no ano de 2021, somavam quase 240 milhões de jovens com dificuldade de se inserir no mercado de trabalho devido à falta de políticas de inclusão, adaptação e capacitação necessárias. Assim, qualquer desafio ao trabalho para os jovens se intensifica quando se interseccionam com outros marcadores sociais, como gênero, raça, orientação sexual, dentre outros (UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY, 2021, p. 15; INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION, 2022 a, p. 32).

Tendo em vista o cenário atual, o tópico Emprego para a Juventude apresenta, atualmente, três pontos de discussão que deverão ser contemplados nas Conclusões escritas pelos(as) delegados(as):

1. Que desafios a economia digital (economia de plataforma, de aplicativo) representa para a empregabilidade dos jovens hoje? O que a OIT deve fazer para promover a cooperação entre seus Membros com o propósito de oferecer oportunidades de trabalho decente para a juventude no contexto da economia digital?





2. Considerando que as mudanças climáticas e a degradação ambiental prejudicam milhões de empregos e meios de subsistência, como os jovens podem ser incluídos nas discussões e ações para promover uma transição justa para economias ambientalmente sustentáveis?
3. Tendo em vista que os jovens não são um grupo homogêneo, o que os Membros da OIT devem fazer para promover a inclusão de jovens no mercado de trabalho, especialmente mulheres, migrantes, pessoas portadoras de deficiência, pessoas negras, indígenas e LGBTQIA+?

Referências

- CALHOUN, C. Occupy Wall Street in perspective. *British Journal of Sociology*, v. 64, n.1, p. 26-38. 2013. Disponível em: https://eprints.lse.ac.uk/49102/1/Calhoun_Occupy_Wall_Street_2013.pdf. Acesso em: 05 de julho de 2023.
- INTERNATIONAL LABOUR OFFICE. *Resolutions adopted by the International Labour Conference at its 98rd session*. Genebra, junho de 2005. Disponível em: <https://www.ilo.org/public/english/standards/relm/ilc/ilc93/pdf/resolutions.pdf>. Acesso em: 05 de julho de 2023.
- _____. *Resolution concerning the youth employment crisis: a call for action*. Adopted by the International Labour Conference at its 101st session, Genebra, junho de 2012. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_norm/---relconf/documents/meetingdocument/wcms_194631.pdf. Acesso em: 29 de março de 2023.
- INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION (ILO). *Decent work and the transition to formalization: Recent trends, policy debates and good practices*. Genebra, 2008. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/@ed_emp/@emp_policy/documents/meetingdocument/wcms_125519.pdf. Acesso em: 05 de junho de 2023.
- _____. *Global Employment Trends for Youth 2022: Investing in transforming futures for young people*. Genebra, 11 de agosto de 2022 a. Disponível em: https://www.ilo.org/global/publications/books/WCMS_853321/lang-en/index.htm. Acesso em: 30 de março de 2023.
- _____. *How to work in the green economy? Guide for young people, job seekers and those who support them*. Genebra, 2022 b. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_emp/documents/publication/wcms_856666.pdf. Acesso em: 03 de junho de 2023.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). *Trabalho Decente. Website oficial da Organização Internacional do Trabalho, 2023*. Disponível em: <https://www.ilo.org/brasil/temas/trabalho-decente/lang-pt/index.htm>. Acesso em: 27 de abril de 2023.





UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY (UNGA). *Relationship between the realization of the right to work and the enjoyment of all human rights by persons with disabilities*. Report of the United Nations High Commissioner for Human Rights, 21 de janeiro de 2021. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/3901563>. Acesso em: 28 de março de 2023.





REFERÊNCIAS DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU)

Resoluções da Organização Internacional do Trabalho (OIT)

Resolution concerning youth employment (Genebra, junho de 2005)

Resumo: A resolução adotada na 93ª sessão da Conferência Internacional do Trabalho expõe a importância da promoção de oportunidades de emprego para os jovens, visando contribuir para a superação das barreiras enfrentadas por eles para se inserir no mercado de trabalho, como a falta de experiência, habilidades e oportunidades. Nesse sentido, o documento aponta os desafios enfrentados pelos jovens no mercado de trabalho em todo o mundo (páginas 1 a 4), enfatizando a falta de acesso a empregos decentes por parte significativa da juventude, além das desigualdades enfrentadas por grupos minoritários dentro do mercado de trabalho. A partir disso, a resolução enfatiza a necessidade de políticas e programas que promovam o trabalho decente para os jovens (páginas 4 a 8), incluindo, desde políticas macroeconômicas que promovam a criação de empregos, até políticas referentes à igualdade de gênero e a não discriminação.

Resolution concerning the youth employment crisis: A call for action (Genebra, junho de 2012)

Resumo: A resolução adotada pela Conferência Internacional do Trabalho, em 2012, que trata da crise do emprego jovem, é um apelo por uma ação urgente, que seria coordenada entre governos, empregadores e organizações de trabalhadores, a fim de apoiar a criação de empregos decentes. O documento destaca o impacto da crise de emprego jovem para a economia e propõe a implementação de políticas econômicas para contribuir com a criação de emprego para a juventude (páginas 4 a 6). Ademais, a resolução enfatiza a importância de se garantir que os jovens tenham acesso à educação e a treinamento de qualidade (páginas 6 a 7).

Resolução do Conselho de Direitos Humanos

Right to work - A/HRC/RES/43/7, de 30 de junho de 2020

Resumo: Esta resolução aborda assuntos relacionados ao direito humano ao trabalho e traz a questão da juventude, reconhecendo os desafios enfrentados na promoção de trabalhos decentes, apontando questões pertinentes, como os efeitos das mudanças climáticas e o desenvolvimento da tecnologia na promoção de emprego, não-discriminação e a situação de grupos minoritários. Destacamos os parágrafos operativos 5, 9, 10, 12 e 21.

Outras publicações

Global Employment Trends for Youth 2022

Resumo: Esse relatório faz parte de uma sequência de documentos elaborados pela OIT para atualizar as informações referentes aos desafios e tendências de emprego jovem. No capítulo 1, da página 31 até a 48, estão dispostas informações sobre o desemprego jovem em relação à educação. Já entre as páginas 118 até a





145, existem informações pertinentes sobre a economia digital, como os benefícios e desafios da tecnologia para o emprego para a juventude. Por fim, entre as páginas 232 e 244, existem informações importantes para a busca de uma saída próspera para os efeitos da pandemia de COVID-19.

Relationship between the realization of the right to work and the enjoyment of all human rights by persons with disabilities – Relatório do Secretário-Geral da ONU - A/HRC/46/47, de 21 de janeiro de 2021

Resumo: Esse relatório trata do direito ao trabalho junto ao direito dos jovens portadores de algum tipo de deficiência. O documento discute como o direito ao trabalho desempenha papel crucial na promoção da igualdade, inclusão e dignidade das pessoas portadoras de deficiência (PCDs). Além disso, o documento também aborda medidas e políticas específicas que os governos e outras partes interessadas podem adotar para a promoção de direitos ao trabalho de PCDs, principalmente no que tange à eliminação de barreiras no ambiente de trabalho, promoção de maior acessibilidade, maior capacitação profissional e a criação de programas que visem apoiar e incentivar a inclusão de PCDs no mercado de trabalho.

World Programme of Action for Youth 1995 – Organização das Nações Unidas – Junho de 2010

Resumo: O Programa Mundial de Ação para a Juventude foi adotado pela Assembleia Geral em 1995 e guia a agenda da juventude da ONU até os dias atuais, pois aborda diversos assuntos como a questão da educação, da pobreza e fome, da saúde, gênero e globalização, os quais ainda são extremamente importantes para se pensar a juventude mundial. Esse documento abrange 15 temas ao total, trazendo propostas de intervenção para todas elas. Um dos assuntos abordados é justamente o trabalho para a juventude, o qual entre as páginas 18 e 20, é brevemente abordado, trazendo uma introdução e uma proposta de ação frente a esse desafio.

World youth report 2012: youth employment: youth perspectives on the pursuit of decent work in changing times – Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais da ONU (DESA) - 2013

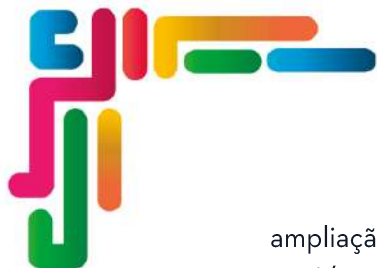
Resumo: Este é um documento publicado pelo Departamento das Nações Unidas para Assuntos Econômicos e Sociais que reúne diversas contribuições para as discussões sobre a empregabilidade dos jovens e sobre a liderança jovem nas organizações ao redor do mundo. Recomenda-se a leitura das páginas 18 a 21, nas quais é apresentada a situação da empregabilidade na juventude e os empregos em situações de vulnerabilidade a partir da visão dos jovens.

Sites oficiais

Decent Jobs For Youth

Resumo: Este é um site da OIT, em parceria com diferentes organizações não-governamentais e governamentais, que trata sobre uma iniciativa global para





ampliação da discussão do tema sobre empregos decentes para jovens. Ele contém diversas publicações sobre parcerias, colaboração e ações coordenadas em relação ao tema. Vale ressaltar que, dentro do site, é possível pesquisar sobre temas específicos em relação ao desenvolvimento de trabalhos para a juventude.

International Labour Organization Website - Youth Employment

Resumo: Essa é a seção do site oficial da OIT que reúne atualizações, notícias, relatórios, publicações, projetos, recursos-chave, entre outras informações e documentos sobre o tópico “Emprego para a juventude”.

Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) - Emprego para a juventude

Resumo: O UNICEF é um fundo voltado para a defesa dos direitos da criança por meio da promoção de projetos, oferecendo soluções aos problemas globais relativos à infância. Parte da instituição é voltada para a educação e, ao pesquisar “youth employment”, é possível encontrar diversos relatórios sobre a necessidade da educação para o futuro dos jovens no mercado de trabalho.





RECURSOS EXTRAS

Employment for Youth – A Growing Challenge for the Global Economy

Autores: Ragui Assaad e Deborah Levison, Minnesota, 31 de maio de 2013

Resumo: As barreiras sociais e econômicas enfrentadas pela juventude na atualidade são temáticas recorrentes ao longo do artigo, que apresenta as tendências demográficas dos países em desenvolvimento. O artigo analisa a baixa empregabilidade para esses jovens, apontando os desafios estruturais para a promoção de empregos para a juventude.

Postsecondary Education and Employment Outcomes for Youth with Intellectual Disabilities

Autores: Alberto Migliore, John Butterworth e Debra Hart, novembro de 2009

Resumo: Um breve estudo sobre os desafios para inserção de jovens portadores de deficiência no mercado de trabalho. O estudo é uma publicação do *Think College: National Center para Postsecondary Education* e também para *Students with Intellectual Disabilities*. O *Think College* é um projeto do *Institute for Community Inclusion da UMass Boston* e da *TransCen, Inc*, é um planejamento que aborda a implementação de programas de reabilitação neste cenário, na tentativa de mitigar as taxas crescentes de desemprego da juventude global, de modo a contribuir com a inclusão social desses indivíduos invisibilizados.

Tribunal Superior do Trabalho - Dia Mundial da Juventude: desemprego é desafio para jovens e para a sociedade

Resumo: A notícia aborda os principais desafios enfrentados pelos jovens - bem como forma de superá-los - ao buscar oportunidade de emprego no mundo pós-pandêmico. São abordados temas como desemprego, pandemia, trajetória dos jovens, evasão escolar e desigualdade.

Grupo Banco Mundial - Competências e Empregos: Uma Agenda para a Juventude

Resumo: Este relatório do Banco Mundial trata das competências, empregos e uma agenda para expandir oportunidades para os jovens no mercado de trabalho. É destacado o impacto da tecnologia nesse processo. Além disso, o relatório faz um apelo aos formuladores de políticas públicas para se empenharem a garantir emprego para a juventude.

The International Labour Organization: A Handbook for Minorities and Indigenous Peoples

Resumo: É importante pensar nos desafios que os jovens estão enfrentando para se inserirem no mercado de trabalho, principalmente os grupos minoritários. O Grupo Internacional de Direitos de Minorias - *Minority Rights Group International*, é uma Organização Não-Governamental que, em parceria com a OIT, publicou um manual que trata sobre grupos minoritários, como, por exemplo, pessoas





indígenas, PCDs, e outros grupos sociais, como mulheres e migrantes. Neste manual, são explicitados os trabalhos da Organização, a partir de pressupostos da Constituição da OIT, fornecendo soluções práticas de distribuição justa de renda, melhores condições de trabalho e criação de emprego e proteção para os grupos supracitados.





BASES DE DADOS

Statista

Esta página do Statista apresenta dados da taxa do desemprego jovem por setor da economia, em 2020. A partir da análise do gráfico, é possível perceber que a taxa de desemprego entre os jovens foi mais alta nos setores de agricultura, silvicultura e pesca, representando 28,9% da taxa total de emprego jovem em todo o mundo.

Banco Mundial

A página do Banco Mundial mostra os dados sobre a relação emprego/população, indicando a eficiência com que uma economia oferece empregos para pessoas que desejam trabalhar. Um *ratio* elevado significa que uma grande proporção da população está empregada. Existem dados do mundo todo e de cada país em específico.

ILOSTAT

A ILOSTAT é a base de dados da OIT e mostra dados referentes a taxa de participação dos jovens na força de trabalho por sexo, idade e escolaridade em porcentagem anualmente. Quando acessar o link, é possível filtrar a sua busca por região, país, ano, sexo, idade e nível de educação. A busca foi feita em relação ao ano de 2020-2022, em relação à taxa de participação dos jovens na força de trabalho do Brasil, que nos mostra um aumento pequeno da participação de jovens na força de trabalho, sendo que em 2020 o valor em porcentagem é negativo (-5,7%) de participação em decorrência da pandemia da COVID-19, e houve, portanto, um aumento para o ano de 2022, com 1,9 % de participação de jovens entre 15-19 anos e 1,4% de participação dos jovens entre 20-24 anos de idade.





POSIÇÃO OFICIAL DOS MEMBROS DA OIT

Nesta seção, resumimos a posição oficial dos membros da OIT sobre o tópico “Emprego para a Juventude”. A discussão está organizada da seguinte forma: Representantes dos Empregadores, Representantes dos Trabalhadores e Membros dos Governos. Para melhor organização, os governos estão divididos em quatro grupos, de acordo com suas aproximações políticas e interesses: Comunidade dos Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC), Estados Africanos, União Europeia e Outros (China, Índia e Estados Unidos).

Todos os discursos de cada membro da OIT estão no seguinte documento: [Record of Proceedings - 101st session, Geneva, May-June 2012 \(879-934\)](#). A seguir, sintetizamos as páginas e as posições políticas adotadas pelos representantes.

Representantes dos Empregadores

Em 2012, os Empregadores afirmaram que o desafio ainda era colocar em prática as decisões adotadas pela Conferência Internacional do Trabalho em 2005. Argumentaram também que a discussão sobre o Emprego para a Juventude deveria basear-se no desenvolvimento econômico e que a criação de novos empregos estava diretamente ligada aos Estados, que, se atendessem melhor à demanda dos empregadores, iriam criar mais postos de trabalho (INTERNATIONAL LABOUR CONFERENCE, 2012, p. 5).

O Grupo destacou, ainda, quatro pilares principais para gerar empregos para a juventude. São eles: treinamento e educação de qualidade, para que assim consigam se inserir no mercado de trabalho mais preparados; serviços eficazes do mercado de trabalho para candidatos a empregos e seus potenciais empregadores, facilitando o canal de comunicação para ambos os lados; incentivo do empreendedorismo nas escolas para que os jovens pensem em abrir o seu próprio negócio; importância de as opções de empregos serem amplas e flexíveis, para que assim os jovens possam ter possibilidade de escolha de emprego (INTERNATIONAL LABOUR CONFERENCE, 2012, p. 6).

Os Representantes dos Empregadores destacaram que as competências, incluindo domínio de escrita, matemática básica, qualificações formais e *soft skills*, são essenciais para os jovens entrarem no mercado de trabalho com as habilidades necessárias que as empresas demandam (INTERNATIONAL LABOUR CONFERENCE, 2012, p. 16).

Atualmente, algumas preocupações enfatizadas pelos Empregadores em 2012 ainda persistem, dentre elas está o aumento significativo dos empregos temporários, já que com a pandemia de COVID-19, diversos jovens foram demitidos e buscaram empregos temporários para não ficarem desempregados. Esses empregos temporários estão principalmente em trabalhos de baixa qualificação, já que muitos trabalhadores não têm as qualificações necessárias para serem efetivados, devido à falta de um ensino técnico, principalmente aos jovens (INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION, 2022 b, p. 90).





Representantes dos Trabalhadores

Em 2012, os Representantes dos Trabalhadores lembraram que foram adotados no documento formulado em 2005 três pilares fundamentais: (i) promoção de políticas econômicas de criação de emprego; (ii) aumentar a empregabilidade dos jovens trabalhadores; e (iii) garantir o respeito pelos direitos dos jovens trabalhadores. Para os Trabalhadores o segundo pilar acabou recebendo maior atenção, porém, de maneira equivocada, visto que, houve estratégias deliberadas para solucionar a crise do desemprego flexibilizando o mercado de trabalho, o que gerou a criação de subempregos e empregos precários. Também foi destacado que a importância que deveria ter sido atribuída ao primeiro pilar, alertando sobre a importância de uma abordagem diferente no que tange a políticas macroeconômicas para promoção de empregos, bem como, a necessidade de esforços para garantir educação básica e empregos de qualidade para juventude (INTERNATIONAL LABOUR CONFERENCE, 2012, p. 5).

Os Representantes dos Trabalhadores afirmaram a urgência das demandas por empregos de qualidade para a juventude e que crises não eram motivos para o estabelecimento de más práticas no mercado de trabalho. Portanto, a OIT deveria fornecer assistência técnica, ao passo em que as normas trabalhistas deveriam ser respeitadas e, se necessário, revisadas (INTERNATIONAL LABOUR CONFERENCE, 2012, p. 9; p. 26; p. 39).

Atualmente, especialmente após a pandemia da COVID-19, a principal preocupação dos Trabalhadores vem da crescente criação de trabalhos temporários em detrimento de empregos formais, trazendo maior insegurança para os trabalhadores jovens, uma vez que, com o crescimento dos trabalhos temporários, eles são prejudicados em relação a seus direitos e benefícios enquanto trabalhadores, o que acarreta em maiores incertezas em relação ao futuro (INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION, 2022 a, p. 204-207).

Representantes dos Governos

Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC)⁵

Para a CELAC, o emprego para juventude é um tema desafiador que demanda atenção. Os países latino-americanos e caribenhos apresentaram, em 2012, pesquisas da OIT e da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) sobre o tema e enfatizaram que algumas respostas ao desafio de empregar a juventude foram encontradas, como a melhoria da assistência ao acesso dos desempregados à benefícios, como seguro-desemprego, e à capacitação profissional. Dessa forma, afirmou-se que existe uma ligação direta entre os níveis de emprego de qualidade e o crescimento econômico. Por fim, a CELAC declarou sua visão de desenvolvimento baseada na redução das desigualdades, com uma visão de política macroeconômica adequada às

⁵ Argentina, Barbados, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, El Salvador, Estado Plurinacional da Bolívia, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Bolivariana da Venezuela, República Dominicana, República do Equador, Suriname, Trindade e Tobago, Uruguai.





especificidades de cada país, buscando caminhos alternativos aos já trilhados pelos países do Norte Global (INTERNATIONAL LABOUR CONFERENCE, 2012, p. 6).

Hoje, os países latino-americanos e caribenhos enfrentam grandes desafios de crescimento econômico e elevados índices de inflação que dificultam o cenário da empregabilidade como um todo. Após a crise da COVID-19, foi possível alcançar os níveis de emprego pré-pandemia; entretanto, a maioria dos trabalhadores foram para empregos informais e a crise econômica ainda dificulta a criação de empregos decentes. A média do desemprego dos jovens chega a 16%, mas em alguns países ele atinge 30% e a taxa de empregos informais para essa parcela da população alcança 60%, muito superior a 47% dos adultos. Dessa forma, o desafio do emprego para a juventude na região, hoje, está na criação de empregos dignos (INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION, 2022 a, p. 7).

Estados Africanos⁶

Os Estados Africanos destacaram, em 2012, a importância de colocar o tema emprego para a juventude como pauta para o desenvolvimento nacional e afirmaram que, em muitos países em desenvolvimento, a educação não garante empregos devido a lacunas na educação básica, presentes principalmente na África subsaariana. Portanto, a qualidade da educação básica deveria ser melhorada para aumentar o potencial de crescimento econômico e dar aos jovens oportunidades de empregos decentes (INTERNATIONAL LABOUR CONFERENCE, 2012, p. 11; p. 19).

Os países africanos indicaram que as conclusões do Comitê deveriam se concentrar em estratégias para resolver os problemas enfrentados pelos jovens empreendedores, destacando que na África a maioria dos jovens empreendedores eram motivados por necessidades, e não por oportunidades. Essas estratégias poderiam ter o apoio de parcerias privadas na comercialização de produtos e formação em gestão e competências técnicas. Por fim, os Estados Africanos apoiaram a sugestão dos jovens de aumentar sua participação no “Youth Employment Forum” (Fórum de Emprego para a Juventude) da OIT, um espaço de debates e compartilhamento de ideias (INTERNATIONAL LABOUR CONFERENCE, 2012, p. 33).

Atualmente, o continente africano ainda sofre as consequências da pandemia de COVID-19 em sua economia e sociedade, como é o caso do aumento da pobreza e do desemprego. A pandemia causou impacto nas mulheres jovens, que perderam seus empregos e encontram dificuldades em se inserir no mercado de trabalho. Atualmente, torna-se uma prioridade para o continente que os jovens encontrem trabalhos decentes, a partir de investimentos e políticas pró-emprego,

⁶ África do Sul, Argélia, Angola, Benin, Botsuana, Burkina Faso, Burundi, Camarões, Cabo Verde, Chade, Comores, Congo, Costa do Marfim, Djibuti, Egito, Eritreia, Etiópia, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Lesoto, Libéria, Líbia, Madagascar, Malawi, Mali, Mauritânia, Maurício, Marrocos, Moçambique, Namíbia, Níger, Nigéria, Quênia, Ruanda, República Centro-Africana, República Democrática do Congo, República Unida da Tanzânia, São Tomé e Príncipe, Senegal, Seychelles, Serra Leoa, Sudão do Sul, Sudão, Essuatíni, Togo, Tunísia, Uganda, Zâmbia, Zimbábue.





para garantir a recuperação econômica pós-pandemia (INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION, 2022 b, p. 41-24).

União Europeia (UE)⁷

Em 2012, a UE destacou que as políticas de promoção do emprego para a juventude requeriam uma abordagem coerente, destacando o fortalecimento da educação e formação profissionais. A proposta enfatizou a necessidade de investimentos em educação e formação profissional para aumentar as habilidades e competências dos jovens e aumentar suas chances de empregabilidade. A UE defendeu a implementação de programas de aprendizagem e de formação em empresas, a fim de promover a transição dos jovens para o mercado de trabalho (INTERNATIONAL LABOUR CONFERENCE, 2012, p. 6).

O bloco destacou a importância do reforço dos sistemas de proteção social, a fim de garantir que os jovens tenham acesso à proteção adequada em caso de desemprego ou inatividade. Nesse sentido, a UE concordou com a promoção da mobilidade geográfica dos jovens, a fim de que possam acessar mais facilmente oportunidades de emprego em outras regiões ou países. A UE também propôs medidas para combater o trabalho precário e o trabalho informal entre os jovens, por meio de ações de fiscalização e conscientização. Em síntese, para exemplificar suas propostas, o grupo europeu destacou seus objetivos da Estratégia 2020⁸, como uma alternativa a seguir e orientar a questão (INTERNATIONAL LABOUR CONFERENCE, 2012, p. 11).

Atualmente, a UE reconhece que a crise da empregabilidade jovem afeta tanto os jovens quanto a sociedade como um todo. A alta taxa de desemprego que percorre até à atualidade entre os jovens têm consequências negativas em termos econômicos e sociais. Diante disso, o bloco adotou uma postura proativa e implementou programas e políticas para mitigar os efeitos do desemprego entre os jovens. Uma das principais pautas da UE é a Iniciativa de Garantia para a Juventude, que busca garantir ofertas de emprego de qualidade, educação contínua e aprendizagem adicional para jovens de até 25 anos.

Além disso, a UE desenvolveu programas, tal como, o programa Erasmus+ que desempenha um papel relevante ao oferecer oportunidades de intercâmbio educacional e experiências de aprendizado em outros países europeus. Essas medidas visam combater o desperdício de talentos, reduzir a exclusão social e oferecer perspectivas positivas para os jovens na União Europeia, sendo assim fortalecendo a empregabilidade e promovendo a inserção no mercado de trabalho (EUROPEAN UNION, 2019).

⁷Alemanha; Áustria; Bélgica; Bulgária; Chipre; Dinamarca; Eslováquia; Eslovénia; Espanha; Estônia; França; Finlândia; Grécia; Holanda; Hungria; Irlanda; Itália; Letônia; Lituânia; Luxemburgo; Malta; Polônia; Portugal; República Tcheca; Suécia.

⁸ A Estratégia 2020 é um plano da UE lançado em 2010 e tinha como objetivo orientar o desenvolvimento econômico, social e ambiental da UE até o ano de 2020.





Outros (China, Índia e Estados Unidos)

Em 2012, o representante da China enfatizou a prioridade dada ao emprego para a juventude em seu país, buscando a cooperação com parceiros sociais e outras instituições a fim de promover o desenvolvimento socioeconômico, além de parcerias com universidades com a intenção de fornecer serviços de emprego aos jovens. Além disso, o representante chinês ressaltou alguns esforços do governo chinês para apoiar os jovens empreendedores, como políticas tributárias favoráveis, fundos de microcrédito, empréstimos subsidiados e políticas comerciais favoráveis (INTERNATIONAL LABOUR CONFERENCE, 2012, p. 22; p. 85).

Já o governo indiano deu destaque para os vários, ainda existentes, desafios a serem enfrentados referentes ao mercado de trabalho da juventude, como o descompasso de habilidades, os níveis baixos de tecnologia, os baixos salários e produtividade, o subemprego sazonal, o excesso de oferta de trabalho, o êxodo rural e a participação limitada das mulheres na força de trabalho. Por conta disso, o governo da Índia ofereceu apoio para modernizar as agências de emprego, essenciais para recolher dados do mercado de trabalho (INTERNATIONAL LABOUR CONFERENCE, 2012, p. 11; p. 54; p. 65).

O representante dos Estados Unidos, por sua vez, destacou a importância da coordenação entre governos, parceiros sociais e a OIT para enfrentar o desafio da empregabilidade dos jovens. Além disso, foi solicitada uma melhora por parte da OIT a respeito da coordenação de seus programas, afirmando que intervenções no emprego dos jovens devem ser sujeitas a um monitoramento mais rigoroso (INTERNATIONAL LABOUR CONFERENCE, 2012, p. 82).

Na atualidade, os desafios do emprego da juventude são acentuados por conta da pandemia da COVID-19, a qual teve impactos econômicos e educacionais significativos que afetaram diretamente o mercado de trabalho. Na China, os principais desafios relativos a essa questão são o descompasso entre os empregos desejados e os empregos disponíveis, além da alta competitividade devido ao aumento de formandos universitários (FU, 2023).

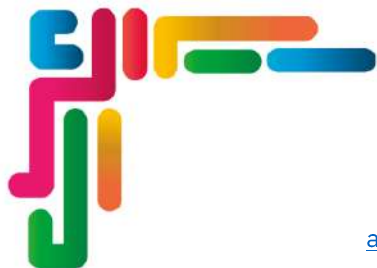
Já na Índia, o cenário se mostra crítico principalmente no tocante a regressão educacional, a disparidade de gênero na participação no mercado de trabalho e na crescente informalidade no setor do trabalho doméstico, que sujeita muitas jovens trabalhadoras a condições de exploração (JIGEESH, 2022).

Nos Estados Unidos, por sua vez, a maior preocupação relativa ao emprego da juventude após esse cenário de crise diz respeito ao aumento significativo da taxa de desconexão da juventude, o que gera consequências de longo prazo, como menor renda e nível educacional. Ressalta-se que tal taxa afeta desproporcionalmente certos grupos sociais categorizados por gênero, raça, etnias e outros marcadores sociais (LEWIS, 2022).

Referências

EUROPEAN UNION (EU). Education, training and youth. *Website oficial European Union*, 2019. Disponível em: <https://european-union.europa.eu/priorities->





[and-actions/actions-topic/education-training-and-youth_en](#). Acesso em: 5 de julho de 2023.

FU, C. China's Youth Unemployment Crisis: 1 in 5 Is Out of Work. *The New York Times*, 2023. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2023/05/19/business/china-youth-unemployment.html>. Acesso em: 4 de maio de 2023.

INTERNATIONAL LABOUR CONFERENCE (ILC). *Report of the Committee on Youth Employment: The Youth Employment Crisis*. Record of Proceedings. International Labour Conference, 101st session, Genebra, maio-junho de 2012. Disponível em: https://www.ilo.org/ilc/ILCSessions/previous-sessions/101stSession/reports/committee-reports/WCMS_182840/lang-en/index.htm . Acesso em: 4 de maio de 2023.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION (ILO). *2022 LABOUR OVERVIEW Latin America and the Caribbean*. Genebra, 2022 a. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/documents/publication/wcms_876565.pdf Acesso em: 4 de junho de 2023.

____. *World Employment and Social Outlook: Trends 2022*, 2022 b. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_834081.pdf. Acesso em: 3 de junho de 2023.

JIGEESH, A. M. Youth employment deteriorated in India: ILO report. *The Hindu*, 2022. Disponível em: <https://www.thehindu.com/news/national/youth-employment-deteriorated-in-india-ilo-report/article65758652.ece>. Acesso em: 04 de maio de 2023.

LEWIS, K. A Disrupted Year: How the Arrival of Covid-19 Affected Youth Disconnection. *Measure of America*, 31 de março de 2022. Disponível em: <https://measureofamerica.org/youth-disconnection-2022/>. Acesso em: 04 de maio de 2023.



famun.com.br

 **famun@facamp.com.br**

 **@famunfacamp**

 **@famunfacamp**

 **@famunfacamp1**



**FLIP THE
SCRIPT**

a world of infinite
possibilities

FAMUN 2023 | 10 YEARS